

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PRPPG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL (POSMEX)**

MICHELLE CRISTINA RUFINO MACIEL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, EXTENSÃO RURAL, DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – ALGUMAS RELAÇÕES: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO A COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE SÃO VICENTE FÉRRER - PE**

**RECIFE – PE
2012**

MICHELLE CRISTINA RUFINO MACIEL

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, EXTENSÃO RURAL, DESENVOLVIMENTO LOCAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – ALGUMAS RELAÇÕES: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO A COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE SÃO VICENTE FÉRRER - PE**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, como requisito parcial ao título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, sob orientação do Professor Doutor Paulo de Jesus.

**RECIFE – PE
2012**

Ficha catalográfica

M152e Maciel, Michelle Cristina Rufino
Economia Solidária, extensão rural, desenvolvimento local
e segurança alimentar e nutricional – algumas relações: um
estudo de caso junto a cooperativa para o desenvolvimento
sustentável de São Vicente Ferrér-PE / Michelle Cristina
Rufino Maciel. – Recife, 2012.
154 f. :il.

Orientador: Paulo de Jesus
Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de
Pernambuco. Departamento de Educação, Recife, 2012.
Inclui referências e apêndice.

1. Desenvolvimento local 2. Extensão rural 3. Economia
solidária 4. Segurança alimentar 5. Nutrição I. Jesus, Paulo,
orientador II. Título

CDD 338.9

**ECONOMIA SOLIDÁRIA, EXTENSÃO RURAL, DESENVOLVIMENTO LOCAL
E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – ALGUMAS RELAÇÕES: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO A COOPERATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DE SÃO VICENTE FÉRRER - PE**

Michelle Cristina Rufino Maciel

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Jesus

BANCA AVALIADORA

Prof. Dr. Paulo de Jesus
Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX)

Prof^ª Dra. Irenilda Souza de Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco (POSMEX)

Prof^ª Dra. Laura Susana Duque-Arazola
Universidade Federal Rural de Pernambuco (DCD)

Prof. Dr. José Nunes da Silva
Universidade Federal Rural de Pernambuco (DED)

Aprovada em Recife, 27 de Fevereiro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pai soberano, por ter me concedido saúde, força e inspiração para tornar possível a realização dessa pesquisa.

Ao meu orientador, Professor Dr. Paulo de Jesus, pelas esclarecedoras orientações e discussões, pelas quais soube guiar-me com sua sabedoria pelo melhor caminho durante a estruturação e realização desta pesquisa, sobretudo, pelo seu compromisso, motivação e estímulo. Devo um agradecimento especial.

Ao meu esposo Marco, por sua dedicação, amor e carinho, sobretudo, a cada dia se revelar um companheiro e parceiro de todas as horas.

A Laura Duque-Arrazola pelo seu incentivo e apoio em minha trajetória acadêmica, uma vez que, tem acompanhado todo meu trabalho, desde quando aluna e orientanda no período da graduação em Economia Doméstica. É uma grande satisfação tê-la como componente da banca avaliadora desse trabalho.

A minha família, em especial minha mãe Raquel Maciel, minha irmã Micheline Maciel e meu pai Aloisio Maciel, pois a base familiar é fundamental para o investimento nos estudos.

A toda equipe do projeto CONSAD-Itambé, com destaque para a coordenadora do projeto, Maria Zenia Tavares da Silva, pela oportunidade e confiança.

A toda a turma do POSMEX 2010 e em especial aos meus ilustres amigos e amigas do mestrado, Simone Bernardo, Silvana Lemos, Gilvanildo Ramos, Luciano Cipriano, Erick Bernardo, Lorena Magalhães, Renata Resende.

A Banca examinadora com destaque para a professora Irenilda Souza de Lima e o Professor José Nunes da Silva, pelas contribuições no momento da qualificação e disponibilidade para o momento da defesa.

Aos cooperados/as da Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer e em especial a Fátima & Família, e as artesãs do grupo Fio e Renda pelo acolhimento.

Às minhas amigas Janaina Melo, Silvana Luna e Andreza Aquino.

A todas as professoras e funcionárias do Departamento de Ciências Domésticas pelo acolhimento, confiança e estímulo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX desde professores/as que contribuíram com a minha formação com destaque para o/a funcionários/as Jerri e Darcy.

A Capes pela bolsa concedida a partir da metade do período do curso, tornado possível o encaminhamento e conclusão dessa pesquisa.

A todos/as que contribuíram direta e indiretamente para o andamento da pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho traz para reflexão a construção de possíveis relações entre o Desenvolvimento Local, Extensão Rural, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional. Para tal proposta, tivemos como objetivos: analisar a Economia Solidária como possibilidade para a promoção do desenvolvimento local e, especificamente, analisar o papel dos segmentos produtivos de organizações associativas à luz dos princípios da Economia Solidária; e analisar práticas de organizações associativas que favoreçam a promoção do desenvolvimento local, destacando as suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional. Os presentes objetivos visaram tornar possível subsidiar a respostas para a nossa questão-síntese do problema de nossa pesquisa: como a Economia Solidária tem contribuído para a Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do desenvolvimento local? Na busca de referências conceituais, trabalhamos textos de autores como Boaventura de Souza Santos e Cesar Rodríguez, Karl Marx, José de Souza Martins, Carlos Julio Jara, Augusto Franco, Paul Singer, Paulo de Jesus, Brás Callou, Laura Duque-Arazola, entre outros/as. Optamos, portanto, em realizar um estudo de caso envolvendo os três segmentos produtivos da Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Ferrer (os/as produtores de uva, banana e artesanato), os quais correspondem ao universo de nossa pesquisa e *locus* de nosso estudo. O procedimento metodológico também se caracterizou por contemplar três fases complementares, fazendo uso de diferentes instrumentos investigativos dos quais destacamos: definição do universo da pesquisa; revisão da literatura e coleta de dados; e análise dos dados. Para tanto, os resultados da presente pesquisa revelaram que a Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Ferrer como organização coletiva, apesar de suas dificuldades, tem se apresentado como um caminho rumo às possibilidades de potenciais para a promoção do Desenvolvimento Local e da Segurança Alimentar e Nutricional no município de São Vicente Ferrer.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Extensão Rural. Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

This work brings to reflection the construction of possible relations among the Local Development, Agricultural Extension, Solidarity Economy and Food Security. For this proposal, we had as objectives: to analyze the social economy as a possibility for the promotion of local development, and specifically examine the role of productive segments of membership organizations to the principles of social economy, and examine practices that favor membership organizations promoting local development highlighting their contributions to the Food and Nutrition Security. These goals were intended to make it possible to subsidize the answers to our synthesis-question problem of our research: how the social economy has contributed to the Food and Nutrition Security in the perspective of local development? In search of conceptual references we work texts by authors such as Boaventura de Sousa Santos and Cesar Rodriguez, Karl Marx, José de Souza Martins, Carlos Julio Jara, Augusto Franco, Paul Singer, Paulo de Jesus, Bras Callou, Laura Duque-Arazola and others. We decided therefore to conduct a case study involving three production segments of the Cooperative for Sustainable Development of São Vicente Férrer (the producers of the grape, banana and crafts) which represent the universe of our research and the centre of our study. The methodological procedure was also characterized by include three complementary phases, making use of different investigative tools which include: definition of the survey, literature review and data collection and data analysis. To this end, the results of this research revealed that the Cooperative for Sustainable Development of São Vicente Férrer as collective organization, despite its difficulties, has been presented as a path to potential opportunities for the promotion of Local Development and Food Safety and Nutrition in the municipality of São Vicente Férrer.

Keywords: Local Development. Extension. Solidarity Economy and Food Security.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AD'DPER** - Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
- ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- CODESF**- Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer
- CONSAD** - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- CONSEA** - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DCD** - Departamento de Ciências Domésticas
- DED** - Departamento de Educação
- DHAA** - Direito Humano à Alimentação Adequada
- EES** - Empreendimento Econômico Solidário
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- FAO** - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FBES** - Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FENEART** - Feira Nacional de Negócios do Artesanato
- IPA** - Instituto Agronômico de Pernambuco
- LOSAN** - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
- MDS** - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- ONG** - Organização Não Governamental
- PNATER** - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- POSMEX** - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
- SAN** - Segurança Alimentar e Nutricional
- SENAES** - Secretaria Nacional de Economia Solidária
- SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Itinerário Metodológico.....	17
(i) Definição do universo da pesquisa	18
(ii) Revisão da literatura e coleta de dados.....	20
(iii) Análise dos dados.....	22
CAPÍTULO I - Desenvolvimento Local, Extensão Rural, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional: origens, conceitos, significações e possíveis relações na contemporaneidade	25
1. Algumas considerações sobre o desenvolvimento	25
2. Sobre Desenvolvimento Local e Extensão Rural	28
3. A Economia Solidária e seus fundamentos	34
3.1 A Economia Solidária no Brasil.....	40
4. A Segurança Alimentar e Nutricional: a trajetória na construção de um conceito.....	45
4.1 A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....	48
4.2 As contribuições para a construção de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	51
CAPÍTULO II - Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer - CODESF: história e consolidação via Desenvolvimento Local, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional	56
1.CODESF: um pouco de história e situação atual	56
2.Processo de consolidação da CODESF	66
3.Organização da gestão e a participação dos/as cooperados/as	68
CAPÍTULO III - CODESF - Organização da Produção: associativismo, cooperativismo, autogestão, autonomia?	81
1.O segmento do artesanato e a sua cadeia produtiva	81
1.1 Os segmentos da Uva e Banana em seu contexto produtivo	87
2. Avanços e conquistas	91
3. Assistência Técnica: demanda momentânea ou necessidade contínua?.....	100
4. Como a CODESF têm lidado com as questões ambientais?	105
5. A comercialização: solução de problemas?.....	107

CAPÍTULO IV - CODESF: desafios e superação frente ao Desenvolvimento Local, à Economia Solidária e à Segurança Alimentar e Nutricional.....	114
1. Dificuldades e perspectivas: como lidar?.....	114
2. A Segurança Alimentar e Nutricional e suas relações com o consumo no contexto da CODESF. .	125
2.1 O consumo e os hábitos alimentares dos/as cooperados/as da CODESF.....	132
CONCLUSÃO	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICE – A Roteiro de entrevista realizado com os/as cooperados/as da CODESF.....	152

INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, os movimentos sociais e inúmeras organizações, em todo o mundo, têm lutado por uma situação que elimine ou reduza a supremacia de quem se alia ao modo de produção capitalista. A sociedade contemporânea se depara fortemente com a “resistência efetiva aos valores e as práticas que constituem o núcleo central do capitalismo, enquanto sistema econômico e forma civilizatória”, no dizer de Boaventura de Souza Santos e César Rodrigues (2002, p.23).

Esses autores, supracitados no texto (p.27), destacam três características marcantes da sociedade capitalista: a primeira diz respeito à questão da produção das desigualdades em relação aos recursos e ao poder. Sob essa visão os estudos marxistas tornaram-se referência no tocante às críticas que discutem essas desigualdades econômicas e de poder entre as classes sociais frente à separação e à subordinação do trabalho ao capital. Somam-se a isso os estudos feministas que concentram suas críticas na forma como são pautadas as diferenças na construção das relações de gênero e, conseqüentemente, no modo como o capitalismo contribui para reproduzir e reafirmar a sociedade patriarcal; a segunda característica se refere às relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista, as quais se refletem nos modos de quem vive em sociedades empobrecidas, baseadas no benefício pessoal individual, desprezando valores e práticas solidárias. Nesse processo, as pessoas são percebidas como ameaças, provocadas pela cobiça, medo e pelo individualismo; e, a terceira característica envolve a questão da exploração crescente e desmedida dos recursos naturais em nível global, o que vem pôr em risco as condições saudáveis de vida dos indivíduos.

Em meio a essa discussão, estudos sobre a sociedade capitalista têm revelado que ela traz como traço marcante a *sociedade do contrato*, oriunda da concepção da *igualdade* entre indivíduos, como assinalam José de Souza Martins (2002) e o próprio Karl Marx (2004), ou seja, o que formaliza essa situação é a separação da força de trabalho do/a sujeito/a trabalhador/a, pois o salário passa a ser um elemento definidor nesse processo, na medida em que há essa separação - trabalhador/as e força de trabalho. Então, o/a trabalhador/a torna-se *livre* para vender a sua força de trabalho. José de Souza Martins (2002) parece enfático: sem essa igualdade, negada no capitalismo, na medida em que a redução da força de trabalho passa a ser uma mercadoria como outra qualquer essa relação, nas palavras do referido autor (p. 28), vai se refletir na seguinte situação:

o trabalhador tona-se um sujeito que regula a sua própria vida, ou seja, se há uma alta demanda pela sua força de trabalho o seu poder de barganha e o seu poder político aumenta. Se a economia vai mal e há desemprego, sua capacidade de reivindicação e pressão decresce, seu salário cai, sua situação piora, os fatores propriamente de classe de suas necessidades e reivindicações sociais são sobrepujados por urgências de sobrevivência, por necessidades imediatas, por angústias e aflições, por uma vulnerabilidade muito grande, face da força reprodutiva das relações sociais.

Essa conjuntura vem ganhando espaço gradativamente com o processo de revolução industrial. Nesse processo, o capitalismo passa a investir cada vez mais no aumento da produtividade, o que, desde então, tem provocado a diminuição da demanda pela mão de obra trabalhadora, tendo em vista o investimento nas máquinas e avanços tecnológicos, o que têm contribuído para o desemprego de muitos/as trabalhadores/as. Antes do processo de revolução industrial, os resultados produtivos que envolviam o trabalho exigiam essencialmente a intervenção direta da mão de obra humana, mas com a chegada dos aparelhos e das máquinas muitos/as trabalhadores/as perderam suas qualificações. Com isso, um número crescente de trabalhadores/as passou a conviver com desemprego e com dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, conforme as considerações analíticas de José de Souza Martins (2002), já citado, e de Paul Singer (1999), entre outros. E essa situação, como ressalta José de Souza Martins (2002, p. 29), vem se agravando nas últimas décadas:

[...] hoje o trabalhador – tanto da indústria quanto do comércio e de serviços – é cada vez mais um trabalhador em busca de trabalho e cada vez mais, sujeito a entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho. O novo perfil da classe trabalhadora é o de exclusões cíclicas cada vez mais demoradas, mais espaçadas, do mercado de trabalho.

Tal cenário é resultado, como salienta Laura Duque Arrazola (2004), de diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo, em parte como produto da crise global do capital no contexto da reestruturação produtiva. Parece então que, cada vez mais, o capital recorre a tecnologias que desempregam mão de obra de homens e mulheres, recorrendo ao trabalho flexibilizado, parcial e precarizado, ocorrendo uma diminuição dos/das trabalhadores/as estáveis nas condições de trabalho, com garantias trabalhistas, como salientam, entre outras, Verônica Ferreira (2006), Helena Hirata (2002) e a já citada Laura Duque Arrazola (2004). Tal situação pode influenciar o aumento da pobreza, o comprometimento das condições de vida da população, favorecendo assim situações de

insegurança alimentar¹, comprometendo seguramente qualquer estratégia de desenvolvimento local, na advertência de Paulo de Jesus (2006).

Em reação a essa conjuntura relacionada com a situação do/a trabalhador/a e a própria situação do trabalho no capitalismo, emerge novas formas de trabalho e geração de renda, e entre essas estão situações/soluções, hoje denominadas de Economia Solidária², no dizer de Paul Singer (2002).

O movimento da Economia Solidária passou a ganhar visibilidade no Brasil a partir da década de 1980, tomando força nos anos 1990 e tem se constituído na maioria das vezes, a partir de um trabalho informal crescente de onde nascem iniciativas de economia baseada na solidariedade, cooperação e autogestão, reconhecendo os/as trabalhadores/as como sujeitos criativos, históricos e de direitos, frente à sua resistência a situações de pobreza, insegurança alimentar e exclusão social, provocadas pelo desemprego urbano e a desocupação rural, como assinalam Paul Singer (2003) e Adriana Oliveira (2004). Economia Solidária tem se manifestado como uma alternativa para geração de renda diante da luta constante de homens e mulheres para garantir a sobrevivência das suas famílias na medida em que contribui para que essas famílias tenham minimamente acesso a condições básicas necessárias para uma vida digna. Nesse sentido, discutir o acesso a condições básicas para sobrevivência como direito da população na contemporaneidade perpassa também pelo que se entende por segurança alimentar e nutricional, considerando que na constituição brasileira está claro que todos/as têm direito a uma alimentação saudável, acessível, e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente. Portanto, para a garantia desse direito, se faz necessário minimamente que a população tenha acesso à trabalho e renda.

Considerando a Economia Solidária como uma atividade produtiva para a geração de trabalho e renda na atual conjuntura do capital, podemos concebê-la, junto com outros/as autores/as, como uma estratégia para desenvolvimento local, não apenas por contribuir para

¹ A insegurança alimentar se referem a situações que podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como a fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural (BRASIL, 2006a, p.04).

² A Economia Solidária aqui classificada como nova forma de trabalho e de renda, sem esquecer que tal situação e dinâmica tem suas origens, como salienta o próprio Prof. Paul Singer (2002) no cooperativismo originado da reação de trabalhadores/as às intempéries da chamada Revolução Industrial, sobretudo a partir do século XVII na Europa.

uma transformação econômica da realidade das famílias, mas também, na expressão de Augusto Franco citado por Maria Salett Tauk Santos e Conceição Maria de Lima (2006), por promover conhecimentos, permitir uma proximidade com os governos e as instâncias de poder e assim poder construir instrumentos necessários para influenciar nas decisões políticas e administrativas em suas comunidades. Nessa perspectiva Paulo de Jesus (2006,p.25) entende o desenvolvimento local como “um processo mobilizador de pessoas e instituições que buscam a transformação econômica da sociedade local, a fim de criar oportunidades de trabalho e geração de renda para a superação das dificuldades, na medida em que favorece a melhoria da qualidade de vida da população local”.

Diante do exposto, uma questão que suscita maior investigação pode ser assim definida: como *a Economia Solidária tem contribuído para a Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do desenvolvimento local?*

Para produzirmos elementos de resposta a tal problema de pesquisa, propomos desenvolver um estudo de caso³, no município de São Vicente Férrer, centrando-nos na Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer - CODESF.

O objetivo geral dessa pesquisa será o de analisar a Economia Solidária como possibilidade para a promoção do desenvolvimento local e, para tal, visa-se especificamente: a) analisar o papel dos segmentos produtivos de organizações associativas à luz dos princípios da Economia Solidária. b) analisar práticas de organizações associativas que favoreçam a promoção do desenvolvimento local, destacando as suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional.

A presente pesquisa parece tornar-se relevante para o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na medida em que se aprofundam os estudos direcionados à linha de pesquisa *Extensão Rural para o Desenvolvimento Local* e pelas novas reflexões, sugestões, críticas que serão geradas a partir dela, sem contar com possíveis revelações de alcances, desafios e limites no que concerne à contribuição da Economia Solidária para segurança alimentar e

³ De acordo com Christian Laville e Jean Dionne (1999, p.155), “o estudo de caso refere-se evidentemente a um estudo de um caso”, que pode ser de uma pessoa, mas também o de um grupo, de uma comunidade, de um meio, ou então fará referência a um acontecimento em especial, uma mudança política, um conflito.

nutricional e para o desenvolvimento local, com vistas à melhoria nas condições de vida de homens e mulheres e suas famílias que partilham esse contexto de vida social.

Itinerário Metodológico

O interesse e a motivação para a realização do presente trabalho surgem a partir de inquietações e experiências enquanto estudante do Bacharelado e da Licenciatura no curso de Economia Doméstica, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, e como participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher – NUPEM durante o processo de elaboração da monografia de conclusão de curso intitulada: *o trabalho na Economia Solidária tecendo o empoderamento das mulheres na Região Metropolitana de Recife*. Essa experiência culminou com o envolvimento profissional na Casa da Mulher do Nordeste, instituição essa que significou uma oportunidade ímpar de estabelecer os primeiros contatos com as práticas da Economia Solidária e assim dar início à pesquisa monográfica para conclusão da graduação.

Soma-se a essas experiências a oportunidade de atuar no projeto: Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local da microrregião Itambé, em Pernambuco, realizado pelo Departamento de Ciências Domésticas da UFRPE. Essa atuação proporcionou o envolvimento e acompanhamento na realização de um diagnóstico realizado na microrregião do CONSAD, Itambé, em Pernambuco, no que se refere às questões relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional tanto quanto a sua relação com a Economia Solidária.

Para tanto, tais experiências contribuíram, de modo decisivo, para interessar-me em formular uma proposta de estudo que permitisse meu ingresso no mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX/UFRPE e assim definir o meu objeto de estudo.

O estudo aqui sistematizado configura-se como uma abordagem qualitativa, a qual é muito utilizada em pesquisas de âmbito social e, de acordo com Ofélia Charnoux (2006, p.38), é desenvolvida de modo mais focado e profundo, buscando “entender não apenas o fenômeno estudado, mas o contexto no qual ele se desenvolve”. Esse enfoque qualitativo, nas palavras de Roberto Richardson (1999, p.90), representa uma tentativa de compreender, mais detalhadamente, aquilo que se refere aos significados e características situacionais, apresentadas pelos entrevistados/as no decorrer da pesquisa.

Nesse sentido, nosso estudo tem também inspiração na etnografia/etnometodologia⁴, lembrando aqui os trabalhos de Patrick Boumard (1999) e de Adauto H. Guessser (2003).

Partindo dessas bases e considerações metodológicas o itinerário metodológico envolveu três fases complementares, fazendo uso de diferentes instrumentos investigativos.

(i) Definição do universo da pesquisa

A primeira fase da pesquisa iniciou-se com nossa participação nas atividades realizadas no Projeto Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, da microrregião Itambé, em Pernambuco. Mediante a realização do diagnóstico, iniciaram-se as primeiras identificações e aproximações com Empreendimentos, voltados ao desenvolvimento de práticas Econômicas Solidárias na microrregião⁵ do CONSAD Itambé, em Pernambuco.

Inicialmente foi bem difícil delimitar o universo da pesquisa, haja vista a diversidade de experiências na área da Economia Solidária identificadas no território CONSAD Itambé. Entretanto, o que chamou a atenção foram as especificidades produtivas reveladas no município de São Vicente Férrer⁶, já que o município é considerado uma referência juntamente com Machados e Vicência na produção agrícola da banana, e se destaca na região pela produção da uva, o que o diferencia do cenário predominante da monocultura da cana-de-açúcar, que é característica marcante em municípios próximos como Timbaúba e Aliança, por exemplo.

Considerando que o nosso estudo também está centrado nas questões da Economia Solidária, tomamos como referência o mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, no estado de Pernambuco e o diagnóstico realizado pelo Projeto Fortalecimento do Consórcio de

⁴ O termo etnometodologia ainda é pouco conhecido no campo da sociologia contemporânea, a sua característica marcante é a análise da conversação e da fala. A discussão sobre a etnometodologia surge de uma “corrente da sociologia americana, na Califórnia no final da década de 1960, tendo como seu principal marco fundador a publicação do livro *Studies in Ethnomethodology* em 1967, de Harold Garfinkel (COULON apud GUESSER, 2003, p. 149).

⁵ A microrregião do CONSAD é composta por 25 municípios: Macaparana, Timbaúba, Ferreiros, Camuntaga, Aliança, Condado, Goiana, Itambé, Itapissuma, Araçoiaba, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém, Vicência, Itaquetinga Carpina, Paudalho, Chã de Alegria, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, São Vicente Férrer, Machados, Limoeiro, Feira Nova, Glória de Goitá.

⁶ O município de São Vicente Férrer localiza-se no Agreste do estado de Pernambuco com a distância de 84,4 km de Recife (PNUD, 2000). De acordo com o censo do IBGE (2010) conta com um total de 16.385 habitantes.

Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD, da microrregião Itambé, em Pernambuco. Partindo dessas duas referências e considerando o número de Empreendimentos mapeados nos Municípios ficaria impraticável centrar um estudo do porte de nossa pesquisa no universo mapeado, em razão de fatores diversos como tempo e recursos financeiros. Portanto, definimos realizar um recorte e aprofundar nosso estudo em uma organização que se destacasse por representar a valorização das características locais do seu município e região, ao mesmo tempo em que contemplasse práticas focadas nas iniciativas de Economia Solidária e favorecessem o diálogo com questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional, sem esquecer a extensão rural.

Nesse contexto, deliberamos realizar o estudo de caso na Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer – CODESF.

Logo após definirmos o universo da pesquisa, estreitamos os primeiros contatos por meio de visitas, conversas informais para então nos aproximar da atividade desenvolvida na CODESF. Esse momento caracterizou-se como o início da pesquisa exploratória, definida por Eduardo Vasconcelos (2002, p.158) como “uma pesquisa temática, porém com foco mais amplo e aberto para a investigação de fenômenos e processos complexos e principalmente pouco conhecidos e/ou pouco sistematizados, ou passíveis de várias perspectivas de interpretação, sejam eles teóricos, culturais, sociais”, entre outros. Antônio Severino (2007) acrescenta, salientando que a pesquisa exploratória compreende um momento importante na pesquisa de enfoque qualitativo, pois busca o levantamento de informações sobre um determinado objeto de estudo, permitindo a delimitação do campo de pesquisa, na procura de condições de manifestação e informações sobre esse objeto. Ainda nessa linha de raciocínio, Ofélia Charnoux (2006, p. 38) reforça que a pesquisa exploratória também pode ser definida como:

[...] um procedimento que busca formular diagnósticos sobre um determinado fenômeno ou processo. Procura explorar todas as dimensões possíveis de um problema e é considerada como uma etapa inicial para outros tipos de pesquisas.

A pesquisa exploratória - salienta Eduardo Vasconcelos (2002) - é considerada uma técnica muito comum nos espaços acadêmicos; geralmente demanda prazos mais extensos e uma autonomia relativa por parte do/a pesquisador /a no sentido de permitir uma imersão na realidade dos fatos tanto quanto nas fontes teóricas e bibliográficas que lhes são apresentadas. Esse momento da pesquisa é considerado de grande importância para o/a pesquisador/a uma vez que se configura como um momento de início da pesquisa de campo, que, por sua vez, é

compreendida por Fabiane Regino (2007) como uma proposta de fazer com que o investigador obtenha informações complementares, para dar conta do procedimento investigativo do seu objeto de pesquisa. Soma-se a isso a concepção de Fábio Appolinário (2004) quando salienta que a pesquisa de campo é realizada no ambiente natural em que ocorrem os fatos, envolvendo uma observação direta do fenômeno estudado.

(ii) Revisão da literatura e coleta de dados

O primeiro momento da segunda fase da pesquisa foi caracterizado como sendo aquele de maior concentração para a realização de leituras, fichamentos, a partir da realização da pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica tem um papel fundamental na elaboração do trabalho científico, pois, de acordo com Silvio Oliveira (2004, p.119), refere-se ao conhecimento das diferentes formas de contribuição científica que se realizou sobre determinado assunto ou fenômeno a ser estudado. Essa pesquisa também vem possibilitar a reunião de uma série de informações que possam comprovar a existência ou não de uma determinada hipótese que é ou foi objeto de estudo de outros pesquisadores e que, a partir de então, o/a pesquisador/a passa a somar uma série de informações, com a finalidade de elaborar o seu projeto de pesquisa e dar andamento ao seu trabalho investigativo. Fábio Appolinário (2004) corrobora as colocações de Silvio Oliveira (2004) quando afirma que é um momento direcionado à análise de documentos como estratégia de coleta de dados e uma proposta para revisão da literatura.

Durante a realização da pesquisa bibliográfica tivemos acesso a diversos tipos de publicações como artigos, relatórios, revistas, monografias, dissertações, teses, livros, entre outros, a fim de aprofundar os estudos nas temáticas a serem trabalhadas na pesquisa.

Outra técnica utilizada foi a de observação, definida por Antônio Severino (2007, p.125) como sendo “todo procedimento que permite o acesso aos fenômenos estudados”. Do ponto de vista de Christian Laville e Jean Dionne (1999) o processo de observação permite um contato direto com o real, pois é por meio da observação que a realidade se revela e temos a oportunidade de acompanhar as atividades cotidianas.

Esse momento de observação mencionado foi realizado paralelamente ao da pesquisa etnográfica, a qual, de acordo com Antônio Severino (2007), tem como objetivo compreender

os processos do dia a dia, partindo da observação das atividades e relações cotidianas, bem como suas diversas modalidades.

A segunda fase da pesquisa também consistiu um momento em que realizamos as entrevistas, utilizando um roteiro previamente estabelecido (Apêndice A), estruturado com categorias para subsidiar e validar a presente pesquisa, com integrantes da CODESF. Inicialmente, realizamos algumas entrevistas com a finalidade de testar e aperfeiçoar o roteiro.

Concluídos os primeiros momentos de entrevistas-teste, reestruturamos o roteiro⁷ e finalmente executamos as entrevistas semiestruturadas⁸ com os/as cooperados/as da CODESF. Após a realização das entrevistas efetivamos as suas transcrições, construímos um caderno de entrevistas (composto por 130 páginas), categorizamos e tabulamos os dados coletados, para viabilizar as análises. Com a realização das nossas análises validamos as nossas conclusões quanto ao resultado do nosso estudo proposto.

A pesquisa, como já dissemos, centrou-se na Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável – CODESF, a qual conta, atualmente, com um total de 86 cooperados/as, - compondo três segmentos produtivos: a produção de uva, banana e de artesanato -, dos/as quais, em sua maioria (62 cooperados/as e dentre eles/as 06 são mulheres⁹) são produtores/as de uva, seguidos pelos/as produtores/as de banana (12 cooperados/as, dentre eles/as 05 são mulheres) e 08 produtoras¹⁰ de artesanato da fibra da bananeira. Tomando por base a estruturação dos segmentos produtivos da cooperativa definimos a amostra, como se apresenta no quadro I.

A amostra inicialmente foi pré-estabelecida. Entretanto, nos deparamos com o “critério de saturação”, ou seja, de acordo com Suely Deslandes (2010, p.48), isso ocorre

⁷ Ver roteiro de entrevista nos apêndices. Paralelo à utilização do roteiro de entrevista também fizemos uso do caderno de campo, utilizado para registrar os momentos e situações de observação em nossa pesquisa de campo. Essa estratégia contribuiu para facilitar o momento de análise dos dados coletados.

⁸ As entrevistas semiestruturadas se caracterizaram pela realização de questionamentos e provocações que subsidiaram o processo investigativo da pesquisa. Para a realização das entrevistas semiestruturadas utilizamos um gravador, com o objetivo de captar a máxima legitimidade das informações colocadas pelos/as entrevistados/as. Esse procedimento foi realizado com o consentimento de todos/as entrevistados/as, com os quais nos comprometemos manter sigilo de suas identidades e assim, definimos optar por utilizar representações por segmento nos depoimentos resultantes da nossa pesquisa.

⁹ Durante a realização das entrevistas tivemos dificuldade em contemplar as mulheres produtoras de uva e banana, tanto pela difícil comunicação com o meio rural como também pela disponibilidade das mulheres (aquelas que conseguimos o contato recusaram submeter-se às entrevistas).

¹⁰ O Segmento da produção do artesanato (o grupo Fio e Renda) é o único composto apenas por mulheres.

“quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação”. E para tal situação, optamos por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva a qual envolveu o universo de 13 entrevistados/as, distribuídas nos três segmentos produtivos da cooperativa com o seguinte perfil, revelado no quadro I:

Quadro I: Caracterização da amostra da pesquisa

Seguimento produtivo	Referências	Características
Produtor Uva e Banana	UVA e BAN. 01; UVA e BAN. 02; UVA e BAN. 03; UVA e BAN. 04; UVA e BAN. 05	homem de mais idade, homem de menos idade, homem casado com filhos/as, homem solteiro sem filhos, homem envolvido com a cooperetiva há mais tempo, homem envolvido com a cooperativa há menos tempo, liderança do seguimento, cooperado pouco atuante.
Produtor UVA	UVA. 01	casado com filhos/as, homem envolvido com a cooperetiva há mais tempo e uma das lideranças do seguimento.
Artesã	ART.01 ART.02 ART.03 ART.04 ART.05 ART.06 ART.07	mulher de mais idade, mulher de menos idade, mulher casada com filhos/as, mulher solteira sem filhos, mulher envolvida com a cooperetiva há mais tempo, mulher envolvida com a cooperativa há menos tempo e a liderança do seguimento.

Fonte: elaborado pela autora

Assegurou-se às pessoas entrevistadas sigilo, em relação às suas identidades, tendo-se explicado o objetivo do trabalho na academia. Igualmente, solicitamos autorização para gravar as entrevistas.

(iii) Análise dos dados

Na análise das entrevistas tivemos sempre como referência o problema de pesquisa e seus objetivos.

De posse das entrevistas transcritas, cujo processo optou-se pela manutenção da expressão original de cada participante, com ligeiras modificações no que diz respeito às questões gramaticais, desenvolvemos os seguintes procedimentos¹¹, a partir do Caderno de Entrevistas:

- a) Mapeamento das categorias, onde nos concentramos nos seguintes temas: surgimento e consolidação da cooperativa; organização da produção; organização da gestão; participação dos/as cooperados/as; relação com meio ambiente; assistência técnica; comercialização; consumo e os hábitos alimentares; dificuldades; e, perspectivas.
- b) Construção de textos temáticos I – aqui, a partir do mapeamento produzido, retiramos do caderno de pesquisa todas as falas sobre os diferentes temas mapeados, assinalando sua autoria (cada participante recebeu um código, como se vê no Quadro I já apresentado) e página do Caderno de Pesquisa.
- c) Construção de textos temáticos II – nessa etapa, procede-se um aprofundamento analítico, evidenciando similitudes e diferenças e até singularidades, o que parece representar um diálogo entre as falas de quem participou das entrevistas.
- d) Construção de textos analíticos – neste momento, a análise compreende diferentes diálogos que podemos empreender num processo de investigação: participante – participante; participantes – autores (especialmente aqueles/as, contemplados no capítulo 1); participantes – problema e objetivos da pesquisa e participantes – pesquisadora, entre outros; os produtos desta etapa de análise dos dados deram origem aos capítulos 2, 3 e 4 desta dissertação.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da introdução, da conclusão e dos elementos pré-textuais e pós-textuais (ABNT, 2011), incluindo aí as Referências. Quanto aos capítulos, no primeiro apresentamos uma revisão da literatura, centrada em desenvolvimento e desenvolvimento local, extensão rural, Economia Solidária e segurança alimentar e nutricional. Nos demais capítulos, apresentamos as análises procedidas na busca de elementos que possam contribuir para explicar nosso problema de pesquisa.

¹¹ Os procedimentos metodológicos desenvolvidos na análise dos dados em nossa pesquisa inspiraram-se, fundamentalmente, nas aulas do Prof. Dr. Paulo de Jesus, do componente Curricular Metodologia da Pesquisa em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, do POSMEX, ministradas no primeiro semestre de 2010, quando o mesmo desenvolveu a temática análise de dados.

Ainda quanto à estruturação da dissertação, decidimos imprimir toda a parte textual no verso e anverso das folhas, de conformidade com a recomendação presente na NBR 14.724 (ABNT, 2011).

CAPÍTULO I - Desenvolvimento Local, Extensão Rural, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional: origens, conceitos, significações e possíveis relações na contemporaneidade.

Investigar em torno de um problema de pesquisa, que se centra na questão-síntese de como a Economia Solidária tem contribuído para a segurança alimentar e nutricional na perspectiva do desenvolvimento local, destacando, inclusive, a mediação da extensão rural, sugere que se definam referências em torno, no mínimo, de algumas grandes categorias, das quais destacamos: desenvolvimento e desenvolvimento local, extensão rural, Economia Solidária e segurança alimentar e nutricional. Buscamos, então, construir conceitos, significados e eventuais relações e implicações. Eis os propósitos do presente capítulo.

1. Algumas considerações sobre o desenvolvimento

Discutir sobre a questão do desenvolvimento nos conduz a pensar como o seu conceito foi tratado ao longo da história. Trazendo essa reflexão para o Brasil, Argemiro Brum (2000) destaca que a concepção de desenvolvimento sempre esteve atrelada, basicamente, à noção de crescimento econômico, envolvendo a adoção de modelos e ciclos econômicos¹² e a incorporação de avanços tecnológicos. Nesse processo, as atividades desenvolvidas no país sempre foram orientadas principalmente para exportação, em detrimento da parcela da população detentora do capital, com foco no mercado.

Para Celso Furtado (2009, p.105), esse ponto de vista econômico como proposta de desenvolvimento envolve diretamente a elevação da renda, ou seja, “o incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade”, o que direciona o conceito de desenvolvimento para a expansão e acesso ao mercado capitalista.

¹² O modelo primário-exportador (1500-1930); modelo de desenvolvimento nacional autônomo (1930-1964); modelo de desenvolvimento associado e dependente: do milagre a crise (1964-1984). De acordo com Buescu e Tapajós apud Argemiro Brum (2000, p. 131), os ciclos econômicos são caracterizados por períodos em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas – capitais e mão de obra – e provocando mudanças em todos os outros setores principais da sociedade, como a criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição de renda, na constituição de classes sociais, com o declínio de umas e ascensão de outras. (). Um ciclo supõe três fases consecutivas: o início da expansão, o auge e a decadência acentuada tendente ao desaparecimento. Para maiores aprofundamentos consultar: Argemiro Brum (2010) *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*.

Na visão de Franklin Coelho (2001), a noção de desenvolvimento econômico sempre foi tratada a partir de uma dimensão macro, centrada em políticas econômicas da esfera Federal. Do ponto de vista de Maria Culti (2010), essa concepção de desenvolvimento com base no crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, não beneficiou e não têm beneficiado, de modo satisfatório, as classes mais empobrecidas da sociedade. Ao contrário, tem contribuído para reafirmar cada vez mais a exclusão desse contexto da população. Entretanto, essa concepção de desenvolvimento tornou-se referência ao longo do século XX.

José de Souza Martins (2002, p.09) reforça essa concepção quando salienta que o desenvolvimento, com base no crescimento econômico, não tem promovido desenvolvimento social, “negando-se então, a perversidade das exclusões sociais que se acentua”. Sob esta visão, Maria Culti (2010) acrescenta reflexões que salientam que o processo de acúmulo de riqueza e exclusão social teve continuidade, e o país é marcado por desigualdades sociais elevadas e persistentes, resultado do processo de desenvolvimento com foco no crescimento econômico. Além disso, José de Souza Martins (2002, p.10) acrescenta que o desenvolvimento não está relacionado apenas na administração à distribuição da renda, como pensam muitos economistas. Desenvolver, portanto, corresponde “a uma distribuição equitativa de benefícios sociais, culturais e políticos, que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir”. Para o autor, a questão do desenvolvimento é muito mais social do que econômica. Portanto, o citado autor ressalta:

é difícil reconhecer que haja desenvolvimento quando seus benefícios se acumulam longe da massa da população. Como é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza (2002, p. 10).

Augusto Franco (2002, p.38) direciona essa discussão para uma reflexão sobre a questão da pobreza. Ao longo dos anos, seus estudos têm revelado que a ideia de pobreza não está atrelada apenas à insuficiência de renda, mas também à carência de desenvolvimento. Do mesmo modo que o desenvolvimento não pode ser considerado sinônimo de crescimento econômico, também não é resultado direto da oferta de serviços estatais. Para o referido autor, a pobreza é de maneira mais ampla, a chamada exclusão social, portanto, não pode ser adequadamente enfrentada apenas como políticas de distribuição de renda ou com as chamadas políticas sociais. Para tanto, o autor ressalta:

A pobreza não é um problema puramente econômico, de falta de crescimento, nem é a falta de oferta eficiente e suficiente de serviços estatais. A pobreza é como nos disse Amartya Sen, é a falta de capacidade de desenvolver

potencialidades, e poderíamos acrescentar, de aproveitar oportunidades (2002, p.38)

Amartya Sen (2010, p.29) defende que a concepção de desenvolvimento deve se apresentar em meio a uma reflexão que vai além da acumulação de riquezas e aumento do PIB. Pois, não se deve deter-se apenas à questão da renda, mas também a outros elementos essenciais que venham promover a liberdade dos indivíduos. Entretanto, não desconsidera a importância do crescimento econômico, então sugere a tentativa de se visibilizar ações para além dessa concepção de desenvolvimento, com base no crescimento. Nesse sentido, a autor destaca:

[...] os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é, sem dúvida, inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza (2010, p.29)

Para Amartya Sen (2010, p.16), essa reflexão recomenda que o desenvolvimento deve estar relacionado, sobretudo, à melhoria da vida que se leva e às *liberdades* desfrutadas. Quando o autor fala de liberdade¹³, ele traz a seguinte contribuição:

O desenvolvimento requer que removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (2010, p. 16).

A discussão sobre o desenvolvimento, como assinala Augusto Franco (2002, p.48), se revela bastante complexa, pois vai envolver influências de diversos fatores ao qual conferem, além da questão da renda. Nesse sentido, não podem simplesmente serem sanados apenas com a proposta de crescimento, com base na economia de recursos, investimentos, exportações, aumento do mercado, da produtividade e a qualidade. E o referido autor salienta:

O Desenvolvimento é um movimento sinérgico, captável por alterações de algumas variáveis de estado, que consegue estabelecer uma estabilidade

¹³ De acordo com Amartya Sen (2010, p. 17) a luz da visão mais fundamental de desenvolvimento como liberdade está a concepção das liberdades substantivas que se relacionam diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada e saneamento básico. Em outros casos, a privação das liberdades vincula-se estreitamente com a carência de serviços públicos e assistência social. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

dinâmica em um sistema complexo, no caso de uma coletividade humana. Mas o movimento não pode ser reduzido a crescimento. O crescer é importante, mas tem limites relativos aos valores de outras variáveis, melhor dizendo, a configuração global do arranjo de todas as variáveis que expressam fatores de desenvolvimento. Para além desses limites, o crescimento deixa de ser sinérgico e assim, deixa de significar desenvolvimento. Portanto, num país que faz crescer seu PIB, mas não consegue atingir valores compatíveis de capital humano e de capital social, então está havendo crescimento sem desenvolvimento (2002, p.48).

Como podemos observar, para Augusto Franco (2002), o desenvolvimento é a promoção de mudança social, que tem por objetivo garantir a estabilidade dos sistemas sociais, ou seja, está articulado ao desenvolvimento social, o que se aproxima da concepção de Amartya Sen.

As origens das discussões e das práticas sobre a proposta de desenvolvimento que não estão expressas apenas na preocupação com o crescimento, até então mencionadas, estão próximas da noção do desenvolvimento alternativo, apontada nos estudos de Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez (2002), que tem como base a valorização do local e a promoção da economia comunitária.

Esse direcionamento, apontado por Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez (2002), nos faz refletir sobre a concepção de desenvolvimento local. O que, para Juarez de Paula (2006), sugere voltar a discutir o conceito de desenvolvimento, conceito esse que tem mudado ao longo da história. Pois, durante muito tempo, como nos referimos anteriormente, a população sempre pensou que se tratava apenas de uma questão de crescimento econômico. Entretanto, com passar do tempo, percebeu-se que o crescimento econômico é um componente necessário, porém, não é suficiente. E nesse contexto, o Brasil pode ser considerado um grande exemplo, de modo que é tido como um dos países que mais cresceu economicamente no século passado, mas nem por isso pode ser considerado uma nação desenvolvida.

2. Sobre Desenvolvimento Local e Extensão Rural

De acordo com Augusto Franco (2002), a discussão sobre a proposta do desenvolvimento local¹⁴ começa a ganhar visibilidade no final dos anos de 1980 e início dos

¹⁴ Para Augusto Franco (2000) a definição de *local* não se refere necessariamente à limitação de um espaço, mas tem um sentido social e territorial, envolvendo o planejamento de um processo de desenvolvimento que pode ser promovido ou induzido.

anos 1990, do século XX. Para Anete Ivo (2001), esse período coincide com o novo padrão de organização social adotado por parte do Estado¹⁵, ou seja, o Estado passa então a diminuir suas responsabilidades de intervenção social enquanto instância reguladora da sociedade capitalista. O Estado, que antes era responsável pela reprodução das condições sociais do capital e da força de trabalho, da proteção social por meio das políticas públicas, passa a atuar na forma mínima, sob a justificativa da descentralização e grande influência do pensamento neoliberal¹⁶, fortalecendo-se, então, as privatizações e passando de um Estado protetor para um mero Estado de assistência.

Nesse processo, de acordo com Rosângela Barbosa (2007, p.195), o trabalho, que por sua vez era protegido pelo Estado, acaba por perder o sentido, e a sociedade, que tem como base as relações assalariadas, também passa a perder a sua representatividade. O Estado então “perde a sua função de responsável pela promoção do emprego e deixa ao mercado parte considerável da regulação do trabalho, ficando a sociedade civil como salvaguarda e executora de ações pragmáticas de políticas públicas”.

Nessa conjuntura, para Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez (2002), o mundo do trabalho passa a ser o centro de atuação e o ponto de qualquer caminho alternativo. E Paul Singer (2002 e 2003) argumenta que, nessa fase - mais conhecida como de reestruturação tecnológica, econômica e organizativa -, se instaura um profundo processo de mudança social, institucional e cultural. Esse caminho significa estender para uma economia cujo caminho se concretiza pela radicalização democrática, ou seja, trabalhando na construção de uma economia popular, o que tem por base valores de solidariedade e de cooperação, preocupada não apenas com o capital, mas com o trabalho e ascensão social.

Para Brás Callou (2006) é esse cenário que impulsiona a emergência do desenvolvimento local, principalmente pela condição de atuação como um Estado mínimo,

¹⁵ São diversas as explicações teóricas sobre o Estado. Segundo a bibliografia estudada, em um primeiro momento este é concebido por João Bosco Pinto e Laura Duque-Arazola (1988), como a instância do poder público-político da sociedade estruturada pelas relações sociais de poder e expressão das mesmas, as quais têm origens nas contradições entre as classes sociais. Nesse sentido, o Estado tem o papel de mediar os conflitos e lutas entre as classes sociais, seja sob a forma repressiva ou de forma persuasiva ou consensual, representando os interesses das classes, entretanto sob a hegemonia dos interesses da classe dominante, mesmo quando interesses de alguma das frações da classe venham a ser sacrificados em algum momento conjuntural. Desse modo o Estado garante a reprodução das relações sociais capitalistas, legitimando-se mediante o atendimento dos interesses da classe trabalhadora ou classes subalternas, isso, desde que contribuam na reprodução das relações capitalistas. Neste sentido para Eloísa Hofling (2001), o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalista em seu conjunto.

¹⁶ Para maiores aprofundamentos consultar: Desenvolvimento Econômico Brasileiro de Argemiro Brum (2010).

incitado pelos processos de globalização. Portanto, na medida em que o Estado passa a se colocar como mero assistente, então se começa a pensar estratégias que viabilizem o processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, Franklin Coelho (2001, p.61) caracteriza esse momento histórico como:

O movimento em direção a uma economia global e o esgotamento do regime fordista. Momento esse que o neoliberalismo se constitui, no ideário de um Estado mínimo que fragmenta, desregulamenta e precariza o mundo do trabalho, como se fosse uma única forma de inserção dos estados-nação no mundo globalizado.

Brás Callou (2006, p.107) aponta que a proposta de desenvolvimento local se revela como uma estratégia para resolver os problemas sociais, gerados pelos processos de globalização. Nessa conjuntura, o referido autor destaca:

É preciso que cada território descubra as suas potencialidades econômicas para, *de per si*, desenvolver. Condição essa que exige um esforço coletivo dos diversos atores sociais presentes nesses territórios (2006, p.107).

Brás Callou (2006) é enfático quando afirma que o Estado, por sua vez, vai tentar estimular a mobilização e participação da população, principalmente as localizadas no meio rural, por meio de diferentes formas de organização social como conselhos, sindicatos, fóruns, associações, entre outras, para, então, viabilizar estratégias promotoras de desenvolvimento local.

Na visão de Juarez de Paula (2006), o desenvolvimento local surge da necessidade de eleger uma função aos territórios¹⁷, destacando as suas singularidades na busca pelas potencialidades locais.

Augusto de Franco (2000, p.31) ressalta que, para que essas potencialidades locais se efetivem, é preciso reunir alguns fatores, dos quais destaca: a importância do nível de investimento na educação da população – o que vai possibilitar que as pessoas tenham condições de tomar iniciativas e assumir responsabilidades; é preciso que haja uma participação efetiva da sociedade em vistas à promoção de mudanças; e, a capacidade de atrair investimentos externos para desenvolver as potencialidades existentes no local – o que vai definitivamente depender dos fatores mencionados anteriormente. Nesse sentido, o referido autor argumenta:

¹⁷Para Juarez de Paula (2006, p.31) o território pode ser definido por uma identidade inventada pelo sujeito que o institui. Pode ser uma rua, um bairro, um conjunto de municípios, uma microrregião, ou um bloco de países.

Para tornar a dinâmica uma potencialidade é preciso identificar uma vocação e descobrir as vantagens de uma localidade em relação às demais. Mas isso não basta, porque o desenvolvimento não é só desenvolvimento econômico. É preciso que um conjunto de fatores de desenvolvimento seja estimulado. Basicamente é preciso que as pessoas tenham acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento e ao poder (2000, p.31).

Tal perspectiva de Augusto de Franco (2000) se aproxima da definição de desenvolvimento local, concebida por Franklin Coelho (2001, p.57), o qual conceitua desenvolvimento local, como abaixo:

O desenvolvimento local como a constituição de uma ambiência produtiva inovadora, na qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração de cadeias produtivas e redes econômicas e sociais, de tal modo que ele amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Em sua definição de desenvolvimento local, Franklin Coelho (2001) menciona a preocupação com desenvolvimento sustentável, que é corroborada com Carlos Júlio Jara (2001), quando salienta a importância do desenvolvimento local para a construção de sociedades sustentáveis, porquanto acrescenta, em sua reflexão, a importância do capital humano e do capital social para consolidação do desenvolvimento local.

Para Carlos Júlio Jara (2001), o capital humano está restritamente relacionado aos recursos humanos disponíveis de determinado local, os quais estejam em condições de resolver uma diversidade de problemas vivenciados por determinado contexto societário, e “com a capacidade de empreender processos produtivos integradores e equitativos”. Já quanto ao capital social, refere-se à capacidade de auto-organização coletiva, que tenha como base os vínculos solidários e a colaboração horizontal. Salienta então a importância de fortalecimento de canais de participação que, por sua vez, possam estimular a confiança mútua e a reciprocidade nas relações do grupo. Na visão do citado autor, essas características serão protagonistas da formação do que ele chama “um rico tecido social”, o que viabilizará o empoderamento dos sujeitos envolvidos.

Juarez de Paula (2006, p.30) reconhece a importância do capital humano e do capital social para a proposta de desenvolvimento local, entretanto acrescenta à discussão, a dimensão do capital produtivo, ou seja, “os empreendimentos precisam de serviços como logística, marketing, acesso a mercados, a créditos e etc”. Para ele, não basta existência de negócios sem que haja esses serviços. Se assim for, dificilmente as iniciativas poderão prosperar, pois o local está, definitivamente, inserido em um contexto global.

À luz das considerações até então expostas, percebemos que os autores, até então mencionados, apostam na proposta de desenvolvimento local. Essa relação se dá, frente à conjuntura neoliberal, reforçada pelo processo de globalização vivenciado ao longo dos últimos anos. Nesse processo é importante ressaltar que, em meio às discussões sobre o desenvolvimento local, fizemos um destaque para a contribuição do capital social e do capital humano, haja vista a necessidade de discutir a importância de se pensar sobre as intervenções e práticas extensionistas¹⁸ - segundo Brás Callou (2006, p.111), “leia-se extensionistas” - nesse processo. Práticas essas que atendam a demanda das comunidades locais. Nesse sentido, será que a extensão rural pode então contribuir com e para o processo de desenvolvimento local?

Em reação a esse questionamento apontamos as considerações de Brás Callou (2006, p.108), quando afirma:

considero ainda folgados os laços que unem extensão rural e desenvolvimento local. Não poderia ser diferente, diríamos, pois ainda estamos em fase de construção de um extensionismo.

Para Eros Marion Mussoi (2006), ao longo de sua história a extensão rural tem se revelado como um instrumento importante de política pública tanto quanto facilitadora para o processo de desenvolvimento. E o que pode estar contribuindo para isso é a construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão – PNATER, mediante a sua proposta de uso de metodologias participativas de orientação construtivista.

Em relação à PNATER, Brás Callou (2006, p.112) faz algumas observações em relação ao conteúdo do documento, sem ter a pretensão de contestar a proposta. E assim destaca que sua impressão ao ter acesso ao documento se traduziu em inquietações, pois, a proposta da PNATER parece ter valorizado, especificamente, a discussão no campo da agroecologia¹⁹. No entanto, questões envolvendo a nova ruralidade, cujo tema tem sido alvo de pesquisa de diversos estudiosos e, conseqüentemente, vem sendo apontada como um elemento importante para o processo de desenvolvimento, não são aprofundadas nas suas

¹⁸ Para Brás Callou (2006) a Extensão Rural compreendida em seus estudos pela sua polissemia. Para maiores aprofundamentos consultar a obra do referido autor: *Extensão Rural: polissemia e memória*.

¹⁹ Embora não se constitua objetivo de análise no presente estudo, a agroecologia como prática produtiva, como sistema de vida e como campo de estudo está em pleno desenvolvimento. Portanto, para iniciar de uma mínima compreensão sobre o tema, fizemos uso das contribuições de Francisco Caporal (2007, p.11) quando afirma que a agroecologia é entendida como um enfoque científico, destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e agriculturas sustentáveis.

diretrizes. Outro questionamento é em relação ao desenvolvimento local, pois suas diretrizes “optam pelo verbete desenvolvimento rural sustentável”, o que considera mais aproximado mediante a noção “do rural como possibilidades agroecológicas”.

Então, nesse contexto a extensão assume o sentido de:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não-agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia como eixo orientador das ações. (BRASIL, 2008a, p.09)

Para a concretização dessa proposta, a PNATER assume a proposta de uma metodologia participativa, com enfoque dialético e construtivista, como já foi colocado por Eros Marion Mussoi (2006).

Brás Callou (2006) salienta a necessidade de fortalecimento da relação teórica entre a extensão rural e o desenvolvimento local (uma vez que considera que os laços que as unem ainda são muito frágeis), especialmente ao considerar de grande importância a articulação entre “áreas vizinhas” de conhecimento como agroecologia e a Economia Solidária, sabendo-se que elas demandam intervenções sociais via práticas extensionistas. É isto que reforça a necessidade de se pensar na concepção de intervenção da extensão rural na perspectiva de desenvolvimento local.

Nesse contexto, Maria Nezilda Culti et al. (2010, p.23) salientam que, para promover o desenvolvimento local alguns elementos são essenciais, quais sejam: “capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os/as agentes locais, processo contínuo de inovação endógena e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território”. Para a referida autora, desenvolvimento endógeno é de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento local, na medida em que se faz uso dos recursos, das potencialidades e dos/as atores pertencentes a determinados locais, tendo em vista o fortalecimento da economia em um contexto societário local.

Ainda sobre as considerações de Maria Nezilda Culti et.al (2010, p.24), destacamos:

É interessante notar que a Economia Solidária se utiliza, em grande medida, dos mesmos instrumentos. Além do desenvolvimento endógeno e sustentável, na Economia Solidária agrega-se o desenvolvimento solidário, pois são iniciativas na qual a autogestão, a confiança mútua, a cooperação, a democracia, a autossustentação, o desenvolvimento humano, a responsabilidade social e o controle social são princípios fundamentais. A Economia Solidária agrega ainda a inclusão social. Contribui também com o desenvolvimento sustentável, pois é um processo de melhoria da qualidade de vida que compatibiliza o crescimento

econômico, a conservação dos recursos naturais e a igualdade social, no curto e no longo prazo. Em síntese, as condições para o desenvolvimento local e para a Economia Solidária dependem de um desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido e que integre e mobilize os produtores por meio de redes sociais, de técnicas de produção, comercialização, informação e formação, bem como outros atores locais, regionais e estaduais e as próprias políticas públicas em torno da sua autossustentação.

O debate sobre as políticas públicas, desenvolvimento local e Economia Solidária, para Brás Callou (2006), tem apresentado caminhos alternativos à política neoliberal. Todavia, o autor sugere que essas discussões sejam trabalhadas de forma mais integrada, especificamente ao tratar a relação entre o desenvolvimento local e a Economia Solidária. Já Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez (2002) apontam que, nos últimos anos, as experiências de desenvolvimento local têm se revelado e ganhado espaço a partir de ações econômicas, orientadas a valorizar e buscar relações de cooperação e solidariedade – como é o caso da Economia Solidária em um contexto societário de grande vulnerabilidade social e local. Esse fato também é ressaltado por Maria Nezilda Culti et al. (2010), quando enfatizam que a Economia Solidária tem se utilizado de instrumentos comuns para o desenvolvimento local, na conquista de seu espaço na contemporaneidade.

Temos assim que desenvolvimento é mais que crescimento econômico, devendo implicar participação, distribuição, liberdade, autonomia. Tal ideário se traduz na perspectiva do desenvolvimento local, que deve assumir as potencialidades e necessidades mais endógenas, mais próximas, identificando-se, inclusive, com a noção de desenvolvimento territorial. Desenvolvimento, Desenvolvimento Local/territorial se constituem desafios para a Extensão Rural e também para a Economia Solidária.

Reflitamos um pouco mais em torno da Economia Solidária.

3. A Economia Solidária e seus fundamentos

Por vários séculos e até os dias atuais as práticas capitalistas têm predominado enquanto padrão de produção e consumo. Em meio às suas debilidades e momentos de crise emergem iniciativas coletivas, pautadas nos valores voltados às práticas mais solidárias, o que têm se configurado na construção de novas relações de produção e consumo, dentre as quais podemos destacar a que está se denominando na contemporaneidade: Economia Solidária.

De acordo com Paul Singer (2003, p.13) “a Economia Solidária não é uma criação intelectual de alguém”, embora concorde com Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez

(2002) quando afirmam que a Economia Solidária tem suas bases ideológicas na Europa do Século XIX mediante a contribuição de alguns autores socialistas, concebidos como utópicos: Owen, Fourier, Saint- Simon, Buchez, entre outros. Considerando o contexto histórico, Paul Singer (2002) salienta que a Economia Solidária emerge como prática, logo após a consolidação do capitalismo industrial²⁰, frente ao desemprego e empobrecimento dos artesãos/as, originado pela expansão das máquinas nas fábricas para a produção industrial.

Ainda segundo Paul Singer (2003, p.13), soma-se a essa realidade a busca de um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos/as que se encontram, ou temem ficar, marginalizados/as do mercado de trabalho”. Nesse sentido Isabelle Guérin (2005) acrescenta que, desde sua origem, a Economia Solidária estava ligada aos movimentos da economia social, iniciados ao longo do século XIX na América do Norte e na Europa, e pouco tempo depois se expandiram para os países do Sul, os quais contaram expressivamente com a participação das mulheres.

Isabelle Guérin (2005) também lembra que as primeiras iniciativas de Economia Solidária foram realizadas por pequenos/as produtores/as agrícolas e pelos/as trabalhadores/as de indústrias, movidos/as pela necessidade de se organizar diante da precarização de suas condições de trabalho e dos processos mercantis.

Paulo de Jesus e Newton Antônio P. Bryan (2000) analisam o contexto da Economia Social na Europa e em outros continentes, chamando a atenção para sua relevância mesmo no século XX e, evocando outros autores, esses dão conta de que a Economia Social surgiu de movimentos que pretendiam ser mecanismos de transformação social e afirmam a possibilidade de estabelecer relações sociais de solidariedade nas atividades de natureza econômica.

Em 2001, Paulo de Jesus evidenciava características da nova Economia Social na Europa, ou seja, defendia que significativo número de iniciativa em diferentes países da Europa buscava revalorizar o ideário do associativismo e do cooperativismo, na perspectiva de efetiva solidariedade, participação e autogestão. Aos poucos, esse movimento foi crescendo e nos últimos anos do século passado foi assumindo a identidade de Economia Solidária.

²⁰De acordo com Paul Singer (2002) a Grã-Bretanha foi considerada a pátria da primeira grande revolução industrial. Esse momento foi caracterizado pela exploração dos trabalhadores nas fábricas, pois as exaustivas jornadas de trabalho chegavam a ameaçar a vida dos trabalhadores.

Ana Dubeux (2009) argumenta que com a chegada do século XX desponta o processo de globalização e reestruturação da produção²¹, o que veio incidir sobre as relações de trabalho em contexto mundial neoliberal²². Com essas mudanças o capitalismo evolui e consegue se tornar ainda mais excludente que nos séculos anteriores. Vivenciando esse processo de exclusão, homens e mulheres trabalhadores/as começam a perceber que a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal torna-se cada vez mais distante, o que vem estimular a busca de alternativas de trabalho e geração de renda.

Adriana Oliveira (2004) corrobora com Ana Dubeux (2009) quando afirma que esse cenário nas últimas décadas tem contribuído para o crescimento das iniciativas vinculadas à Economia Solidária, impulsionadas por todo esse processo de reestruturação produtiva excludente, reflexo das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e, sobretudo estruturado nas bases ideológicas da concepção neoliberal.

Para melhor compreensão da Economia Solidária, como prática contemporânea, torna-se relevante destacar algumas concepções teóricas sobre a temática:

Para Paul Singer (2002) a Economia Solidária tem sido considerada uma prática que envolve um modo de produção autogestionário, cujos princípios básicos são propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Isabelle Guérin (2005, p.13) acrescenta então:

Economia Solidária foi progressivamente definida de um modo empírico, a partir das práticas dos atores. Em seu sentido mais amplo, ela agrupa um conjunto de iniciativas econômicas privadas (isto é autônomas em relação ao Estado) que apostam mais no interesse coletivo e na solidariedade que na busca do lucro.

Esses aspectos colocados por Paul Singer (2002) e Isabelle Guérin (2005) sobre a Economia Solidária se contrapõem à lógica de estruturação da sociedade capitalista, principalmente quando nos reportamos às considerações de Rosangela Barbosa (2007, p. 96) quando salienta que a Economia Solidária “vem sendo entendida como uma modalidade

²¹De acordo com Helena Hirata (2002) a reestruturação produtiva tem como característica marcante a constituição de empregos cada vez mais precários, o aumento do desemprego com maior tempo de duração, e formas instáveis e flexíveis do uso da mão de obra, o que atinge, sobretudo, o contexto de trabalhadores/as assalariados/as.

²² Esse processo coincide com a discussão sobre o a atuação do Estado mínimo e emergência das reflexões sobre o desenvolvimento local.

específica de economia popular que reúne grupos em associações, cooperativas²³ ou pequenas empresas, baseadas na cooperação e na autogestão”.

A referida autogestão, por Rosangela Barbosa (2007), conforme Paul Singer (2002) se manifesta quando todas as decisões que envolvem determinada organização coletiva como associações e cooperativas são tomadas em conjunto nas assembleias, sem existir a dicotomia direta entre patrão/a e empregados/as. Assim, todos/as aprendem a ser donos/as e a participar da tomada de decisão, a partir da estimulação da cooperação entre os/as envolvidos/as. Nesse sentido, de acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes (2005, p. 12), a autogestão significa:

o exercício de práticas participativas e democráticas nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus de interesses.

Nesse contexto de valorização autogestionária, as primeiras iniciativas de práticas que se aproximam da proposta de Economia Solidária têm origem, segundo Paul Singer (2002, p.35), na Inglaterra, inicialmente com proposta chamada de “cooperativismo revolucionário”, liderado por Robert Owen e seus discípulos. Para tanto, as organizações cooperativas acabaram por tornar “evidente a ligação essencial da Economia Solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”. O autor destaca, ainda, que a primeira grande cooperativa constituída foi denominada cooperativa de consumo de Rochdale – chamada *Society of Equitable Pioneers*, criada em 1844. Entretanto, a primeira cooperativa da qual se tem registro foi criada, em 1760, por trabalhadores de Woolwich e Chatham. Mas em esclarecimento, Paul Singer (2003, p.13) salienta:

O modo de solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da Economia Solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperado/as por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos/as; destinação do excedente anual também acertado entre todos/as cooperados/as.

²³ De acordo com Sandra Mayrink Veiga e Daniel Rech (2001) uma associação de um modo geral pode ser conceituada como uma iniciativa formal ou informal que reúne pessoas de uma sociedade ou outras sociedades jurídicas, as quais partilham objetivos comuns frente às dificuldades vivenciadas a fim de promover benefícios a seus envolvidos/as. Já a cooperativa são iniciativas que pretendem envolver as integrações associativas e participativas, mas tem como objetivo dedicar-se ao desenvolvimento de atividades direcionadas ao mercado.

Podemos observar então que os princípios organizativos da Economia Solidária apontados por Paul Singer (2003) têm uma forte ligação com os valores e princípios cooperativistas tratados por Johnston Birchall citado Souza Santos e César Rodríguez (2002, p. 33) quando afirma que desde suas origens, o cooperativismo e suas práticas cooperativas, como práticas econômicas, têm se inspirado em valores voltados para a “democracia, autonomia, igualdade e solidariedade”. Para tanto, esses valores têm por base um conjunto de princípios que até os dias atuais tem guiado o funcionamento das cooperativas em todo mundo. Dentre os princípios mencionados, destacamos:

O vínculo aberto e voluntário – as cooperativas são abertas para o ingresso de novos membros; o controle democrático por parte de seus membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados/as de acordo com o princípio “cada membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou sua função na cooperativa; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais das decisões sobre a distribuição de proveitos; a autonomia e a independência em relação ao Estado e outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva; a cooperação entre as cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (BIRCHALL apud SOUZA SANTOS e RODRIGUÉZ, 2002, p.34)

Para Maria Nezilda Culti et al. (2010) o cooperativismo, portanto, tem uma preocupação com o desenvolvimento do indivíduo no que tange as dimensões econômicas, sociais e culturais. É um conjunto de relações cooperativas que, historicamente, se revela junto ao capitalismo, entretanto, é concebido como uma prática mais adequada, participativa, democrática e mais justa para atender às necessidades e aos interesses específicos dos/as trabalhadores/as.

Com base nesses princípios, apontados por Johnston Birchall citado Souza Santos e César Rodríguez (2002) e as colocações de Maria Nezilda Culti et al. (2010), os estudos de Fernanda Cupertino Alcântara (2005, p.65) constatam que, ainda hoje, o cooperativismo se enquadra à noção de alternativa ao modo de produção capitalista. De modo que pode ser considerado “um caminho do meio”, na medida em que sugere a incorporação de elementos existentes no capitalismo e no socialismo, “mas que sofrem uma necessária rearticulação, constituindo, assim, uma nova prática, cujo objetivo maior é institucionalizar-se como um dos modos de produção da modernidade”. Associada a essas ideias, nos direcionamos a noção de desenvolvimento alternativo, com ênfase no local, desenvolvida por Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez (2002), uma vez apontada nesse estudo.

Ainda segundo as contribuições de Fernanda Cupertino Alcântara (2005), as organizações que compõem as chamadas *alternativas* ao modo de produção capitalista, ou seja, as mais conhecidas iniciativas de Economia Solidária envolvem, desde uma diversidade de associações, grupos de pequenos/as produtores/as até todos os possíveis tipos de cooperativas, entre outras formas de organização.

Fábio Lemes (2009) sublinha que os idealizadores das práticas de Economia Solidária, colocadas por Fernanda Cupertino Alcântara (2005), as concebem como a concretização das alternativas mediante o cenário de exclusão e desigualdades sociais, características da sociedade capitalista. Contudo, aponta como grande desafiador para os dias atuais, a capacidade de viabilidade histórica, no sentido de atender as questões econômicas sem perder seu caráter solidário e autogestionário. Somam-se a isso as observações de Paul Singer (2003), quando coloca que seria admitir um erro supor que as iniciativas de Economia Solidária sejam as únicas alternativas de garantia da sobrevivência dos contextos mais pobres e excluídos do mercado de trabalho formal, pois, se assim fosse, estaria admitindo que as situações de pobreza e de exclusão tornariam as pessoas mais solidárias – o que não é verdade, apesar de reconhecer a existência de laços de solidariedade e ajuda mútua entre os/as mais pobres. Essas relações solidárias então tendem a se limitar entre as pessoas mais próximas com as quais há certa identificação - o que geralmente não acontece com pessoas que lhes são estranhas - e, portanto, muitas delas acabam por internalizar os valores do individualismo que estruturam o modo de produção capitalista.

Por fim, neste esforço de conceituação da Economia Solidária parece importante a referência ao trabalho recente, organizado por Antônio David Cattani (2003), sob o título de *A Outra Economia*. Nele, alguns verbetes são desenvolvidos: além de Economia Solidária, convém destacar aqui aqueles relacionados com Economia da Dívida, Economia do Trabalho, Economia Moral, Economia Popular e Economia Social na França para evidenciar que o campo da denominada Economia Solidária está em grande desenvolvimento neste início de Século, dando conta de outras práticas, outras lógicas, outras perspectivas, outros sentidos e finalidades diferentes daqueles norteadores do modo de produção capitalista.

3.1 A Economia Solidária no Brasil

Em seus estudos, Paul Singer (2003, 2006) revela que a Economia Solidária surge no Brasil na década de 1980. Entretanto, ganha impulso a partir da segunda metade da década de 1990. Como já mencionado por Anete Ivo (2001), esse momento também coincide com a nova proposta de atuação do Estado e, conseqüentemente, com a visibilidade em torno das discussões sobre o desenvolvimento local, apontado por Augusto de Franco (2001) e Brás Callou (2006). O que parece ser sugestivo e representativo na época, enquanto cenário produtivo na sociedade brasileira, e caracterizado, segundo Paul Singer (2003, 2006), pela crise do desemprego em massa, ocasionado pela crise econômica, mediante o resultado da ação das políticas neoliberais. Desse modo, Daniela Sousa (2008) assinala que em reação a essa realidade, as propostas de auto-organização por parte dos/as trabalhadores/as tornam-se então uma estratégia na busca de uma saída perante o desemprego.

Jean-Louis Laville et al. (2006) chama a atenção para esse momento de emergência da Economia Solidária no Brasil, pois seu conceito ainda se revelava como um processo em construção, na medida em que apontava a necessidade de maior compreensão para as experiências pouco conhecidas na Europa e na América Latina.

De acordo com Paul Singer (2003), nesse período houve uma grande contribuição e envolvimento dos movimentos sociais, sindicais, ONGs, entre outras entidades, as quais se destacam a Agência de Desenvolvimento Solidário – da central sindical CUT, em parceria com Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos – DIEESE, bem como os empreendimentos e representantes da sociedade civil. Todos esses na luta pela consolidação da Economia Solidária. Foi também nesse momento que surgiram as Incubadoras de Cooperativas Populares, pertencentes às universidades, que se dedicaram à organização e ao atendimento da população mais empobrecida, articuladas em cooperativas de produção ou de trabalho. Ana Dubeux (2009), por sua vez, enfatiza que essas articulações têm contribuído para que a Economia Solidária conquistasse seu espaço de modo rápido no Brasil. Como também salienta que os espaços de discussões em torno da Economia Solidária também tem se fortalecido a partir da consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, da articulação entre fóruns Estaduais, as redes de produção e consumo e outras iniciativas, como a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária.

Com o passar dos anos esse contexto, de acordo com Rosangela Barbosa (2007), sugeriu a produção de estratégias que garantissem a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de práticas de geração de renda, como por exemplo, as iniciativas baseadas em cooperativas como precursoras de iniciativas de Economia Solidária. Tais experiências passam a fazer parte da agenda governamental, consolidando-se durante o curso do governo Lula.

De acordo com Daniela Sousa (2008, p. 02) essas iniciativas e articulações, apontadas por Paul Singer (2003) Ana Dubeux (2009) e Rosangela Barbosa (2007), passam a ser bastante valorizadas durante o Governo Lula, de modo que:

Lula institucionalizou, a partir do seu primeiro mandato, uma política centrada na Economia Solidária, para a qual criou uma Secretaria Nacional. Em julho de 2003, o congresso Nacional aprovou projeto de Lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE a Secretaria Nacional de Economia Solidária²⁴- SENAES. A direção da Senaes ficou a cargo de um respeitado acadêmico brasileiro, com grande atividade, pesquisa e produção sobre o tema, o economista Paul Singer. A partir de então, a Economia Solidária alçou o *status* de política pública no governo.

Nesse sentido, Paul Singer (2006) acrescenta que Lula foi um dos únicos candidatos à presidência da república que colocou a Economia Solidária em destaque, em seu programa de governo. Portanto, também foi uma ação de seu governo atender às reivindicações para a criação da Senaes no Ministério do Trabalho e Emprego. Para tanto, em suas considerações, Paul Singer (2006, p.202) ressalta:

Também por sugestão do movimento, fui escolhido pelo presidente para chefiar a nova secretaria. No momento da minha posse teve lugar, em Brasília, a III Plenária Nacional da Economia Solidária, com a presença de mais de 800 delegados/as da maioria dos Estados e que fundou na ocasião o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES, que se tornou então, o principal parceiro da Senaes.

Paul Singer (2006) ressalta a importância para o movimento da Economia Solidária, a consolidação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que conta com uma comissão coordenadora nacional, em Brasília. O FBES é composto por Fóruns Estaduais, que estão

²⁴ No dia 24 Junho de 2003 foi criado a Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes no âmbito do Ministério de Trabalho de Emprego, com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764. Esse estatuto é produto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com Rosangela Barbosa (2007, p.194) com a criação da Senaes passa-se a falar de um novo sentido de trabalho, esse desvinculado do processo de relações assalariadas, ou seja – o que a autora chama de reconceituação do trabalho.

articulados ao movimento organizado da Economia Solidária em vários Estados, onde também há fóruns municipais e microrregionais.

De acordo com Ana Dubeux (2009), em meio a sua atuação, o FBES aprova a *Carta de Princípios*²⁵. Dentre seu conteúdo destacamos o compromisso da Economia Solidária no Brasil com:

a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade. (Secretaria Executiva do FBES, p.78)

Além do comprometimento do FBES com a proposta da Economia Solidária a Senaes também se destaca com suas ações nos últimos anos, das quais podemos lembrar o mapeamento da Economia²⁶ Solidária, a nível nacional (BRASIL, 2006b) e a implementação do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento²⁷ no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Ao desenvolver tais ações Paul Singer (2006) faz referência quanto à ambição da Senaes em tornar a Economia Solidária um instrumento importante na luta pelo enfrentamento da pobreza no país.

De acordo com Paul Singer (2006, p.204), desde a sua criação, a Senaes “adotou um dos seus objetivos fundamentais, ou seja – promover o conhecimento da realidade da Economia Solidária no Brasil”. Para a realização dessa feita, mobilizou diversos pesquisadores para assim conseguir mapear a Economia Solidária em todo Brasil. Esse mapeamento teve uma duração de aproximadamente um ano. Ao final desse trabalho foi então

²⁵ Para maiores aprofundamentos consultar home page: <http://fbes.org.br>

²⁶ Iniciativa que se propôs a identificar e caracterizar as formas de organização do trabalho vinculadas à proposta da Economia Solidária. Esse mapeamento foi realizado a nível nacional. (BRASIL, 2006b).

²⁷ De acordo com Rosângela Barbosa (2007,p. 231), tomando como referência a documentação da Senaes/MTE. A Economia Solidária no governo Federal assume a seguinte representatividade: o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento que tem como objetivo fortalecer e divulgar a Economia Solidária nacional, mediante políticas públicas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. O público-alvo: Trabalhadores/as em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, trabalhadores informais, pequenos produtores familiares rurais e urbanos, redes de Economia Solidária, empreendimentos de Economia Solidária (cooperativas, empresas autogestionárias, associações e outros), agência de fomento a Economia Solidária, fóruns municipais e regionais de desenvolvimento, beneficiários de programas governamentais de inclusão social. A estrutura da Senaes: Departamento de Estudos e Divulgação e Departamento de Fomento à Economia Solidária; Quanto às linhas de ação: Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária; Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária; Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária; Promoção do Consumo Ético; e, Assistência Técnica para a Geração de Finanças Solidárias.

possível identificar diversidades de empreendimentos, que já praticavam Economia Solidária, “sem terem noção” do que praticavam.

Maria Nezilda Culti et al. (2010, p.21), sobre os estudos e o mapeamento da Economia Solidária no Brasil, destaca:

A Economia Solidária dispõe de uma importante fonte de informações desde 2006, oriunda dos primeiros Mapeamentos Nacionais da Economia Solidária que formou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, na Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes do Ministério de Trabalho e Emprego, com apoio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O mapeamento mostra a gênese dos empreendimentos econômicos solidários, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios para seus integrantes e para as comunidades onde ela se desenvolve.

De acordo com Paul Singer (2006), em um primeiro momento, o mapeamento da Economia Solidária no Brasil identificou em torno de 15 mil empreendimentos solidários, dos quais se destacaram: os empreendimentos organizados em associação, com 55%; seguidos pelos grupos informais, com 27%; e, as cooperativas com 14%. Entretanto, com a atualização desses dados, Maria Nezilda Culti et al. (2010, p.22), em um panorama geral do mapeamento, destacam:

o último mapeamento que compõe o SIES cobriu 52% dos municípios brasileiros e levantou dados sobre 21.859 empreendimentos e uma população de 1 milhão e 687 mil homens e mulheres. Desses empreendimentos, 9.498 estão localizados no Nordeste, 3.583 no Sul, 2.656 no Norte, 3.912 no Sudeste e 2.210 no Centro-Oeste do país. Ou seja, quase a metade (43,5%) deles localiza-se no Nordeste, em segundo lugar está o Sudeste (17,9%), em terceiro e quarto, o Sul (16,4%) e o Norte (12,1%) e por último, o Centro-Oeste (10,1%). Os dados também indicam que mais da metade dos empreendimentos (52%) está organizada na forma de associações, (36,4%) são grupos informais, (9,6%) cooperativas e (2%) distribuídas entre empresas autogestionárias de sociedade mercantil. Segundo os registros, a atividade econômica desses empreendimentos é muito variada, mas considerando as 50 atividades que mais aparecem nos empreendimentos, predomina as ligadas à agropecuária, extrativismo e pesca (50%), seguida das de produção manufaturada – industrial e artesanal (37%), ficando as atividades caracterizadas como serviços com 7% e como comércio 6%. Quase a metade (48%) desses empreendimentos atua exclusivamente na área rural, 34,6% exclusivamente na área urbana e (17,1%) têm atuação tanto na área rural como na área urbana.

Para Maria Nezilda Culti (2010) os dados revelados pelo Mapeamento da Economia Solidária mostram que a Economia Solidária no Brasil está se consolidando como uma importante alternativa de inclusão social pela via do trabalho e da renda. E afirma que isso é possível quando ocorre uma combinação de práticas voltadas à cooperação, autogestão e solidariedade na realização de atividades econômicas, o que vem impulsionar a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos com a Economia Solidária. Essa iniciativa permite estabelecer a construção de novas relações entre produtor e

consumidores, respeitando o meio ambiente e contribuindo para os movimentos emancipatórios na sociedade.

Nas palavras de Maria Nezilda Culti et al. (2010, p.24), o mapeamento possibilitou a identificação de instituições de apoio à Economia Solidária em todo Brasil. O que, para a referida autora, representa uma ampliação na dinâmica social no sentido de aumentar o “capital social e produtivo”, possibilitando a criação de novos arranjos institucionais, resultantes da articulação de parcerias entre elas. Então, destaca:

as agências de desenvolvimento (os IDR); instituições de crédito; centros nacionais e internacionais de desenvolvimento tecnológicos; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Sebrae); instituições governamentais; instituições não governamentais; empresas que desenvolvem uma política de responsabilidade social; órgãos especializados junto às secretarias de planejamento, desenvolvimento econômico, indústria, comércio e agricultura; conselhos para a gestão integrada das políticas; fóruns permanentes de debates sobre o desenvolvimento local e Economia Solidária.

O Estado de Pernambuco mapeou em 2007 um conjunto de 1.526 Empreendimentos Econômicos Solidários. Naquela ocasião, a região Nordeste do Brasil tinha quase a metade dos empreendimentos mapeados (43,45%).

Considerando as palavras de Raquel Uchoa et al. (2011), as informações reveladas pelo mapeamento realizado pela Senaes, em consonância com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, por exemplo, é a oportunidade de avançar para uma política de modo a integrar ainda mais as diversas ações no campo da segurança alimentar com as realizadas no campo da Economia Solidária. A produção de alimentos com base na proposta Segurança Alimentar e Nutricional poderá contribuir para conferir viabilidade econômica e desenvolvimento para os grupos e empreendimentos baseados na cooperação, na autogestão e na solidariedade.

Ainda sob as considerações de Raquel Uchoa et al. (2011, p.249), para que a Economia Solidária se fortaleça na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional se faz necessário pontuar algumas diretrizes, para atuação junto às políticas públicas. Entre as citadas diretrizes, destacam-se:

acesso à educação, formação e assessoria técnica; acesso a crédito e financiamento em condições adequadas, e o desenvolvimento de um sistema de finanças solidárias sob o controle das comunidades; Acesso a processos de comercialização da produção, especialmente através da organização dos produtores associados nos processos de compras governamentais.

Contudo, Maria Nezilda Culti et al. (2010) argumenta que atualmente uma grande parcela de trabalhadores/as excluídos do mercado formal tem buscado se organizar em

associações, cooperativas, empreendimentos autogeridos e familiares para garantir trabalho e uma renda. Essas iniciativas, com base na forma solidária e associativa, têm se multiplicado em todo o território nacional, chamando a atenção de vários setores da sociedade civil, do poder público e outras instituições, das quais, unidas, essas iniciativas têm buscado formas de gerar trabalho e renda a partir de uma articulação coletiva e solidária.

Considerando essa conjuntura, Raquel Uchoa et al. (2011,p.249) afirmam que a promoção e articulação de políticas públicas são de fundamental importância para o fortalecimento das iniciativas econômicas expostas por Paul Singer (2006) Maria Nezilda Cult et al. (2010) e outros teóricos/as aqui citados, no campo da Economia Solidária. Para tal situação, Raquel Uchoa et al. (2011) ressaltam que, a promoção do desenvolvimento, com olhar voltado para a sustentabilidade pode ser um passo importante para se efetivar a participação e o controle das coletividades envolvidas com a Economia Solidária, o que, portanto, tem se tornado “protagonistas e animadoras” dos processos de desenvolvimento. Isso, para Paulo de Jesus (2006) e para Maria Nezilda Cult et al. (2010), se revela como desenvolvimento local.

Esse cenário, para Crispim Moreira (2009), é alvo de ações propostas na agenda do governo federal, que visa articular a proposta da Economia Solidária junto a ações que favoreçam a Segurança Alimentar e Nutricional. Para tal situação, estão sendo pensadas estratégias para articulação de programas governamentais envolvendo a proposta de Desenvolvimento Local, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional.

4. A Segurança Alimentar e Nutricional: a trajetória na construção de um conceito

Segundo Renato Maluf (2009), a alimentação é uma necessidade vital para os indivíduos, isso porque, minimamente a sua falta pode acarretar sérios problemas de saúde e até levar à morte. A discussão em torno de uma alimentação saudável tem se ampliado nos últimos anos, pois são questões que vão além da escassez ou falta de alimentos. Além disso, o consumo inadequado de alimentos pode vir a comprometer a saúde e a qualidade de vida de um contexto familiar. Entretanto, ainda não é dada a atenção necessária aos devidos cuidados a essa questão da alimentação, quando atrelada aos aspectos da higiene, da saúde, e menos ainda quando se trata das dimensões sociais, ambientais e culturais. Nesse sentido, Renato Maluf (2009, p.10) destaca:

pode-se dizer que grande parte do sofrimento pelo qual passam parcelas significativas da população mundial está relacionada a questões alimentares e

nutricionais, seja pela ausência do alimento, seja pela sua má qualidade, seja por condições de vida e de saúde que impedem o seu aproveitamento adequado.

Essa explanação de Renato Maluf (2009) nos sugere uma reflexão mais profunda, que nos conduz à construção de um conceito sobre a Segurança Alimentar e Nutricional adotado e reformulado ao longo dos anos, conceito esse que passa por influências de determinados momentos históricos e que também vai envolver posicionamentos e concepções diferenciadas.

Conforme Flávio Valente et al. (2007), Roberto Maluf e Menezes (S/D), falar de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN não é algo recente. O conceito de Segurança Alimentar vem se construindo ao longo das décadas ou até séculos. O termo Segurança Alimentar e Nutricional emerge, inicialmente, na Idade Média, voltando a ser utilizado na Europa no período da Primeira Guerra Mundial (entre 1914 e 1918); nesse período, o conceito estava intimamente relacionado à capacidade de produção de alimentos de cada país.

De acordo com Jacques Chonchol (2005), já no início da década de 1930, alguns estudiosos na área de nutrição humana começaram a alertar sobre a necessidade de aumento da disponibilidade de alimentos no mundo. Esse fato se seguiu paralelo à passagem em que alguns economistas recomendavam a redução da produção de alimentos para resolver o problema dos excedentes invendáveis. Entretanto, naquele momento, também se chegou à conclusão que a questão da fome ainda estava em evidência, na medida em que esse problema ainda existia para uma grande parte da população, mesmo com excedentes agrícolas postos à venda no mercado.

Jacques Chonchol (2005) também destaca que essa discussão continua durante a guerra, findando nos anos de 1945. Ainda nessa época, o presidente Roosevelt convocou uma reunião com as Nações Unidas cuja pauta para debate foi sobre a agricultura e a alimentação. Nesse momento, participaram representantes de 44 governos, e dessa união surge a FAO²⁸ – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Lehman apud Valente (2002, p.41) coloca que “a primeira referência ao conceito da SAN no âmbito da FAO vem relacionada à discussão da assistência alimentar na VII Sessão da Conferência da FAO, em novembro de 1953, onde a assistência alimentar, utilizando os excedentes de alimentos, era vista como um componente da segurança alimentar”.

²⁸ Segundo Renato Maluf (2009) por suas atribuições, a FAO tornou-se uma das principais referências internacionais no que se refere a questões da fome e da Segurança Alimentar.

Flávio Valente (2007) coloca que, após o fim da Segunda Guerra, a questão da segurança alimentar passou a ser tratada como a insuficiência de disponibilidade de alimentos. Na tentativa de resolver esse problema, ações foram propostas para promoção de assistência alimentar a partir da utilização dos excedentes de alimentos dos países mais ricos. Até então, acreditava-se que a questão da insegurança alimentar era resultado da insuficiente produção de alimentos nos países mais pobres. Então, para estimular a produção de alimentos nesses países passou-se a investir na Revolução Verde²⁹.

Jacques Chochol (2005) e Flávio Valente et al. (2007) convergem em suas argumentações quando afirmam que foi por volta de 1965 que se iniciou no continente Asiático a Revolução Verde, e logo posteriormente avança pela América Latina. Apesar de a Revolução Verde ter apresentado resultados satisfatórios em termos do aumento da produção de alimentos, não se conseguiu reduzir o número de pessoas excluídas e com fome, portanto, sua atuação não implicou no aumento da garantia do acesso a alimentos, sem contar que acabou por trazer consequências desastrosas para a população a nível ambiental, econômico e social, como a considerável redução da biodiversidade, uma menor resistência às pragas, o aumento do êxodo rural, contaminação do solo e dos alimentos, entre outras.

Nessa linha de pensamento, Jacques, Chochol (2005) acrescentam que, a década de 1970 é caracterizada por uma grande crise na produção de alimentos, esgotando os estoques disponíveis e aumentando os preços. Esse cenário provoca a FAO para a convocação de uma grande Conferência Nacional sobre Alimentação. Na referida conferência, em 1974, em meio às discussões, Flávio Valente et al. (2007, p. 04) ressalta que foi identificado que:

A garantia da segurança alimentar deveria passar por uma política de armazenamento estratégico de oferta de alimentos, associada à proposta de aumento da produção de alimentos. Ou seja, não era suficiente só produzir alimentos, mas também garantir a regularidade do abastecimento.

Ainda sob a visão de Flávio Valente et al. (2007), nesse período a preocupação estava centrada no alimento e não no ser humano. Portanto, a dimensão da alimentação como um direito humano ainda era deixada em segundo plano. Considerando esse contexto, é válido ressaltar que a Revolução Verde intensificou-se, sobretudo no Brasil, pois foi nessa ocasião

²⁹ De acordo com Roberto Maluf e Francisco Menezes (S/D) esse foi um momento caracterizado pelo aumento significativo da produção agrícola assegurado com emprego maciço de insumos químicos e mecânicos.

que houve um enorme investimento na produção de soja no país. Paradoxalmente a isso, aumentou a situação da fome e os indicadores de exclusão social. Além disso, esse aumento da produção não se concretizou em garantia de acesso aos alimentos.

Flávio Valente (2002, p.41) chama a atenção para a década de 1980 quando, logo após a crise de alimentos, partia-se da concepção que os problemas ocasionados pela fome e a desnutrição eram resultados da demanda e da distribuição, ou seja, o problema estava vinculado efetivamente à questão do acesso ao alimento. Ainda em 1983, o conceito de segurança alimentar passa por um processo de evolução, envolvendo questões como a oferta estável e adequada de alimentos, tanto quando a garantia do acesso e da qualidade. Então, ainda no final da década de 1980 e início dos anos 1990 houve uma “ampliação do conceito de segurança alimentar passando a incluir questões voltadas à qualidade sanitária, biológica, nutricional e cultural dos alimentos e suas dietas”.

De acordo com Armatya Sem (2010), nesse mesmo período mencionado por Flávio Valente (2002), também passaram a ser consideradas as questões da equidade, justiça e relações éticas entre a geração atual e as gerações futuras, quanto ao tipo de desenvolvimento adotado, sob amparo da discussão de modos de vida sustentáveis. A questão do direito à alimentação passa a se inserir no contexto do direito à vida, da dignidade, da autodeterminação e da satisfação de outras necessidades básicas, como diz o referido autor na concepção do *desenvolvimento como liberdade*.

4.1 A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

De acordo com Flávio Valente et al. (2007), ao longo dos anos, a evolução do conceito da Segurança Alimentar tem sido discutida e acompanhada a nível internacional e nacional. Entre as questões que são levadas em consideração para a sua construção estão as necessidades dos diferentes povos no mundo e suas épocas. No Brasil, a construção do conceito já vem sendo discutida há pelo menos uns 20 anos e, ao longo desse tempo, vem sofrendo algumas alterações em função da história da população e das sociedades.

Ainda sob as considerações de Flávio Valente (2002), a evolução do conceito em território nacional anda de mãos dadas com a mobilização e as lutas da população no combate à fome, e a favor da democratização social, tendo em vista a construção de uma nação com equidade e justiça econômica e social. Nesse sentido, o referido autor destaca que, em 1994,

no Brasil realizou-se a I Conferência de Segurança Alimentar. Esse evento foi uma articulação desempenhada pela Ação da Cidadania e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA e se concretizou o entendimento sobre a necessidade da garantia da segurança alimentar e nutricional e o seu reconhecimento como um eixo de fundamental estratégia para o desenvolvimento social do país. Reforçou-se, então, a necessidade de uma concreta parceria entre sociedade civil e governo para efetivação das ações no que tangem as questões relacionadas à segurança alimentar.

Tal exposição sobre a I Conferência de Segurança Alimentar, de acordo com Christiane Costa e Mariana Pasqual (2006), também significou a ampliação da definição de segurança alimentar, resultando na produção de um conceito que Flávio Valente (2002, p.48) assim expõe:

[...] a SAN, portanto, passa a ser entendida como a garantia de todos/as condições de acesso a alimentos básicos seguros e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base nas práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Ainda sob as considerações de Flávio Valente (2002), anos mais tarde, já de acordo com a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Olinda-PE, em março de 2004, houve alguns ajustes no conceito de SAN até então estabelecido. Desse modo, o conceito que passa a ser adotado, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, Lei nº 11.346/2006, no artigo 3º da Constituição brasileira é o seguinte:

a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006c).

Para Renato Maluf (2009), a aprovação da Lei Orgânica da SAN é considerada uma conquista para a sociedade brasileira, pois é resultado de luta e mobilização social e de iniciativas originadas de governos e organizações sociais. Flávio Valente et al. (2007) ressalta, então, que essa lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 15 de setembro de 2006, se fazendo representar como instrumento jurídico que constitui um grande avanço, por considerar a promoção e

garantia do Direito Humano³⁰ Alimentação Adequada – DHAA, como objetivo e meta da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Discutir sobre a política de Segurança Alimentar e Nutricional, para Renato Maluf (2009, p.20), significa:

O direito à alimentação deve ser assegurado por meio de políticas de SAN, por sua vez, uma responsabilidade do Estado e a sociedade sobre a qual pesam obrigações frente às normas legais universais. O pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais, e Culturais, firmado em 1966 e retificado pelo Brasil estabelece o direito de todos a usufruir um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação, e a melhoria contínua das condições de vida.

Desse modo, o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA está relacionado ao conceito da Segurança Alimentar e Nutricional, tanto quanto a proposta de políticas para efetivação do seu direito, pois, a alimentação é concebida como componente fundamental dos direitos humanos, para que os indivíduos tenham uma vida digna. Os referidos direitos humanos foram definidos junto a um pacto mundial, do qual o Brasil faz parte. Para tanto, esses direitos claramente fazem referência a um conjunto de situações/condições “necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação existam, desenvolvam as suas capacidades e participem plenamente da vida em sociedade” (BRASIL, 2006a, p.05).

Sob as considerações de Flávio Valente et al. (2007) acrescentam que, junto a Lei Orgânica da SAN sancionada em 2006, também foi previsto a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN como um forte componente do DHAA.

É no contexto do SISAN que os órgãos governamentais a nível municipal, estadual e federal juntamente com as organizações da sociedade civil atuam no sentido da “implementação de políticas e ações de enfrentamento à fome e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional da população”, na medida em que influencia na definição dos direitos e deveres do poder público e da sociedade, contando com os critérios estabelecidos pelo

³⁰ De acordo com Flávio Valente et al. (2007, p.03) os direitos humanos são aqueles que os seres humanos possuem, única e exclusivamente, por terem nascido e serem parte da espécie humana. São direitos inalienáveis e independentem de legislação nacional, estadual ou municipal específica. Devem assegurar às pessoas o direito de levar uma vida digna. Isto é: com acesso à liberdade, a trabalho, a terra, à saúde, à moradia, à educação, entre outras coisas.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA³¹. (BRASIL, 2006a, p.07).

4.2 As contribuições para a construção de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

A atuação das políticas públicas no Brasil é resultado das mobilizações sociais e das medidas tomadas pelo Estado através dos governos que o representam, a fim da garantia dos direitos dos/as cidadãos/as. Para Eloísa Hofling (2001), as políticas públicas correspondem à atuação efetiva e responsabilidade do Estado, implantadas de um projeto de governo, programas e ações voltados para esferas específicas da sociedade. Essa conjuntura é concebida por Celina Souza (2006, p.26) da seguinte forma:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Nos termos de Laura Duque-Arrazola (2004, p.97), as políticas públicas, as políticas de proteção social e os programas sociais que as integram são resultados de um conjunto de necessidades das classes subalternas. Essas ações, portanto, têm uma forte incidência na regulação do Estado, como também por outros mecanismos na busca de “um consenso a partir de determinados interesses econômicos, políticos e sociais em conflito em nível nacional e/ou internacional. Consenso que supõe reconhecimento da sociedade e das classes e setores sociais em luta, confrontadas na negociação das reivindicações e demandas ao Estado”.

Conforme Eloísa Hofling (2001), as políticas públicas também se referem às ações que refletem o nível de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em primeira instância, à redistribuição dos benefícios sociais que se propõem a diminuir as desigualdades sociais estruturais do país.

³¹ O CONSEA é um instrumento de articulação entre o governo e a sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de Janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que os País garanta o DHAA (BRASIL, 2006a, p.08).

No entanto, mesmo sendo de responsabilidade do Estado, essas políticas sociais públicas têm suas raízes nas reivindicações e demandas dos movimentos populares e lutas sociais, as que iniciaram a pressão organizada desde finais do século XIX na Europa com o desenvolvimento da indústria capitalista, movimentos estes, cuja base se encontra nos conflitos entre o capital e o trabalho. Nos dias atuais, acrescentam-se às reivindicações e demandas por políticas de gênero, educação, saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras. Nesse contexto de reflexão sobre as políticas públicas nos aproximaremos da proposta da construção e ação da política pública da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

Conforme Patrus Ananias (2008) Costa e Pasqual (2006) e Flávio Valente (2002), existem registros que, desde 1930, já se discutiam sobre políticas públicas de Segurança Alimentar. No Brasil e no mundo os primeiros questionamentos e contribuições respeitáveis na discussão sobre a segurança alimentar foram desenvolvidos por Josué de Castro e isso se consolida com a sua publicação mundialmente conhecida: *A geografia da fome*. Até então, Christiane Costa e Mariana Pasqual (2006) ressaltam que, quando se discutia a questão da Segurança Alimentar e, conseqüentemente, a fome, partia-se de sua dimensão biológica, e Josué de Castro passa a trazer para reflexão, destacando outras dimensões: política, econômica, social, geográfica e estrutural. Nesse sentido, Flávio Valente (2002, p.44) acrescenta:

Josué de Castro exerceu um papel de extrema importância na criação da FAO na campanha pela fome e de luta pela paz, tentando mostrar o caráter intrinsecamente político e social da fome e de suas seqüelas orgânicas, cobrando soluções também de cunho social para a questão.

De acordo com as observações de Flávio Valente (2002), Josué de Castro, em sua trajetória de luta contra a fome, foi exilado do Brasil com o título de *revolucionário* nos anos de 1964, momento esse que representava o Brasil na Organização das Nações Unidas – ONU, logo após ter sido presidente da FAO. Sua morte ocorreu durante o exílio, em 1973, e carrega significado de que, ainda hoje, há uma tentativa das elites brasileiras em negar e ocultar a fome denunciada por ele.

Christiane Costa e Mariana Pasqual (2006) corroboram com a posição de Flávio Valente (2002) quando afirma que as primeiras referências a nível documental sobre as questões e o conceito da segurança alimentar no Brasil partiram do Ministério da Agricultura, em 1985, e o que foi decisivo para esse registro foi a mobilização social nesse período. Entretanto, somente na década de 1990 a Segurança Alimentar passa a ser reconhecida como

um marco no país, na medida em que foi elaborada uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar. Entretanto, a proposta foi vetada pelo governo Collor, sofrendo, assim, um retrocesso quanto à atuação do governo vigente. Passando por tudo isso, logo após o *impeachment* de Collor, e já durante a gestão do governo de Itamar Franco, o Movimento pela Ética na Política veio contribuir para a atuação do movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (organizado por Herbert de Sousa – Betinho), o qual, mais adiante, passou a ser um grande aliado ao CONSEA. Paralelamente a esse movimento, cria-se no ano de 1993, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA. Nesse período, o debate em torno da política pública passou a ganhar visibilidade, principalmente com a elaboração de uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar.

Segundo Christiane Costa e Mariana Pasqual (2006, p.09) apesar de o CONSEA ter sido extinto com pouco tempo de atuação, o mesmo:

contribuiu significativamente na construção de uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional, introduzindo a questão da fome na agenda política nacional, mobilizando a sociedade civil em torno do tema e ampliando espaços de participação cidadã na formulação e no controle das políticas públicas.

Nessa perspectiva, Renato Maluf (2009, p.19) acrescenta:

A SAN é um objetivo de ações e políticas públicas subordinado a dois princípios que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e a Soberania Alimentar³². A vinculação desses princípios e a intersectorialidade das ações diferenciam esse enfoque dos usos correntes da segurança alimentar por governos, organismos, internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao agronegócio.

A partir do que foi discutido, pode-se afirmar então que uma política de Segurança Alimentar e Nutricional pode ser considerada como um conjunto de ações planejadas para garantir a disponibilidade de alimentos para toda a população com vistas à promoção da nutrição e da saúde. O que também deve envolver a concepção de sustentabilidade na medida em que sugere desenvolvimento de ações articuladas às condições que permitam, em longo prazo, sua manutenção. Além disso, cabe o envolvimento efetivo da sociedade civil de modo

³² De acordo com Renato Maluf (2009, p.23), durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, em Havana – Cuba, 2001, foi estabelecida a proposta de a Soberania Alimentar como: o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando as suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.

organizado, em seus diferentes âmbitos ou áreas de ação como “saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, controle e acesso e consumo” (BRASIL, 2006, p.06).

De acordo com Crispim Moreira et.al (2009), o Governo Federal nos últimos anos, especificamente o governo Lula, consegue se distinguir dos governos anteriores por priorizar ações voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais e tanto quanto por eleger o combate à fome como um compromisso na agenda política. Para Crispim Moreira et al. (2009), esse cenário passa, então, a ser impulsionado a partir de estratégias via programas governamentais como por exemplo, o Programa Fome Zero³³, Programa Bolsa Família, entre outros.

Atualmente, as políticas públicas voltadas para o enfoque da SAN, de acordo com Renato Maluf (2009, p.24), têm buscado ampliar o campo das possibilidades para que a população tenha acesso aos alimentos. Entretanto, ao mesmo tempo em que o autor questiona o padrão de consumo alimentar, também sugere formas mais equitativas e sustentáveis de produzir e comercializar os alimentos e requalifica as ações dirigidas para os grupos populacionais vulneráveis e com requisitos alimentares específicos. Esses direcionamentos “convertem a busca da SAN num parâmetro para as estratégias de desenvolvimento de um país, como também são o desenvolvimento sustentável e a equidade social”.

Nessa perspectiva, Renato Maluf (2009, p.25) nos coloca:

O acesso aos alimentos engloba não apenas comer regulamente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, com base em práticas saudáveis e que preservem o prazer associado à alimentação. Essa perspectiva aplica-se também para os indivíduos ou grupos com maior vulnerabilidade à fome, pois não se trata de assegurar-lhe qualquer alimento. Além disso, famílias ou grupos sociais poder ter acesso regular aos alimentos e evitar a ocorrência da fome e mesmo da desnutrição, porém, não encontram nenhuma condição de SAN caso o custo da alimentação comprometa boa parte da renda familiar e impeça o acesso aos demais componentes de uma vida digna como a educação, a saúde, a habitação e o lazer; esta é uma questão relevante em países com elevada desigualdade social como o Brasil.

³³ O Programa Fome Zero foi idealizado pelo Governo Federal como estratégia para assegurar o Direito Humano a Alimentação Adequada – DHAA as pessoas com dificuldade de acesso a alimentos. A repercussão do Programa Fome Zero nos últimos anos contribuiu para a reativação do CONSEA e aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar, sem contar com os incentivos para a criação de Conselhos de Segurança Alimentar em todo país. (BRASIL, 2008b, p.11).

Para Daniele Batista et al. (2011) é a partir desse ponto de vista, traduzido por Renato Maluf (2009), que se faz necessário investir na participação social – o que para Paul Singer (2006) e para a Senaes pode significar uma articulação com a proposta da Economia Solidária; e para a Política Nacional da SAN vai se configurar no envolvimento de ações em seus variados setores, se destacando no âmbito do trabalho e do desenvolvimento social. Essa relação, junto a valorização da participação social, para Daniele Batista et al. (2011, p.266) pode ainda ser concebida como um instrumento fundamental de busca para bem promoção do bem estar de um coletivo, como também sugerem a necessidade “de articular o desenvolvimento e o crescimento, a capacidade de organização dos atores sociais locais em conjunto com instituições e agências de desenvolvimento” – o que também corresponde à proposta de desenvolvimento local, colocada por Maria Nezilda Culti et al. (2010), Paulo de Jesus (2006), Franklin Coelho (2001), entre outros/as.

Contudo, podemos observar que os laços que unem as questões direcionadas ao desenvolvimento local, à Economia Solidária e à Segurança Alimentar e Nutricional, com a mediação da Extensão Rural, podem ser fortalecidos, pois essas questões não devem ser tratadas de modo isolado. Nesse sentido, as políticas públicas podem ser um instrumento para se viabilizar uma maior articulação e envolvimento entre as partes.

Em resumo, o presente capítulo I procurou fundamentar a nossa proposta de estudo, tendo em vista traçar um panorama geral das bases ideológicas e políticas que subsidiarão as análises dos resultados e conclusões da nossa pesquisa.

CAPÍTULO II - Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer - CODESF: história e consolidação via Desenvolvimento Local, Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional.

Como descrito anteriormente, efetuou-se a escuta de trabalhadores e trabalhadoras integrantes da CODESF, visando obter subsídios à produção de respostas à questão do problema de pesquisa: como a Economia Solidária contribui para a Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do Desenvolvimento Local? A partir do presente capítulo apresentam-se resultados das entrevistas efetuadas e sua análise.

Nesse capítulo pretendemos esclarecer como se deu a origem da Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer, a partir de relatos de seus cooperados/as. Também buscaremos entender como tem sido sua trajetória e atuação até os dias atuais.

1.CODESF: um pouco de história e situação atual

A CODESF surge no ano de 2005, mediante uma iniciativa de segmentos produtivos (produtores de uva, banana e artesanato) de evidente representação e destaque na microrregião do CONSAD – Itambé, no Estado de Pernambuco.

De acordo com relatos dos/as entrevistados/as, atuais componentes da CODESF, entre os motivos que levaram a sua criação, um deles está ligado à forte atuação dos atravessadores na região, razão pela qual, ainda hoje, tem comprometido o desenvolvimento do trabalho dos produtores de uva e de banana. Essa realidade ainda é muito atual, pois, segundo os agricultores, a cooperativa - apesar de ter a finalidade da comercialização - ainda não está atuando nesse sentido. E para que isso aconteça, os produtores de uva e de banana afirmam que dependem do processo de institucionalização da cooperativa, o qual ainda está em andamento. Entretanto, no que se refere ao segmento do artesanato, esse cenário muda, pois, independentemente da legalização da cooperativa, as artesãs partilham todo o processo de produção até o momento da comercialização e independem da institucionalização.

Tais considerações são decorrentes de falas de nossos entrevistados, como se vê a seguir:

[...] Foi devido à perda da produção, na época assim quando desde 1940 que tem uma uva Isabel aqui na região e foi aumentando,foi aumentando, começou com meio hectare, hoje temos em média 700 hectares em produção e uns 100 hectares em formação, aí surgiu a cooperativa, devido aos problemas de comercialização, aí veio a união de um grupo de agricultores, tanto na uva e na banana pra formar um grupo de comercialização, então formou, surgiu que

queria se organizar pra vender na Ceasa em Recife e botar um ponto de venda em Natal, aí surgiu o nome da cooperativa de hoje, esta já foi pra Itália, já teve em várias feiras, em participações em outros estados e hoje nós estamos com um projeto brilhante pra ser aprovado. (UVA e BAN. 02, p. 02-03)³⁴.

[...] É, a gente formou a cooperativa, eu acho que na intenção de melhorar a questão de vida para o município. Porque a gente tem uma grande dificuldade é nas produções, então a gente tem uma produção, o preço da mercadoria é lá embaixo e a gente sente dificuldade. [como se deu o processo de formação?] Bom, um grupo de agricultor que a gente se encontrou, acudado com os atravessadores, e a gente se reuniu e achou que a melhor maneira de a gente sair dessa situação e melhorar a nossa situação e gerar emprego pro município era formando a cooperativa, então a gente reuniu os agricultores com reuniões e basicamente em torno de 150, 200 agricultores ou até mais participaram da cooperativa, já se associaram e a gente foi passo a passo colocando a cooperativa pra frente, tocando, tocando e hoje nós estamos basicamente no processo final. Mas a intenção mesmo da cooperativa é ajudar os pequenos agricultores porque a situação da gente é principalmente na época da safra grande, que é muito difícil pra gente porque o como é que se diz..., nós não temos condições de transportar nossa produção e a cooperativa é muito importante, porque aí nós vamos fornecer pra cooperativa e vamos ter uma margem equilibrada ali, não vamos estar sujeito a vender pra qualquer um, temos uma direção. [os três surgiram ao mesmo tempo como se deu esse processo?] Assim, a gente começou com a uva, a uva e banana, e logo em seguida, assim quando surgiu a cooperativa, os cooperados, que a gente formou a cooperativa, que o pessoal veio e se associou, aí começou com a uva e com a banana, aí em seguida assim logo nos primeiros meses já o artesanato também começou a surgir e se envolveu e hoje tá bem envolvida a uva, a banana e o artesanato. Já esta até produzindo peças aí e vendendo fora com material da banana, tem uma grande quantidade de peças da fibra da banana que o artesanato produz. (UVA e BAN. 02, p. 10).

[...] Foram alguns agricultores que se organizaram pra fazer, porque assim eles já tinham uma visão de que a parte, quando começou os atravessadores eles iam ter prejuízo, aí eles se reuniram pra se fortalecer entre si, só que não é tão fácil (ART. 01, p. 80).

[...] Cooperativa, justamente pelas necessidades que existem ,surge a ideia de se criar uma cooperativa pensando em unir produtores em necessidade, em estado e tal e tal pra ver se consegue recurso pra melhorar a situação dos produtores, pode até ser que não venha acontecer isso, mas o objetivo é esse, tomara que chegue lá. (UVA e BAN. 04, p.124)

Essas iniciativas, com base na articulação coletiva, podem ser consideradas uma reação ao capitalismo contemporâneo, que exclui, explora e concentra maior parte do capital no poder de poucos, gerando uma precarização das relações de trabalho. Sugerem-se aqui as leituras de Karl Marx (2004), Boaventura de Souza Santos e César Rodriguez (2002), José de Souza Martins (2002), além de Paul Singer (2003), já referenciados neste estudo.

³⁴ As falas retiradas das entrevistas estão em itálico para distinguir das citações retiradas das publicações bibliográficas, documentais e outras; o número da página indicado no final da citação refere-se à página do caderno de entrevista, recurso metodológico do acervo da pesquisadora.

Especialmente quanto aos atravessadores, a quem os entrevistados se referem, parece ser um bom diálogo a leitura de Ricardo Revero³⁵ (2007).

As falas acima transcritas sinalizam também uma relação com nosso problema de pesquisa, na medida em que a Economia Solidária é constituída de processos coletivos e o/as entrevistado/as, para resolverem as dificuldades decorrentes da atuação dos atravessadores, por exemplo, recorrem à cooperativa, ou seja, a uma solução coletiva, solidária.

Alguns relatos apontam que o surgimento da cooperativa está atrelado à intervenção política no município. Ainda hoje, esse fato pode estar se refletindo nas dificuldades do processo de legalização e consolidação da cooperativa, uma vez que o seu fundador, no período de formação da cooperativa, exercia um cargo político no município e a atual gestão, por ser de partido oposto, não tem interesse em dar continuidade ao trabalho iniciado pela gestão anterior. Sem contar que o Município é dividido por interesses partidários ou de grupos aparentemente partidários, o que dificulta a articulação entre os produtores integrantes de partidos opostos.

[...] Foi um grupo de agricultores, justamente o sócio fundador, o prefeito na época e deu apoio, incentivo. Foi quando surgiu a cooperativa. Porém, nós cooperados temos culpa [da ocorrência da intervenção política]. Mas passou esse período, de quatro anos, praticamente parada, praticamente não parada, mas sem ter desenvolvimento, sem ter reuniões há dois anos. Eu assumi como presidente e um grupo de pessoas que quer ver as coisas andarem. Aí foi quando a gente começou a verificar documentações necessárias, foi registrada porque a cooperativa é uma empresa, veio a Embrapa [...] que ajudou muito e está ajudando, está dando apoio a nós. Foi quando a gente conseguiu as documentações que estavam faltando, com apoio do Banco do Nordeste, o Banco do Brasil, a gente agora está com duas obras no município, tem o galpão que é a menina dos olhos dos agricultores, a gente acredita que a gente vai começar com o vinho. E o suco da uva e também organizar, tá se pensando na banana também, com certeza, temos também o artesanato que é muito importante. Agora começou a clarear, mas aonde o segundo prédio vai ser a sede da cooperativa e o artesanato vai funcionar, vai ter o seu lugarzinho, seu cantinho do jeito que o matuto fala, aonde elas não vai precisar se é ficar preocupado que hoje tá no galpão da prefeitura, então isso é fundamental no meu modo de ver, pra que as coisas melhorem mais pra o cooperado, ou seja, o desenvolvimento local. (UVA e BAN. 03, p. 10).

Aqui surge uma representação em torno de Desenvolvimento Local que dialoga com as considerações apresentadas por Franklin Coelho (2001) e Paulo de Jesus (2003).

³⁵ Ricardo Revero (2007) faz um estudo sobre os atravessadores e o ciclo do mercado de materiais recicláveis de Pelotas/RS – Brasil. A situação que o autor aponta sobre a atuação dos atravessadores em seu estudo não se diferencia da atuação dos atravessadores no Município de São Vicente Férrer.

O mesmo entrevistado (UVA e BAN. 03) continua seu relato, evidenciando as relações de complementaridade, na sua percepção, no interior da CODESF:

Com tantos arranjos produtivos que a gente tem no município, então o suporte maior é a banana e a uva, não pode deixar o artesanato de lado. Um dos pensamentos nosso foi, principalmente, quando chega a safra da banana e da uva. Quando chega a safra, principalmente agora, nesse momento é a safra da banana, vai começar a safra da banana, já começou, o preço é muito barato, porque tem mercadoria pra capital, capitais aqui perto, João Pessoa, Recife e outros estados e a gente analisou bem com os agricultores que precisa se organizar, pra que a gente possa é ver uma possibilidade não tirar o atravessador de uma vez, mas que, até chamar ele pra cooperativa pra gente se organizar e poder ter melhor da banana e também lutar no sentido, eu gosto de bater nessa tecla, na industrialização do produto.(UVA e BAN. 03, p. 11)

Outro entrevistado retoma a questão da influência político-partidária³⁶ na fundação da Cooperativa:

Eu sou um dos fundadores, mas quando iniciou mesmo um dos primeiros pensamentos eu não estava assim junto com o pessoal, tá entendendo? Nos primeiros pensamentos, nos primeiros processos, nos primeiros passos eu não estava presente. [...] Olha, o objetivo é que os pequenos produtores e médios se unissem, e atingissem, cada um, o seu objetivo, pra que nós não viéssemos sofrer o quanto estamos sofrendo. Só que aconteceu assim: caso partidário [...]a Política no nosso município prejudicada, muito, porque as pessoas visam muito isso aí[...] O meio político e foi na gestão do ex-prefeito, que foi onde iniciou [...] O pessoal, o secretario da agricultura fazia parte, o presidente da cooperativa foi o que iniciou [...] Juntamente com os demais e agora já outra gestão, né? e as coisas mudaram, ficaram[...] Isso aí atrapalhou, mas eu acho que o pensamento do início com essas pessoas que estão na diretoria com, principalmente, a da Embrapa [...]com isso aí alavancou [...] Mas ajudou muito, mas eu acredito o seguinte: que se as pessoas tivessem com aquele pensamento do início, hoje as coisas estariam bem diferentes, já estariam mais lá na frente[...] Iniciou com o artesanato [...]e depois houve um despertar do pessoal da uva e da banana e aí nós unimos e através do artesanato, a banana e a uva pegam carona. (UVA 01, p. 29-30)

Nesse depoimento, fica claro que, inicialmente a cooperativa surgiu com o seguimento de artesanato aí produzido, e paralelo a isso houve a mobilização dos produtores de banana, já Nesse depoimento, fica claro que, inicialmente a cooperativa surgiu com o seguimento de artesanato aí produzido, e paralelo a isso houve a mobilização dos produtores de banana, já

³⁶ Essa relação referente à questão da influência político-partidária no município de São Vicente Férrer é também mencionada em algumas passagens do Relatório final do Projeto: Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local da Microrregião de Itambé. Principalmente, por ter se apresentado como uma das maiores dificuldades para realização do diagnóstico na microrregião do CONSAD – Itambé.

que o artesanato é um subproduto da bananeira e, conseqüentemente, a cultura da uva também se destaca, pois é uma característica da região.

De acordo com o depoimento de ART. 01 (p. 78), como se vê a seguir, mais uma vez o surgimento da CODESF teve como objetivo maior fugir da relação de dependência para com os atravessadores. Para esclarecimentos, contamos com o relato da seguinte artesã, quando fala do surgimento do segmento do artesanato:

[...] Quando começou em 2005 foi assim: através de um trabalho social de um programa social, que é a Casa de Família³⁷ que não tinha nenhuma renda, algumas tinham bolsa família, outras não, aí foram capacitadas 200 mulheres, cadastram essas pessoas tudinho em cada comunidade. Foi a comunidade do Cruzeiro, foi a do Miri, de Sirigi, são dez comunidades, cada uma dessas comunidades é assim, tem consultor pra que elas pudessem ter um treinamento com ele, pra que elas aprendessem alguma coisa e assim, no final, todo mundo se reunia na sede onde a gente fica, a gente trabalha pra que desenvolvesse todas juntas o artesanato, no caso o trabalho. Mas aí, nem todas ficaram aí, depois foi diminuindo, aos poucos diminuindo, outras não queriam porque achavam que ia perder o bolsa família, porque era um trabalho extra, mas não perdia, era um complemento a mais na renda delas. Aí elas foram desistindo, desistindo, até que ficou esse número reduzido.

Frente à desistência de boa parte das pessoas que participaram da mobilização inicial, a ajuda externa foi destacada como importante para a retomada do projeto coletivo:

Ai veio ajuda da Visão Mundial³⁸, depois o Banco do Brasil que já conhecia o trabalho e através da gerente passou a organizar o DRS, porque cada instituição tem uma meta, tem um projeto e o projeto do Banco era organizar o DRS que é o Desenvolvimento Regional Distrital no Município.

No novo contexto, o artesanato parece ter exercido liderança na implantação da CODESF:

O artesanato assim já existia, mesmo pouco, que a gente trabalhava com caixinha, com revestimento, mas assim as pessoas já valorizavam o produto que assim era bem feito, aí assim pra que a Visão Mundial viesse, aí assim teria que

³⁷ Programa liderado pela Prefeitura Municipal, com participação de Organizações Não Governamentais (informação oral da entrevistada ART. 01).

³⁸ De acordo com o site institucional a Visão Mundial é uma organização não governamental cristã, brasileira, de desenvolvimento, promoção de justiça e assistência, que, combatendo as causas da pobreza, trabalha com crianças, famílias e comunidades a fim de que alcancem seu potencial pleno. Dedicar-se a trabalhar lado a lado com as populações mais vulneráveis e a servir a todas as pessoas, sem distinção de religião, raça, etnia ou gênero. Disponível em: <http://www.visaomundial.org.br>.

já tá organizado com uma associação, uma cooperativa e eles viam a cooperativa só com a banana, aí assim falaram com o grupo, no caso com as mulheres pra gente se organizar e por que não juntar o artesanato junto com a bananeira já que era a mesma, o mesmo produto da mesma cultura. Aí a Visão Mundial veio, conversou com a gente, dizendo que iria fazer esse projeto. Passaram dois anos, ninguém acreditava mais que ia vir, porque assim, muitas outras instituições viam os produtos da gente e diziam 'não, a gente vai ajudar' aí nunca aparecia. Depois de dois anos, a Visão Mundial veio, o que a gente mais precisava na questão de noção de preço, de designer, aí conseguiu designer. Só que o designer não conseguia falar a linguagem do pessoal, que às vezes tem que assim, pessoal da cidade, aí assim a cultura do interior é diferente, aí assim os métodos que eles querem passar é diferente, aí veio, não deu certo, lá mesmo o pessoal já entendia o que a gente precisava. Aí depois veio outro designer, todo mundo gostou, ele veio passar dois anos.

Entre os depoimentos expostos, podemos observar que apenas aquele de ART 01 apresentou um grau de detalhamento que reflete uma apropriação da história da Cooperativa. Os demais, praticamente se limitaram em denunciar a participação de gestores públicos no surgimento da CODESF.

No entanto, constatou-se que, mesmo as pessoas ligadas ao artesanato, muitas delas (ART.02; ART.03; ART.04; ART.05; ART.06; ART.07) não conseguiram descrever as origens, algumas chegando mesmo a apresentar a seguinte resposta: *não sei responder*.

Há depoimentos transcritos a seguir que trazem riqueza de detalhes quanto à iniciação/formação para o artesanato, evidenciando que os processos de formação são também situações de seleção, onde as pessoas ficam ou não ficam:

[...] Eu acho que eu vou ficar sem explicar, porque eu comecei assim: eu fui pra um curso de bolsa, da fibra da bananeira, que era um período de três meses. Aí nisso, a maioria, praticamente todas saíram, desistiram. Depois ficaram um período, depois desistiram, e dessas das bolsas, só quem permanece sou eu. Depois do curso da fibra da bananeira, com as bolsas que a gente fez deu prá ficar no grupo [...] Já se encaixou no grupo, só que eram muito mais pessoas. Olha, quem deu foi. Quem chamou as pessoas [uma pessoa que representava a prefeitura]. Fátima já fazia parte do grupo. Isso aconteceu na época do outro prefeito. Porque era com o outro prefeito quem era a pessoa responsável. (ART. 03, p. 54).

[...] Assim, na verdade quando eu entrei no grupo, o grupo já existia. Faz, vai fazer três anos que eu estou no grupo. O grupo eu acho que já tem mais de cinco anos. Aí, assim, na verdade tinha um curso pra você aprender a fazer caixinhas, revestir caixinhas com a fibra da bananeira, aí eu fui, vim, falei com [a líder do grupo], dei meu nome e aí eu gostei. E até hoje eu tô no grupo. Aí eu comecei assim, através de cursos que teve assim no município. Cursos da fibra da banana, fazer revestimento, fazer bolsas, essas coisas, aí assim que eu dei início ao meu trabalho. [Quando você entrou no grupo você procurou saber como foi que surgiu o grupo?] Não. Porque assim, no início, assim eu vim, mas na intenção de aprender. Eu não tinha intenção de ficar, mas úi, fui gostando, gostando e acabei ficando. (ART. 05, p. 94)

[...] Não, sei eu entrei depois. Aí, eu não sei como foi [Como se deu a sua entrada no grupo?] A minha entrada foi porque eu fazia crochê, o crochê eu sempre fazia, me chamavam pra eu fazer o crochê e eu fazia em casa, aí depois eu vim pra cá, não sei nem como foi que eu vim, aí entrei, fiquei aqui, tô vindo todos os dias, mas eu fazia sempre o crochê. (ART. 07, p.113)

Viu-se, então, que nas origens, o grupo de artesanato exerceu certa liderança, que gestores municipais mobilizaram agricultores e, de alguma forma, empreenderam a criação da Cooperativa, situação aparentemente rejeitada atualmente por alguns entrevistados.

Ao refletir sobre o andamento dos trabalhos no momento atual da CODESF, a maioria dos depoimentos do seguimento do artesanato comunga das mesmas concepções quando salientam que, na medida do possível, o grupo tem desenvolvido seu trabalho e está comercializando, envolvendo-se em feiras, o que tem proporcionado o acesso a uma renda, mesmo não sendo uma quantia fixa. Esses dados podem ser considerados um indicativo de que essa renda pode estar facilitando o acesso a bens duráveis e serviços, inclusive alimentos, indicando, assim, um caminho e expectativas para o alcance da Segurança Alimentar e Nutricional.

[A cooperativa.] está bem, está caminhando. Assim, aparentemente está bem, assim, está chegando pedido, graças a Deus, vai chegando final de ano [surtem] encomendas, aí hoje a gente já tem a confirmação da feira Belo Horizonte [...]e enfim, tá caminhando. (ART. 01, p.78)

Até aqui, está tudo bem, [e sobre o trabalho?] Sobre o trabalho, tá bem graças a Deus, estamos trabalhando, sobre o artesanato tá saindo dinheiro, tem muita encomenda, chega gente pra comprar muito bem, sai assim peça muita pra casamento, essa semana já vai sair pra dois, um pro lado de Carpina e outro por Recife, sai muita porta-moeda. (ART.02, p. 43)

[...] No artesanato? Bem, eu gosto de lá, pra mim mesmo assim tá bom, porque é um ambiente que eu gosto, que a gente se adapta. Assim, só que seria melhor assim se tivesse uma coisa melhor pra gente, assim, porque assim as colegas, o ambiente tudo bem, sabe que eu gostei de todas, entendeu? Gosto de trabalhar, gostei também de trabalhar, mas assim, se saísse uma coisinha melhor, porque assim a gente não tem aquele dinheiro certo. Aí, isso principalmente, mas pelo trabalho eu gosto. (ART. 03, p.54)

[...] A gente tá produzindo, mas só recebe assim quando a gente vende, Feneart, quando tem algumas pessoas, as que compram, aí depois a gente divide o dinheiro, mas a gente só ganhou agora em janeiro e fevereiro, tem dinheiro pra dividir, mas tá ainda pra resolver, só pra saber quanto vendeu na Feneart é que vai ver algumas coisas, por enquanto a gente pode se sustentar com esse dinheiro. (ART.06, p. 103).

[...] É está bom, estamos trabalhando, assim produzindo pra feira, pra ir na feira, no sentido é ir pra feira, está difícil ainda de ir, não sei quem é que vai, mas nós estamos tentando ir pra Feneart. (ART.07, p.112).

O depoimento a seguir traz uma reflexão sobre a importância do crescimento do grupo, a partir da utilização de novas técnicas e inovações para a produção do artesanato.

[...] É, nós estamos caminhando, como sempre. É assim, a gente agora há pouco teve um curso, fazendo papel da fibra da bananeira que tem todo um processo [...] daqui pra frente, agora vamos usar o papel da fibra porque antes agente não usava, a gente só usava a fibra em si, mas agora com esse curso a gente vai trabalhar com o papel revestindo, fazendo luminárias, fazendo flores, é muito interessante o papel da fibra. Até a gente então, assim, não conhecia esse processo. A gente trabalhou muito tempo assim ,muito tempo com a fibra, mas não com o papel. Aí agora a gente vai dar um novo segmento. (ART.05, p. 93)

Alguns depoimentos problematizam a necessidade de fortalecimento do grupo por parte de algumas integrantes no segmento do artesanato, principalmente por não contar com uma renda fixa que atenda todas as necessidades individuais das componentes do grupo. Mas, para algumas artesãs, existe a expectativa de que essa situação se reverta, por acreditarem na trajetória positiva e na visibilidade que o grupo tem alcançado. Essa realidade pode ser percebida nos depoimentos a seguir:

[...] Só que as meninas têm hora que dá um desânimo, aquela coisa e você também fica insegura de querer assim pressionar mais pra que elas trabalhem, mas por outro lado a gente tem que pressionar, porque assim é esse projeto que já tá, assim, já tomou uma proporção muito grande pra gente parar agora, aí fica complicado, tudo o que a gente conquistou, agora jogado por água abaixo. Aí essa semana eu conversei com elas, a gente não tá ganhando salário todo mês porque o grupo mesmo não quer. Porque tem a feira da, é tem a feirinha do Recife antigo, tem a feira da Casa da Cultura, que é todo final de semana, e a gente vê que é um grupo, que só três é que se envolve mais pra tudo, e agora [tem uma artesã no grupo] a sua idade também não permite, ela está viajando. Aí nós estamos assim, pra pressionar mais pra termos, ter aquele incentivo mesmo, porque se não a gente vai fazendo as peças e deixando lá, não, a gente quer movimento, vai virando capital de giro, a gente vai vender e aí esses dias elas acordaram mais um pouco, aí quando chega uma encomenda aí elas, só que não pode acordar só com a encomenda, tem que tá sempre pensando que a gente vai conseguir o objetivo, que é um salário todo mês. (ART. 01, p.78)

Essa preocupação da entrevistada ART. 01 pode ser considerada um elemento fundamental para o fortalecimento das relações no grupo, pois existe a expectativa da garantia de uma renda fixa por mês, a partir do envolvimento e incentivo para os espaços de comercialização. Essa reflexão também pode ser expressa no seguinte depoimento, ao apontar o afastamento da entrevistada ART. 04 para com as atividades realizadas no segmento do artesanato.

[...] Tão bem, graças a Deus. [...] Assim, graças a Deus tá caminhando, mas assim, eu acho que deveria melhorar mais. [em que precisa melhorar?] Porque assim, é uma cooperativa, tem mês que o grupo tá reunido, mas tem mês

algumas pessoas ficam mais afastadas do que outras do grupo, eu também sou uma das que me afasta direto. [...] graças a Deus, a impressão que eu tenho é que está bom. Assim, que cada dia, mas ele possa melhorar sendo conhecido como ele também já é conhecido. Mas que possa ser conhecido mais e mais, não só aqui em Pernambuco, que ele possa ser conhecido no mundo inteiro, o pessoal do município não dá valor ao artesanato. Assim, quem dá valor ao artesanato da gente é o pessoal de fora e não do município. (ART.04, p. 66.)

Os produtores de banana e de uva também mencionam dificuldades em relação à integração do grupo, que, para alguns, tal situação é reflexo do processo de estruturação e legalização da cooperativa, o individualismo, falta de apoio, entre outras. Entretanto, essa situação de desarticulação coletiva dos grupos, tanto se referindo ao segmento do artesanato quanto dos produtores de uva e de banana, pode ser explicada por ser um reflexo de traços relacionais, construídos na sociedade capitalista como individualismo, competição, falta de cooperação, entre outras, apontadas pelos autores como Boaventura de Souza Santos e César Rodriguez (2002), o que faz com que essas atividades se distanciem da lógica da Economia Solidária. Os depoimentos a seguir ilustram esse cenário:

[...] Na cooperativa é, falta integração do grupo, a cooperativa deu um grande passo sobre alavancar os dois projetos que estavam parados. O projeto artesanato [Por exemplo] nós conseguimos trabalhar ele novamente, porque o dinheiro tenha bloqueado, tanto do galpão como da cooperativa da loja Fio e Renda, mas conseguimos e agora em dezembro se Deus quiser a gente inaugura já o galpão, o que já é um grande passo, o que falta é mais o grupo acreditar, porque como teve esses anos parados devido à burocracia dos documentos e as, como é que eu quero dizer, é a diretoria que não tinha aquele compromisso, então ficou um pouco desestimulado, não tinha aquele estímulo, então foi desistindo alguém, outros não estão participando, tem que agora acontecer pra eles participar. (UVA e BAN. 01, p.02)

[...] As coisas por aqui não andam muito bem porque eu acredito que ainda falta os pequenos produtores se unirem. Aqui em São Vicente as pessoas sempre procuram assim, ser individualistas. E esse individualismo predomina no nosso município. Acho que por isso que nós ainda não conseguimos ainda um objetivo maior. [...] está indo, está andando, só que os cooperados têm que ter mais participação. O número que tem hoje, nós temos uns setenta cooperados, mais poucos deles participam. (UVA 01, p.29)

[...] As coisas estão, apesar das dificuldades, as coisas estão indo meio devagar, mas tá indo, já se esteve em momentos piores, mas agora estão assim, bem encaminhados, meio caminho andado, temos ajuda de vários associados da, temos a Embrapa que também que tem vindo com braço forte muito promissor e tem nos ajudado bastante e a cooperativa tem tudo agora pra sair do projeto, já temos o galpão ali em cima que está praticamente 90% pronto, só esperando o faturamento das máquinas pra funcionamento. (UVA e BAN. 02, p.10)

Nesse momento de fala do entrevistado, produtor de uva e banana 02, pode-se observar a importância da intervenção de instituições públicas para estimular a concretização e consolidação da cooperativa. O seguinte relato complementa essa reflexão, quando aponta a demanda por assistência técnica, seja em relação à organização produtiva ou o acesso ao crédito, pois, não basta que se viabilize o acesso a recurso se não houver uma proposta de acompanhamento, monitoramento e assistência nesse sentido.

[...] A dificuldade é muito grande dos nossos agricultores por vários motivos. [Quais são os motivos?] Uma grande parte tem inadimplência com os bancos, é por não ser uma agricultura que, eu acredito, precisa de muito mais de apoio, vários agricultores repetindo inadimplente e a 90% aproximadamente são banana, aonde muita gente, pessoa de fora não entende, pena que é muito fácil, tem água em abundância pra irrigar, mas não tem água pra irrigação suficiente, principalmente pras bananas, aí a parte, a maioria é o motivo dos atravessadores, que a gente vende aos atravessadores, mas não que a gente não tem outra saída, porque não são organizados, isso é verdade. (UVA e BAN. 03, p.19)

[...] Em termo de pequeno produtor é muito ruim, pode estar bom pra qualquer outro, um ou outro, mas em termo, acho que no geral, pra o pequeno em si, o mini, o pequeno está muito ruim, acredito que é pra todo mundo e para o pequeno, pior, que é onde aperta mais. Como se diz, o galho só quebra do lado mais fraco, então tem feito do médio pra cima tem condições de diversificar, ter duas ou três alternativas, tudo bem, aquele que é pequeno, que só pode produzir uma coisa só, banana é banana, uva é uva, fica ruim. (UVA e BAN. 04, p. 123.)

Essas são, pois, situações de origem e de desenvolvimento bem diferentes dos três segmentos produtivos da CODESF: artesanato está nas origens da iniciativa coletiva, com mediação aceita e talvez procurada de ONGs³⁹ e de gestores públicos municipais, e tem hoje um estado considerado satisfatório; os produtores de uva e aqueles de banana foram mobilizados, indicando a dependência de atravessadores como a grande dificuldade, mas denunciando e rejeitando a ação de gestores públicos, embora aceitem e valorizem a mediação da Embrapa. Os dois últimos segmentos – banana e uva – constatam que não estão usufruindo ainda da cooperativa. Tais constatações decorrentes das falas dos entrevistados coincidem com a percepção da pesquisadora em suas escutas e observações.

³⁹De acordo com Fernando Tenório (2005, p.11) as Organizações Não Governamentais - ONGs - se caracterizam por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculos com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando as ações do Estado.

2. Processo de consolidação da CODESF

Em relação ao processo de consolidação da cooperativa os depoimentos têm revelado dificuldades na integração e articulação entre os cooperados/as. Alguns desses depoimentos também sugerem que a burocracia para a formalização da cooperativa também tem contribuído para desmotivar e dificultar o envolvimento efetivo dos cooperados nas ações da cooperativa. Outro ponto a destacar é o que foi mencionado sobre a importância da formalização das parcerias (nesse caso, fazemos referência à atuação da Embrapa, Banco do Brasil e ONGs) ao longo dos anos, pois, para os entrevistados/a tem sido decisiva para dar encaminhamento à consolidação da CODESF.

Os maiores entraves apontados pelos entrevistados produtores de uva e banana e pela entrevistada ART.01, com relação à consolidação da cooperativa, são revelados nos seguintes depoimentos:

[...] Os próprios agricultores não se mobilizam, não acreditam se confia assim, mas não faz a sua parte. Ai assim, tem a cooperativa que é pra juntar todos os agricultores e vender o material, mas eles preferem vender ao atravessador do que vir pela cooperativa. [Mas eles justificam o porquê dessa preferência?] Alguns sim outros não, outros também diz que não acreditam por que é muitas reuniões e muitas reuniões e não vê acontecer, mas quem tá de dentro vê que tá acontecendo, que não é tão fácil você assim da noite pra o dia, de uma coisa que tava desacreditada, de repente a gente chegar aonde a gente já está, com tudo organizado, faltando só alguns detalhes que não depende da gente, depende da burocracia, de bombeiro, de documento, de CGC, de tudo isso. Ai eles não acreditam por conta disso. Só falta essa dependência do CGC, que a documentação pede hoje, aí entrega, aí falta mais um, um documento ele nunca pede de uma vez, ficam pedindo aos poucos, mas, a não ser o restante, tá organizado. Ai, vamos ver se os agricultores, o restante, vão se sentir motivados a participar ativamente como uma boa parte. Talvez quando nós estivermos no local da gente mesmo, na sede permanente, porque a gente tem a sede provisória, aí, a partir daí, eu creio que, a partir do momento que eles virem assim, um local nosso mesmo, que foi uma conquista nossa, talvez, eu acho que se ajeite, que eles passem a acreditar mais. (ART. 01, p.94)

[...] Devido à burocracia das documentações, porque a documentação foi feita, mas como foi constituída, o objetivo dela abrangeu muita coisa, não só comercialização, envolveu o fornecimento de mão de obra qualificada, capacitações e não o objetivo da nossa cooperativa, não colocar no objetivo de comercializar, então teve toda mudança no estatuto pra mudar o CNPJ, o objetivo da razão do CNPJ pra tirar a inscrição estadual e agora esse mês, finalzinho de novembro, a gente tá recebendo a inscrição estadual pra começar a comercialização. (UVA e BAN. 01, p. 03)

É válido ressaltar o desafio que é colocado, quando se fala da burocratização das relações com as questões formais, o que pode vir a acarretar comprometimento na construção

e fortalecimento das relações coletivas por parte de determinados grupos. Essa concepção é expressa nos depoimentos seguintes:

[...] Acredito eu no seguinte: porque assim, nós precisamos de uma união de todos os cooperados, mas como sempre tem aquela dificuldade de um desiste, outro desacredita, mas temos uma equipe que está ali firme, nunca desistiu, por mais que tenha dificuldade, tá sempre correndo atrás. Então, a gente foi de pouquinho em pouquinho conseguindo a parceria com o Banco do Brasil, com a Embrapa, com o IPA e conseguimos devagarzinho, em torno de cinco a seis anos e já temos hoje o galpão quase pronto, e as máquinas todas só esperando o galpão ser pronto pra ser implantada. [...] nós temos um caminho, mas, porque assim não é fácil, porque muitos dos cooperados desistem, e nós temos um processo, assim não é só os cooperados, nós temos que ter muitos parceiros pra que a cooperativa possa ser implantada, possa ser concluída e o Banco do Brasil vem sendo um parceiro muito grande, o IPA, a Embrapa, e aos pouquinhos nós estamos concluindo. (UVA e BAN. 02, p.11)

[...] Primeiro, quero dizer assim que todos têm culpa. Assim, a diretoria com todo respeito à diretoria que foi fundada na época, foi eleita a primeira diretoria, deixou a desejar nas documentações todas, até porque só atrasou mais por causa disso, desse motivo. É aquela história, sinceramente o agricultor tem essa cultura, ele só acredita quando ele vê, aí precisa esse grupo que tá agora, que tem muita força de vontade, que quer vencer essa barreira junto com os parceiros, que é fundamental isso. Hoje, os agricultores já estão se animando mais, tudinho sabem da dificuldade, então a Embrapa, o IPA, o Banco do Brasil, o próprio Governo do Estado. (UVA e BAN. 03, p.25)

A demanda em relação à assistência técnica e à articulação de parcerias (seja de instituições públicas ou privadas) para os produtores de uva e banana parecem ser muito fortes, e isso, de certo modo, pode vir a comprometer a autonomia da instituição após sua consolidação. Esse fato aparece, mais incisivamente, na continuidade da colocação do produtor de uva e Banana 03. Vejamos a seguir:

A gente tem uma grande dificuldade também aqui sobre IPA, porque o agrônomo é uma pessoa muito boa, mas tá com problema de saúde, até a gente ter um documento em nome do conselho municipal pra o diretor no Recife do IPA, pra que venha outro agrônomo ajudar, colaborar, no município, com os agricultores. [Por que a CODESF não se consolidou?] É, acredito que deveria já ter avançado mais mesmo, mas, infelizmente o pessoal antes, logo quando foi fundado, e eu acredito que só bem ficaram esperando, eu acredito, o governo Federal e Estadual, mas não é dessa maneira a gente tem que correr atrás de se organizar, fazer projeto, e agora a gente tem uma esperança, sabendo o prazo de melhorar a uva e em seguida ter a produção do vinho, e se pensar também conseguir com o governo do Estado, com o Banco Mundial, é que tem recurso pra isso, para a produção, pra agregar valores na compra da uva e também na banana, que a gente precisa melhorar. (UVA e BAN. 03, p.25).

Outro fato que devemos destacar é em relação à influência das questões políticas como já mencionado anteriormente no processo de surgimento e formação da cooperativa. O depoimento seguinte menciona que, além da dificuldade em articular o grupo dos produtores

(seja eles de uva ou banana), outro entrave para a consolidação da cooperativa pode estar relacionado ao envolvimento dos produtores com as questões político-partidárias no município.

[...] falta união dos produtores, mas também por conta da política. (UVA. 01, p.30).

Ainda sobre a questão da consolidação da CODESF, ressaltamos que, apenas uma entrevistada do segmento do artesanato ART.01 respondeu sobre o processo de consolidação da cooperativa. Já as demais artesãs afirmaram não saber responder ART. 02; ART.03; ART.04; ART.05; ART.06; ART.07.

Em meio a todo o processo de surgimento, articulação e consolidação da CODESF, percebemos uma longa trajetória de desafios que, aos poucos, estão sendo superados. O resultado disso tem sido a perseverança e insistência de alguns produtores e artesãs que, acima de tudo, acreditam na força da organização coletiva. Essas iniciativas são reveladas mediante o enfrentamento da perversidade das relações construídas na sociedade capitalista. Portanto, essas iniciativas de Economia Solidárias têm despontado e têm ganhado força e visibilidade - como é o caso da CODESF - nas últimas décadas, conforme colocado por Paul Singer (2003) e Adriana Oliveira (2004).

Toda essa trajetória na busca pela consolidação da cooperativa tem nos estimulado a pensar sobre dinâmica de organização e participação dos/as cooperados/as. Para tanto, logo adiante, elegemos um momento para discutir sobre essas questões.

3.Organização da gestão e a participação dos/as cooperados/as

Como já mencionado anteriormente, atualmente a CODESF está passando por um processo de estruturação ou até mesmo de reestruturação. Nesse sentido, não poderemos deixar de caracterizar as suas relações enquanto organização e a participação dos/as cooperados/as na cooperativa.

No período em que realizamos as intensas observações no campo de pesquisa (participando das reuniões e acompanhando o cotidiano da cooperativa), coincidiu com a preparação para o processo de eleição da nova diretoria e logo após as eleições, obtivemos os seguintes resultados:

[...] Agora assim, a eleição foi mês passado (Setembro, dia 28, presidente, vice-presidente, secretário, e tesoureiro, conselho fiscal, ai agora eu sou tesoureira, e a outra menina do artesanato, também ela é secretária e assim está totalmente

legalizado. Falta assim, meses para ela estar 100%, é só uma questão do registro do CGC por conta de burocracia mesmo. Porque lá, eles não querem a documentação de uma vez, aí pede, você envia, quando pensa que o documento vai estar pronto, aí eles pedem outro documento, mas é só o que falta, o restante está tudo ok. (ART.01, p.83)

O depoimento da entrevistada ART.01 nos leva a perceber que, apesar das dificuldades com as questões burocráticas, o projeto de consolidação da cooperativa começa a ser viabilizado, pois essa iniciativa para a organização da gestão pode ser considerada o primeiro passo para a sua formalização a nível organizacional. Os depoimentos seguintes revelam as expectativas dos/as cooperados/as em meio a esse processo:

[...] a gestão está bem, graças a Deus, está bem elaborada. Foi feito um plano de trabalho, planejamento. Então, nessa gestão nós estamos trabalhamos com bastante vigor. [Como está composta a diretoria?] É composta com presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, é três conselheiros fiscais, suplente e três efetivos. (UVA e BAN. 01, p. 04)

[...] A cooperativa, ela é bem encaminhada, está bem organizada, nós temos o presidente, vice-presidente, temos os conselheiros, o secretário, está tudo bem organizado. (UVA e BAN. 02, p. 13)

[...] Eu acho que essa gestão está caminhando, a tendência é melhorar cada vez mais, se a gente trabalhar direitinho. A gente já está trabalhando mesmo, aí, só uma coisa: o que falta é a gente procurar mais clientes. (ART. 06, p. 105)

[...] A gestão da cooperativa, a eleição, foi no mês agora a pouco, no dia sete de setembro. Eu acredito que está bem, está indo bem, por que aconteceu a eleição, então registraram o serviço e já foi registrada a ata no cartório. (UVA e BAN. 03, p. 23)

Esse processo de formalização para o entrevistado - UVA e BAN. 03 - vem permitir a admissão de uma nova lógica de organização para a definição de responsabilidades em relação às pessoas que integram a cooperativa, passando a assumir postos de liderança. Referente a tal situação, o entrevistado acrescenta:

O presidente vai ter a responsabilidade com a diretoria e toda semana vai ter uma reunião. O conselho fiscal é assim, precisando vem aqui e todo mês o conselho fiscal vai participar da reunião ordinária e verificar a contabilidade. Está nesse processo, já para implantar um regimento, pra gente cumprir esse regimento. [A CODESF têm regimento interno?] Já aprovou também, agora está com o pessoal.

A questão do regimento interno que o entrevistado aponta também pode ser caracterizada como uma iniciativa positiva no processo de formalização da cooperativa, uma

vez que, na gestão anterior, por muito tempo, o regimento interno apresentou-se em processo de construção inacabada.

O relato seguinte traz uma reflexão sobre a dificuldade em relação à participação ativa dos/as cooperados/as junto à cooperativa, principalmente nos momentos em que há uma necessidade de intervenção política que, no caso, nos reportamos ao processo eleitoral, para eleição da nova diretoria:

[...] A gestão hoje é porque foi o seguinte, na eleição que houve participaram poucas pessoas. Assim como as demais, parece que os dias vão passando e as pessoas vão perdendo a fé. Porque tem pessoas que pagam para ver, eles não acreditam logo. Eles ficam do outro lado da cerca, observando se vai dar ou se não vai dar certo. (UVA 01, p.35)

Essa expressão de desconfiança, desesperança no coletivo podem ser compreendidas como um desdobramento das dificuldades apresentadas pela gestão anterior, na tentativa de envolver o coletivo para uma atuação mais ativa na cooperativa. Tal realidade também nos reporta a pensar as relações baseadas no benefício pessoal e individual, que despreza valores e práticas solidárias – que são consideradas características da sociedade capitalista contemporânea. Tal reflexão foi referenciada nos estudos de Boaventura de Souza Santos e César Rodrigues (2002).

Ainda nessa perspectiva da participação o entrevistado - UVA 01 - reforça que, apesar das dificuldades, a força da articulação coletiva (seja ela envolvendo os/as atores locais, instituições, entre outras) pode promover mudanças em uma dada realidade, como salientamos em nosso estudo as contribuições de Carlos Júlio Jara (2001). Vejamos, então, o depoimento a seguir:

[...] As pessoas recebem o convite, a gente manda o convite, e as pessoas recebem e falam que vão participar, vão estar presentes, mas não vão, é difícil. Agora as pessoas que estão lá dentro, as pessoas, o presidente, a tesoureira que é uma pessoa excelente, me ajudou muito, quando eu era ainda conselheiro fiscal junto com ela [menciona outros cooperados]. O pessoal que está lá, os que forma selecionados são pessoas que realmente estão lá por competência mesmo e [Embrapa] que nos ajudou a selecionar e tal as pessoas, eu acredito que nessa diretoria, que as coisas vão dar mais passos largos ainda.

Quando questionamos sobre a participação e atuação dos/as cooperados/as junto à CODESF, as inquietações expressas no depoimento do entrevistado Uva 01 passam a se concretizar na seguinte fala:

[...] Não sei por que, mas eu não participo muito, eu sou só um sócio. Não sei dizer muito não. [O senhor tem participado das reuniões da cooperativa?] Na verdade, é muito difícil eu ir, viu! [Por quê?] Falta tempo, e eu queria me aproximar mais se eu visse que começasse a vender banana, nós apurar o que nós temos pra vender. (UVA e BAN. 05, p. 120)

O depoimento do entrevistado - UVA e BAN. 05⁴⁰ - traz outro elemento, ou seja, pelo simples fato de o entrevistado não estar exercendo um lugar de responsabilidade frente à gestão da cooperativa, isso o *dispensa* do compromisso e necessidade da sua atuação e participação enquanto cooperado na organização. No entanto, apesar de utilizar o argumento sobre a falta de tempo para se envolver nas ações políticas e organizacionais da cooperativa (o que podemos conceber até como uma dificuldade para conciliação do trabalho no campo e a presença nos momentos das reuniões com o coletivo), esse argumento não invalida a importância do seu comprometimento com a instituição e com a ação coletiva. Essa realidade exposta não se apresenta diferenciada perante o produtor de uva e banana 04. Esse dado nos preocupa, especificamente, porque quando nos reportamos às organizações que têm por base a articulação coletiva que dependem do processo de participação para se desenvolver - como é o caso da CODESF -, esse processo de participação ainda acontece de modo fragilizado, ou simplesmente não acontece como deveria se observamos o depoimento do entrevistado UVA e BAN. 05.

Para pensar a questão da participação, nos apoiamos nas considerações de Juan Dias Bordenave (1995) quando afirma que a participação vem da palavra *parte*, ou seja, fazer parte de algum grupo ou associação, tomar parte numa determinada atividade ou negócio, ter parte, fazer diferença, contribuir para construção de um futuro melhor para nós e para as futuras gerações. Nesse sentido, Pedro Demo (1996) acrescenta que a ação de participar não é só comparecer somente quando chamado, solicitado pela comunidade ou pelo interessado. Trata-se de outra forma de intervir na realidade.

Considerando as afirmações de Juan Dias Bordenave e Pedro Demo, perante os depoimentos aqui apresentados, percebemos que a relação sobre a questão da atuação e participação dos/as entrevistados/as ainda acontece de modo insuficiente e, para tanto, os relatos dos/as entrevistados/as - (ART. 02; ART.07; UVA e BAN, 04) - também reforçam

⁴⁰ Os entrevistados - UVA e BAN. 05 e UVA e BAN. 04 - são cooperados, entre a grande maioria, que não têm uma atuação efetiva junto à cooperativa.

essa concepção ao afirmarem não ter apropriação para responder o questionamento sobre a organização da gestão da CODESF. Para as demais entrevistas do segmento do artesanato - ART.03; ART.05; ART.06 - as respostas foram direcionadas à organização do trabalho e gestão do grupo. Isso é o que veremos mais adiante.

Ao nos referirmos sobre os momentos de discussão coletiva - como as reuniões, o que vai envolver momentos de participação do grupo - obtivemos os seguintes resultados, expressos nos depoimentos a seguir:

[...] O trabalho é assim, nós nos reunimos toda semana, a diretoria, presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, e o conselho fiscal, mas assim, e o conselho fiscal também mensalmente nós reunimos para estar vendo a questão de fazer a ata da reunião do conselho fiscal. E as dificuldades, assim, a diretoria se reúne todas as terças-feiras para cumprir calendário, para ver se está, para ver se tem dificuldades, se não tem, vê o que precisa. Também tem outras atividades, como monitoramento da uva, da banana, essas coisas, dessa parte da agricultura. [Qual é a periodicidade dessas reuniões?] Toda semana, assim na parte da diretoria, para ver assim alguma informação que tem. [E a ampliada para com todos/as cooperados/as?] Ai assim é mensal. (ART. 01, p.83)

Como podemos observar, há um esforço dos/as cooperados/as mais atuantes da CODESF em priorizar esses momentos de discussão coletiva, a fim de encaminhar possíveis demandas da cooperativa. Esses momentos de reunião são caracterizados de acordo com os seguintes depoimentos:

[...] Assim, é saudável, é bem participativa mesmo, sempre que tem uma reunião assim e mesmo sem ter reunião. Assim é bem saudável, mesmo porque todo mundo se dá super bem, e assim, é uma família mesmo, a gente se sente bem com o grupo. (ART. 01, p. 85.)

[...] Tudo que for, assim, que for para tomar decisão nos reunimos todos os cooperados, mas nem todos vão. Mandamos o convite, para avisar que vai ter reunião e tal, de tal, ofício tal, mas nem todos os cooperados vai. [...] Se concordou com aquela coisa concordou, se caso não, ai começa mesa redonda. Vai debatendo, não, por causa disso não dá, tal. (ART.04, p. 72)

O depoimento da artesã 04 retoma a discussão sobre a dificuldade em garantir a participação de todos/as, ou pelo menos, boa parte desses nas reuniões da cooperativa. Acrescenta-se a essa discussão o envolvimento dos/as presentes na tomada de decisão coletiva. Os relatos a seguir reforçam essa afirmação:

[Quando vocês precisam tomar uma decisão sobre a cooperativa, como vocês procedem?] no coletivo. (UVA e BAN. 01, p.05).

[...] É o seguinte, é quando tem um problema ou uma coisa para se resolver, a cooperativa, o presidente da cooperativa com o vice-presidente marca uma reunião, onde toda a direção se reúne, e aí a gente conversa, debate, chega a um diálogo e resolve o problema. (UVA e BAN. 02, p.14)

É, se a decisão for sobre essas obras, for uma coisa que a gente vê no regimento, que a diretoria é que deve tomar a frente. Então, a diretoria, o conselho fiscal, a gente se reúne e chega a um denominador comum para dar o andamento da coisa. Quando é uma decisão que a gente está vendo que precisa cumprir o estatuto, a gente convoca todos os cooperados. (UVA e BAN. 03, p.24)

Os últimos depoimentos ilustram o momento de organização coletiva da cooperativa, durante os momentos das reuniões onde todos/as os cooperados/as têm o poder de voto na tomada de decisão. O último relato - que corresponde ao produtor UVA e BAN. 03 - traz uma revelação interessante sobre o compromisso de cumprimento com o estatuto interno da organização. Fatos esses que correspondem ao cumprimento da lógica das iniciativas cooperativas e de Economia Solidária com base na autogestão, tratadas nesse estudo por Paul Singer (1999). Entretanto, podemos observar que a participação efetiva dos/as cooperados/as nessas ocasiões ainda apresentam-se de modo insuficiente, segundo alguns/as entrevistados/as. Vejamos:

[...] É, as pessoas que participam são sempre as mesmas, infelizmente, e a conversa é sempre uma só, é procurar ter solução para aquele problema e tal. Nós precisamos de número e no momento não temos, o que acontece é sempre com as pessoas que estão participando, que são mais da diretoria. [Como acontece a tomada de decisão?] É, por exemplo, na última eleição que houve nós só foi mais com a diretoria, teve quatro, cinco pessoas a mais, que foi o que sobrava, que não dava nem outra chapa. E a decisão é entre os que estão participando mesmo, infelizmente, que está no estatuto e rege pelo estatuto então. (UVA 01, p.37)

O depoimento seguinte, além de apontar a dificuldade em relação à participação dos/as cooperados/as, também destaca a forma utilizada para realizar as mobilizações correspondentes aos momentos de reuniões:

[...] Hoje aparecem em torno só de 30%. [como é realizada a mobilização dos cooperados para as reuniões?] Através de convite, a participação, através de convite e também quando nós nos reunimos, um fica comentando com o outro, outros já sabem das reuniões, que todas as terças-feiras nós estamos aqui reunidos para discutir sobre a semana, o que é que está havendo, qual a documentação que a gente está precisando, então a gente está sempre discutindo para ficar claro para todos eles, que isso seja feito a propaganda com o vizinho. (UVA e BAN. 01, p. 05).

No relato seguinte, além de privilegiar os momentos de discussões para cada segmento produtivo que compõe a cooperativa, podemos compreender que há uma preocupação em não comprometer o trabalho realizado no campo pelos produtores de uva e banana, reconhecendo

a dificuldade em conciliação das atividades laborais e os momentos de reuniões, de modo a viabilizar a participação de todos/as nesses momentos de discussão.

[...] Quando a gente faz a reunião, a gente convida o pessoal da uva e da banana, certo, mas naquele momento ali, nós temos a etapa só da uva, e a parte que fala só da banana, e também a parte que fala só do artesanato. [por que as reuniões acontecem dessa forma?] Porque é o seguinte: para tirar os agricultores do campo para, por exemplo, hoje é segunda-feira, se eu fizer a reunião com todo mundo eles vêm, mas se eu fizer hoje com uma parte, amanhã com outra, eles não vêm por que é difícil, por que tem muitos agricultores que é ali, trabalha realmente no traçado do campo. (UVA e BAN. 02, p. 13)

O depoimento a seguir também destaca a preocupação em privilegiar, nos momentos de reuniões, discussões que contemplem os diferenciados segmentos produtivos.

[As reuniões na CODESF acontece por segmento?] Não, quando se tem a reunião, abrange todo mundo, o coletivo, até porque a cooperativa ela são os três itens que faz parte da cooperativa. Agora, quando se fala em calamidade, por exemplo, o calendário de produção e comercialização da uva é completamente diferente da banana, que a banana não existe poda. A uva existe poda e quando a gente poda, a gente paga o tempo da colheita, a banana não, a banana é diferente, a banana só vai ter a comercialização como a uva, aí nesse ponto a conversa já é diferente, e o artesanato também, mas tudo dentro da mesma reunião. (UVA 01, p. 35)

Outro aspecto a considerar, ainda tratando a questão da participação, são as inquietações dos/as cooperados/as sobre o pagamento da cota, parte referente à comercialização para CODESF. Dentre os momentos de realização da pesquisa de campo, registramos em nosso diário de campo a dificuldade para viabilizar a manutenção da cooperativa como o pagamento de água, luz e outras despesas que garantam o funcionamento da sede. Entre as preocupações dos/as cooperados/as, da qual tivemos acesso ao longo da pesquisa, identificamos algumas dessas dificuldades que serão expostas nos próximos relatos:

[...] Os sócios não participam, são pouquíssimos, têm só o nome porque assim eles acreditam que vai dar certo, mas eles não querem estar dentro participando, vendo as dificuldades, porque assim, tem dificuldades, principalmente na parte burocrática. O presidente mesmo, que era o vice, agora é o presidente, aí corre atrás da documentação, vai para Recife, vem para São Vicente, vai para junta comercial, e assim, e eles acham que é tudo fácil, tudo é despesa, os sócios não pagam, assim, a mensalidade para despesas, isso tudo, e assim a dificuldade de pagar água, luz, aí assim quem sempre mantém é o artesanato, quando a gente vende as peças, aí a gente dá o percentual dos 5%. Mas os agricultores não repassam a parte, alguns é que repassam, inicialmente tem uma despesa que somos nós que pagamos água, luz e quando tiver na sede mesmo, que essa é a sede provisória, quando tiver na sede mesmo aí vai aumentar as despesas, porque vai ter telefone, vai ter água, luz. (ART.01, p. 84)

Essa omissão no pagamento da cota parte à cooperativa pode ser resultado da falta de credibilidade da CODESF, por ter passado muito tempo sem atuar no mercado. Fato esse é realçado no depoimento seguinte:

[...] É para eles [os cooperados] pagar a cota parte, para eles se envolver mais eles precisam acreditar, hoje eles não têm aquela credibilidade mais na cooperativa devido esse tempo que passou parada, devido às burocracias das documentações, porque as diretorias antepassadas, há três anos atrás não tinha, tinha se formado a cooperativa, mas não deu o passo da formação das documentações necessárias e devido à burocracia, para regularização das documentações eu e [menciona um dos cooperados], junto com a [menciona a Embrapa]a gente correu muito, foi muita dor de cabeça para regularizar, por isso que levou tempo e muitos acabaram perdendo o estímulo da cooperativa, mas muitos, quando a gente liga com a Anvisa para participar, deixa acontecer primeiro, agora para gente participar eles acreditam mais ainda, aquele negócio meio desacreditado. (UVA e BAN. 01, p.04).

Portanto, o/a entrevistado/a UVA e BAN. 01 e ART.01 se reportam em seus depoimentos para os questionamentos iniciais sobre o processo de consolidação e a dificuldade de integração e envolvimento efetivo dos cooperados com a cooperativa, o que se configurou num impasse relacionado à questão burocrática para a consolidação de CODESF.

Os próximos relatos continuam destacando os entraves relacionados à garantia do pagamento da cota parte na cooperativa:

[...] Veja só, todo mundo recebe o carnezinho para contribuir, mas cinquenta por cento do pessoal contribui e 50% não; sabe que tem aquelas falhas, mas sempre que eles podem, estão contribuindo. (UVA e BAN. 02, p.14)

[...] A inadimplência está muito alta, são poucas pessoas que estão em dia com a cooperativa, é aquela palavra que eu disse agora há pouco: eles querem acreditar, que tenha desenvolvimento, que venda sua produção para poder estar em dia com a sua mensalidade. (UVA e BAN. 03, p.24).

No decorrer da pesquisa constatamos que no segmento do artesanato não são todas as cooperadas que participam de todas as reuniões propostas pela cooperativa. Entretanto, é importante salientar que, nos momentos que demandam uma maior participação - como foi o caso da última eleição -, o referido seguimento se destaca pelo comprometimento e participação. Talvez por se tratar de um grupo menor, o que facilita a integração e o comprometimento.

Ainda sobre o segmento do artesanato observamos que, além das reuniões que acontecem diretamente na cooperativa - mesmo de modo pontual -, o grupo tem, na medida

do possível, se articulado para a realização de reuniões direcionadas apenas ao grupo que as compõe. Os próximos relatos esclarecem a nossa posição:

[...] Sempre no artesanato a gente se reúne assim, não assim para parar, e hoje é só para reunião, mas assim, no final do dia ou antes, quando a gente chega, se está tendo uma dificuldade, a gente procura conversar, para que não é daquele jeito, nós temos que melhorar, porque se termina o grupo se desfazendo e a gente vai, tudo que a gente conquistou, nós vamos, sempre quando nós percebemos que tem alguém que está fraco, que está querendo desistir, porque às vezes dá vontade de desistir mesmo, é assim, você não tem tanto apoio como acha que deveria ter, porque não é só para a renda, mas assim, é a questão de promoção do município mesmo, e a gente não tem tanto apoio como eu acho que deveria ter. (ART.01, p.84).

O depoimento da artesã 01 demonstra a preocupação com o compromisso das reuniões, uma vez que esses momentos podem viabilizar o fortalecimento do grupo, já que é imposta a responsabilidade para com a promoção e representação do município nos espaços de visibilidade em que o grupo está inserido.

O próximo relato salienta que, apesar do grupo estar ciente da necessidade da periodicidade das reuniões, ainda não há um planejamento efetivo. Como também é enfática quando aponta a orientação de um professor responsável por um dos momentos formativos do grupo, sobre a importância da ocorrência das reuniões.

[...] É todo mês. E a obrigação é para fazer todo mês, que nosso professor nos orientou que todo mês tem de ter reunião, ao menos com o nosso grupo, mas tem que ter, aí está demorando. (ART.02, p. 48).

O próximo relato reforça a nossa reflexão anterior sobre a atuação do profissional e o estímulo ao compromisso com as reuniões. A entrevistada alega que a falta do planejamento se deve à facilidade para convocação do grupo para esses momentos, uma vez que há uma rotina de trabalho diária, que facilita o diálogo entre as artesãs.

[...] As nossas reuniões assim, na verdade, a gente tinha mais reunião quando tinha um designer, que vinha nos acompanhando, só que foi em dois anos. [...] em termos do grupo do Fio e Renda, quando tem alguma coisa assim pra se falar, quando a gente tá sempre junto todos os dias, a gente fala assim, sem precisar de reunião, porque a gente trabalha junto. [De quanto em quanto tempo acontecem reuniões no grupo?] Assim, dependendo, assim, se tiver alguma coisa a falar, debater, a gente se reúne, como a gente tá todo dia junto, então ali mesmo a gente fala. (ART.05, p.98)

O relato das entrevistadas ART. 03; ART.04 e ART. 07 reforçam o depoimento da ART. 05 quando afirma que há reunião sempre que é preciso. O depoimento seguinte

reconhece a importância em planejar e formalizar os momentos de reuniões com o grupo, contudo, argumenta que a demanda pelos momentos de discussão coletiva pode variar conforme as necessidades do grupo.

[...] Depende de cada momento, cada tempo, assim depende do acontecimento das coisas. Era para ser assim mais ou menos de quinze em quinze dias, mas a gente às vezes não acha motivo para ter de quinze em quinze dias reunião. Que era para toda vez, no final do mês, a gente fazer um balanço, saber assim o que está acontecendo, mas só que a gente não é necessário isso não, mas futuramente pode ser, agora, por enquanto, não. (ART.06, p.105)

No segmento do artesanato, quando questionamos sobre os assuntos mais presentes na pauta das reuniões, obtivemos as seguintes informações:

[...] Para que a encomenda saia mais cedo, para que você trabalhe de igual por igual, enquanto umas vêm ficando brincando, aí assim, seria essa uma das dificuldades, mas assim a gente sempre tenta resolver. [É na cooperativa?] (ART.01, p. 84)

[...] A gente discute o aperfeiçoamento das peças, a união do grupo, para que possa crescer. (ART.03, p. 59)

[...] É assim: discutem uma para outra, olha porque uma trabalha bem e a outra não trabalha bem, às vezes, uma chega conversando, a outra quer aquele assunto que ela falou, depois, a gente fica tudo até rindo lá, é oito mulheres somente para conversar e rir lá dentro do trabalho, só vendo como é. (ART.02, p. 49)

Esses últimos depoimentos nos levam a perceber a preocupação com a organização do trabalho realizado pelo grupo. E também nos revela que o momento das reuniões pode se configurar em situações de descontração.

Os relatos a seguir mostram o comprometimento e organização com as questões financeiras do segmento:

[...] É o que entrou e o que saiu durante o mês, ou seja, é a quantia de dinheiro que entrou, a quantia de dinheiro que saiu e o que tem. Nem sempre quando a gente faz reunião, a gente divide, porque não tem como, a quantia é muito pequena e o que a gente comprou durante o mês, assim, tipo entrou tanto em dinheiro, saiu tanto, agora saiu pra comprar cola, copo, essas coisas lá sempre comenta. (ART. 04, p.71)

[...] Assim, porque como está sendo construído o centro de artesanato, nós discutimos mais assim a questão, assim, como é que está sendo a construção, a questão de pagamento, quem é que está à frente. [...] Na verdade a gente assim não tem essa discussão assim sobre uma coisa específica não. (ART.05, p. 98)

Para além das questões de organização financeira do grupo, os próximos relatos mencionam a preocupação com divisão de atividades e as relações interpessoais do grupo como pauta de reunião.

[...] É sobre assim, no caso for dividir dinheiro, por exemplo, fulana merece receber isso, [menciona uma das artesãs] quando ela vai pra Feneart, ela vende, ganha mais e assim em relação a gente, assim, quando tem alguma entrega grande, aí a gente fala assim, quem vai levar pra casa fazer, é sempre assim esse negócio, quando a gente vende e vamos cuidar logo do tear, alguma coisa que precise ser feito para a gente. Assim, discute mais assim, cuidar assim, em relação das pessoas, se a gente trabalhar em conjunto, dividir, às vezes dividir algumas tarefas que a gente vai fazer. (ART.06, p.105)

[...] O trabalho, para todo mundo trabalhar por igual, para todo mundo, um ajudar o outro para não, assim um trabalhar mais e o outro menos, nós sempre falamos isso. (ART.07, p.116).

Em relação aos assuntos mais discutidos atualmente, que compõem a pauta das reuniões da cooperativa propriamente dita, e nesse caso, envolvendo todos os segmentos da CODESF, poderemos observar nas próximas falas:

[...] É sobre a divulgação, sobre reintegrar a cooperativa, o sócio vê como discutir sobre vir votar, eles voltarem, e a nossa preocupação é trazer mais cooperados, nós discutimos muito é sobre a conclusão do galpão, a gente sempre se encontra pra acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos na cooperativa, nas construções e nós nos reunimos para falar também sobre cursos de capacitações, treinamento. (UVA e BAN. 01, p.05)

É relevante ressaltar essa passagem do relato do entrevistado - UVA e BAN. 01 - sobre a demanda da cooperativa, em relação aos momentos formativos. Nesse sentido, o entrevistado acrescenta:

Teve a semana curso sobre o meio ambiente, a semana da ciência e tecnologia, então, essas reuniões é voltada para a capacitação, para o melhoramento da qualidade tanto da vida, quanto da produção, quanto da cooperativa. Nós estamos precisando sentar com a [Embrapa] para ver com a universidade, com o Sebrae, com o Senac, ver um órgão que possa dar uma capacitação, treinamento para os cooperados, para trazer eles, porque através de curso de capacitação, treinamentos, eles vão se capacitando e vão se integrando é com o melhor, com mais visão.

Essa demanda apontada pelo entrevistado pode ser viabilizada com a formalização de parcerias, principalmente ao nos reportarmos às atividades de extensão nas universidades, por

meio de projetos e atuação de Incubadoras Tecnológicas⁴¹, sem contar que essas ações também podem ser fortalecidas com a intervenção de intuições como o IPA e a Embrapa. Ainda sobre esse aspecto, o entrevistado revela:

[Qual seria a área que você elege como uma necessidade para formação?] *Sobre o uso do defensivo agrícola, é o manejo e também sobre a preservação das nascentes, das matas ciliares é isso aí que vai ser muito importante, hoje a necessidade é enorme. (UVA e BAN. 01, p.05).*

Outro destaque apontado como pauta de reunião é a consolidação da expectativa de a cooperativa contar com uma sede própria. Vejamos:

[...] *No momento é a cobrança dos cooperados que não vê a hora de sua produção ser entregue à cooperativa, pra poder ter um valor melhor e também sempre na pauta da reunião, aliás, dando satisfação ao senhor presidente, que é a situação da construção da sede da cooperativa e do galpão para o processamento do vinho e da uva. (UVA e BAN. 03, p.24)*

[...] *Os mais discutidos no momento que nós temos é o término do galpão e, em seguida, em segundo lugar, nós temos a nossa dificuldade com os atravessadores que estão comprando as nossas uvas e nós estamos assim, como se diz o brasileiro, com a faca no pescoço, sendo obrigados a passar pra eles do jeito que eles querem. (UVA e BAN. 02, p.13)*

As inquietações com o problema do escoamento da produção também se revelam nas palavras do entrevistado UVA e BAN. 02.

[...] *Os assuntos discutidos nessas reuniões são deveres de cada um cooperado, infelizmente esses deveres está dividido entre o pessoal da diretoria aquelas pessoas que participam. E a preocupação é também uma sede, a respeito do galpão, a conclusão do galpão, da casa do artesanato, um lugarzinho pra sede da cooperativa, que nós estamos em um lugar emprestado. (UVA 01, p.36)*

Já no caso do entrevistado UVA 01 é acrescida a questão da atuação e participação dos/as cooperados/as.

⁴¹ De acordo com Maria Nezilda Culti (2010, p.10) as Incubadoras são espaços que envolvem profissionais de diversas áreas de conhecimento, bem como programas internos existentes nas universidades e nas localidades para apoios e parcerias com vistas a potencializar o capital social, além das atividades de incubação de empreendimentos, com o objetivo de atender trabalhadores que tencionam organizar seus próprios negócios, sejam cooperativas, associações ou empresas autogestionárias, urbanas ou rurais. Elas ajudam e instruem na prática, por meio de processo educativo, orientado na participação e no diálogo a formar, a organizar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais, procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus empreendimentos econômicos solidários – EES. A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação.

A questão da garantia da participação com vistas na lógica da inclusão e da democracia, ainda parece ser grande desafio para a CODESF. Pois, não basta fazer parte de um coletivo ou um grupo, mas sim exercer a sua participação ativa, com vistas na tomada de decisão, no fazer a diferença, para que assim haja uma intervenção em determinada realidade para promoção de mudança. O fortalecimento da ação coletiva na busca de um objetivo comum pode ser o caminho para uma vida mais justa e igualitária, o que nos faz pensar na proposta de atuação da Economia Solidária.

Contudo, no presente capítulo fizemos uma explanação de algumas considerações sobre a história, o processo de consolidação e um pouco sobre as relações construídas no contexto da Cooperativa para o Desenvolvimento da CODESF.

CAPÍTULO III - CODESF - Organização da Produção: associativismo, cooperativismo, autogestão, autonomia?

Atualmente, a CODESF conta com o envolvimento de três segmentos produtivos, os quais são caracterizados pelos produtores de uva e muitos deles também cultivam a banana, e alguns poucos produzem apenas a uva ou a banana. Além desses segmentos produtivos a cooperativa conta com a produção artesanal proveniente da palha da bananeira. Nesse momento, para tratar das características de modo isolado - o que permitirá realizar uma reflexão mais focada - iremos trabalhar, subdividindo os segmentos produtivos em dois momentos de análise: a cadeia produtiva do artesanato e, na sequência, os produtores de uva e banana.

1.O segmento do artesanato e a sua cadeia produtiva

Ao tratar a categoria produção, pode-se observar que, segmento do artesanato se destaca pela produção de variados tipos de peças, ou seja, são três linhas de produção: decoração, artigos natalinos e acessórios femininos. As referidas linhas de produção são confeccionadas com a matéria-prima que há em abundância no Município de São Vicente Férrer: os troncos das bananeiras. Essas iniciativas, para Antônio Vázquez Barquero (2001, p. 57), se configuram potenciais endógenos para promoção do desenvolvimento local, ou seja, “quando a comunidade local é capaz de utilizar o seu potencial para o desenvolvimento e liderar o processo de mudança”. Tal reflexão também nos remete às considerações de Juarez de Paula (2006) ao mencionar, em nosso estudo, a importância das potencialidades locais para promoção do desenvolvimento local.

Esse potencial local tem se revelado a partir da produção de diversos artigos pelo segmento do artesanato, os quais são revelados nos depoimentos a seguir:

[...] É assim, bolsa, são três linhas: decoração, acessórios femininos e artigos natalinos. Aí, os artigos natalinos são: miniguirlanda, guirlanda grande, árvores; aí, na parte de decoração temos: almofadas, pufes, caminho de mesa, jogo americano, flores; e, na parte de acessório são: bolsas, boleros, bijuterias. (ART. 01, p.80).

[...] A gente produz bolsas, acessórios, enfeites natalinos, essas coisas de decoração. deixa ver o que mais... bolsas, vários tipos de bolsas, acessórios, é pulseiras, colares. (ART. 03, p.55).

[...] A gente trabalha com três grupos, assim, três tipos de produtos: artigo natalino, acessórios femininos e decoração. Aí, decoração são essas coisas de

decorar, jogo americano. E acessórios femininos são colares, bolsas e outros. E artigos natalinos é guirlanda, anjo, essas coisas. Nesse grupo que a gente trabalha, ou seja, a decoração, o artigo feminino e acessório. (ART. 04, p.67)

[...] A gente produz manta, pra fazer assim as bolsas, tapete, é caminho de mesa, a gente faz puf, coisa assim, faz bolsa de porta-moeda, a gente faz um bocado de coisa e dá pra gente inventar mais. (ART.06, p.103)

[...] A gente produz bolsas, acessórios, puf, fazemos colar, bolsas, várias bolsas, bolsa de mão, carteira, essas coisas a gente faz. (ART.07, p.113).

O depoimento da entrevistada ART. 06 menciona a necessidade de produzir de modo contínuo e equilibrado; já o relato das artesãs ART.07 e ART.01 enfatizam a importância da organização do trabalho, para que não haja sobrecarga de tarefas, mas uma divisão de modo igualitária.

De acordo com as observações realizadas durante acompanhamento das atividades no cotidiano⁴² das artesãs, registradas no diário de campo, percebeu-se que, para a execução do trabalho no segmento do artesanato, geralmente, as jornadas de trabalho acontecem de segunda à sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas. Esse horário organizado e formalizado pelo grupo se mostrou flexível, de modo que não são todas as artesãs que comparecem durante o expediente completo, pois se ocupam em outras atividades, principalmente aquelas de cunho doméstico. Tais iniciativas organizacionais, com base na organização coletiva, vêm possibilitar essa flexibilidade em suas relações de trabalho. Na verdade, é um cenário que dificilmente acontece nas relações trabalhistas formalizadas na sociedade capitalista. Essa, portanto, parece ser uma saída para as mulheres conciliarem as atividades produtivas e reprodutivas ou domésticas⁴³.

Os relatos das entrevistadas ART. 01. 06 e 07 são contemplados a seguir:

[...] Há produção, pelo menos assim está vindo no horário certo todo mundo, chegar todo mundo no horário para produzir tudo igual (ART.07, p.113).

⁴² Para Maria do Carmo Brant de Carvalho e José Paulo Netto (2011) o cotidiano é a vida de todos os dias, caracterizada pela rotina diária, do trabalho (seja no espaço doméstico ou no espaço público), o momento das refeições, das distrações, das conversas, entre outras.

⁴³ As atividades reprodutivas para Graciete Santos e Cristina Buarque (2006) são aquelas que criam condições para a sobrevivência cotidiana das pessoas durante todo o ciclo de sua vida. Dentre essas atividades destacam-se os cuidados com alimentação, saúde, educação, higiene e vestuário, denominadas de trabalho doméstico. Toda essa atividade requer habilidades e esforços físicos e mentais para garantir o bem-estar de todos/todas os/as membros da família.

[...] A produção está boa, mas a gente tem que acelerar mais, que a gente tá meio assim, meio devagar a equipe, assim, creio, aí tem que acelerar mais. (ART.06, p. 103)

[...] Quanto a gente produz? Eu não tenho nem ideia, mas se a gente for ver direitinho, tem uma produção até boa. Principalmente se organizando, dividindo as tarefas direitinho. Tem uma boa produção. (ART. 03 p.55)

[...] Porque a gente trabalha todos os dias, mas sem ser aquela coisa puxada, mas assim, todos os dias a gente tá produzindo e tá surgindo mais encomenda, tá sendo assim mais reconhecido, quando a gente menos espera aí a gente vê alguém de outro Estado que já viu o produto da gente, que vai levar pro exterior, aí isso é estimulador pra gente. [Qual a média da produção do grupo ao mês?] Em torno de 200 peças, dependendo assim do tipo de peça ou mais, tem peças que chegam a mais de 200 mensais. (ART. 01, p.80).

O último relato traz uma ideia quantitativa da produção mensal das peças produzidas pelas artesãs, fazendo uma ressalva que, de acordo com dados registrados no diário de campo, nos períodos festivos e de feiras a produção é intensificada, podendo atingir uma quantidade ainda maior. Mas, segundo as artesãs, isso acontece respeitando os limites da produção do grupo, sem contar com o comprometimento de honrar com os prazos de entrega. O depoimento a seguir também ilustra essa relação:

[...]. A produção hoje, assim, a gente está fazendo assim, não é bem por etapa, mas assim, porque geralmente está chegando o mês da feira, que é a Feneart. Nós temos que correr atrás de produzir mais que é para levar pra feira. A gente procura fazer mais bolsas, variedades de bolsas, e a gente está procurando ver qual é a tendência do público. Todo ano muda a cor, o estilo, aí a gente está tentando seguir esse padrão, de ver os estilos de bolsas que está tendo no mercado. A gente está produzindo por etapa, no sentido de que a gente tem que levar pufs para feira. Esses pufs é o que o público mais procura, e agora com essa fibra que a gente está aprendendo agora, que é o papel, a gente está vendo se vai produzir alguma coisa de papel, já para levar esse ano para a feira. Vai depender da produção porque a gente ainda está confeccionando muita bolsa para levar, tem muita coisa ainda para se fazer. (ART.05, p.94).

Ainda sobre o depoimento da entrevistada ART. 05, podemos observar a preocupação em atender ao mercado, na medida em que o grupo cada vez mais tem procurado estudar técnicas de inovação da produção quanto às tendências da estação (como cor e estilo) e assim ter condições de atender ao contexto global. Preocupação essa é legítima, do ponto de vista da comercialização, mas questionável na perspectiva da Economia Solidária.

O processo da produção do artesanato, ainda relacionada à jornada de trabalho cotidiana das artesãs, envolve algumas etapas e dentre elas, as artesãs descrevem:

[...] Primeiro a gente marca um dia pra ir tirar os troncos, só que a gente vai, tira, aí arruma um carro, leva para lá e lá a gente começa todo processo, que é pra poder tirar a fibra, aí bota pra secar, depois dela seca, a gente faz o tear que é a máquina manual. Aí, depois que é seco, ou seja, a manta feita, a gente lá, como é que se diz, interpela a manta e dali que a gente faz a bolsa, assim, outra coisa, ou só precisa interpelar quando é pra fazer bolsa, essas coisas, quando é pra fazer. [O que é interpelar?] É passar a cola e o pano, pra poder reforçar, porque se a gente recortar sem o pano, ela se desmonta. Tem que passar a cola e o pano. [...] Processo de tirar a fibra, fazer o tear, tecelar, corta, a única coisa que eu não faço é a costura, que fica com [uma das artesãs] na máquina e assim, quando é pra montar bolsa assim, eu não consegui montar. (ART. 04, p.67)

[...] Primeiramente, a gente vai pra desfibrar, aí, tem aquele processo todo que desfibra primeiro a capa, a renda, depois raspadinha, depois coloca pra secar. Coloca pra secar lá dentro mesmo, depois, a gente, quando tá seca com um dia ou dois, dependendo do dia de sol, a gente pega aquela fibra, já coloca num lugarzinho reservado, depois que ela já tá seca, a gente já vai pra o tear, que é o processo do tear, aí, depois que aquele tear está pronto e então a gente já vai tirar pra fazer a peça. [como vocês definem a peça que vai produzir?] Assim, a gente, se por acaso a gente vai fazer tal peça, aí já pega aquele molde da peça, coloca em cima da manta, mas depois que aquela manta está pronta, que a gente tira do tear, ainda vai para colagem. O processo da colagem, a gente coloca em cima da mesa, passa cola, depois ainda coloca tipo forro nela todinha, para depois recortar pra fazer a determinada peça. (ART. 03, p.55)

[...] Pronto, a gente assim, o foco mesmo que a gente faz primeiro a primeira etapa, depois de todo processo da fibra pronta, a gente vai fazer as mantas, aí depois que confecciona as mantas, aí, a gente das mantas, a gente vai fazer o nosso produto são bolsas, a gente faz também, trabalha a parte do crochê, que as meninas fazem até produtos em bolsas também, bolero, roupas, caminhos de mesas, varanda pra rede, mas o foco mesmo, que a gente faz mesmo são as bolsas, assim, vários modelos de bolsas, também fazemos capa de agendas, puffs, artigo natalino, tem várias coisas, que dá pra aproveitar. (ART.05, p.94)

[...] Eu produzo a manta, trabalho muito nela, pronto, quando é na área da limpeza as meninas não deixam eu fazer, porque é pesado. Quando vai cortar o pau, o pé de banana, elas não deixam, nem [uma artesã] não deixa eu cortar nem carregar porque é muito pesado. [A senhora está falando dos troncos da bananeira?] Dos troncos da banana. Aí, eu vou pra quê, pra acompanhar elas, contar história, elas ficam tudo rindo, que eu sou a vovozinha de todas. Eu faço é a manta e ajudo fazer limpeza nas bolsas que [uma das artesãs] faz. [E o que é manta?] É assim como uma passadeira, que faz bem grande, que eu faço no tenaz [o tenaz é um instrumento para armação e produção da manta], ontem mesmo eu tirei seis metros. [...] A manta é como uns tapetes bem grandes. [...] Faço crochê, faço bolero, faço chapéu, o trabalho que [uma das artesãs] fala assim: olhe dona [...] é pra fazer aquele trabalho dali, pronto, só basta eu pegar nele, trago a fibra pra casa eu já trabalho em casa. (ART. 02, p.44).

O ultimo depoimento traduz a preocupação com a divisão das atividades de trabalho, considerando a questão geração (preocupação com as condições e esforço de trabalho da artesã), pois a artesã é uma senhora idosa, que exerce seu papel fundamental para o processo de toda a cadeia produtiva. Esse contexto é reforçado pela expressão da valorização e reconhecimento do trabalho, de modo positivo, incluindo as atividades produtivas em diferenciados contextos geracionais (as artesãs apresentaram-se com idades variadas entre 18

e 75 anos de idade). Possivelmente, a lógica capitalista de produção tende a excluir do mercado de trabalho gerações que alegam não dar conta da produtividade almejada, pois são muitos/as os cidadãos e cidadãs excluídos/as do mercado de trabalho por conta da idade. Na perspectiva da Economia Solidária a divisão técnica do trabalho precisa, no mínimo, ser bastante discutida e negociada entre as partes e não simplesmente imposta.

Esses relatos expostos em relação à organização da produção também nos reportam a pensar nas aproximações com um dos princípios gerais da Economia Solidária, na medida em que a atividade produtiva desenvolvida pelo grupo do artesanato revela-se com base nos valores da cooperação e na solidariedade e na valorização do trabalho. Além disso, vale ressaltar que as iniciativas de organizações coletivas, com base na Economia Solidária, buscam a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que visibiliza apenas o trabalho produtivo, pois é gerador de valor (renda) e torna invisível o trabalho reprodutivo (não gerador de renda), o qual, na maioria das vezes, é realizado pelas mulheres. É nesse sentido que ressaltamos a base dos princípios de Economia Solidária, que reconhece o papel fundamental da mulher no contexto produtivo e reprodutivo.

Os depoimentos a seguir também caracterizam a divisão e organização do trabalho no segmento do artesanato:

[...] É assim, tem três mulheres que é já no tenaz fazendo manta [uma artesã] fala manta assim que é aquelas peças bem compridas que a gente faz, que daí faz almofada, faz o puf, faz bolsas. Outras já irão ajudar [outra artesã] no trabalho que ela vai passar todo na máquina, as outras já vai fazendo revisão, tirando a linha, cortando, consertando tudo, pra sair tudo direito é assim. (ART.02, p.47)

[...] A gente divide as tarefas, porque às vezes, assim, são poucas pessoas para fazer muita coisa. Às vezes vai uma parte pra desfibrar [...] Por acaso, vai três pessoas, quatro desfibrar, desfibrar, tirar a primeira capa, aquele processo todo, aí, outra já fica na colagem, na colagem, ou mesmo assim cortando para [outra artesã] já ir fazer o processo que, é na máquina, fica uma já recortando pra fazer bolsa, outra já vai pro tear, outra já fica no tear, é assim, não vai tudo para uma coisa só. (ART.03, p.55)

[...] assim: eu vou ter que fazer o tear, aí, tipo [outra] vai fazer colagem, então, a gente chega, vê aquilo que vai fazer, vai lá e faz. Não tem vai pra um, que vai pra outro não. O que pegar, faz. Tipo: se for pra destocar, ou seja, tirar a matéria-prima, que é a fibra, aí não vai, tipo, tu vai pro tear, tu vai pra colagem, fica dois, três não, vai todos para tirar a matéria-prima, aí, depois se espalha, um vai fazer colagem, outro pro tear, uma vai pro papel, eu sempre faço papel. [...] Agente não tem isso. (ART. 04, p. 70)

Os próximos depoimentos salientam a preocupação com a divisão das atividades, a fim de não sobrecarregar as componentes do grupo:

[...] Nosso trabalho, assim, é uma coisa assim igual, porque assim, na verdade, a gente trabalha no tear, aí não tem aquela divisão assim, a divisão é assim, quando assim tem produção, aí uma vai pra bolsa, outra vai ajudar na bolsa, outra vai ajudar nesse termo. [...] Assim, na verdade, assim só na parte do crochê que todas não trabalham, porque muitas não sabem fazer o crochê, mas assim, em relação às outras coisas, todas trabalham juntas, fazem as mesmas atividades, a única coisa que todas não fazem é o crochê, porque são poucas pessoas que sabem o crochê. (ART.05, p.98)

[...] Não a gente, todo mundo aqui, a única pessoa que trabalha máquina, só [menciona o nome de uma artesã] que trabalha na máquina, e a gente trabalha tudo aqui igual, tem que, uma vai pra o tear, a gente cola, todo mundo assim, em conjunto, não tem diferença de trabalho não, um dia, se eu quiser, eu vou tingir, a menina também vai tingir, é tudo assim, uma coisa a gente estende tudo junto, quando vai desfibrar, desfibra tudo junto, bota relacionado no varal fica todo mundo junto. (ART.06, p.105)

[...] É nós, assim, cada um faz, tem todo mundo, sabe fazer tudo, nem todos sabem fazer tudo, só quem sabe costura é [menciona uma das artesãs], a gente, a gente faz outras coisas, Fátima costura, a gente termina, a gente cola, todo mundo faz, aí todo mundo vai fazendo. (ART.07, p.115)

Mais adiante, o depoimento da artesã 01 ilustra a organização da gestão e do trabalho do segmento do artesanato:

[...] Ai, assim a gente na tem gestão, a gente se organiza assim: tem umas que é mais ágil, assim, para pagar um documento, para comprar material, só tem a outra é mais organizada na parte financeira, então não fica só eu sobrecarregado, aí tem uma que já cuida quando a gente recebe o dinheiro e passa para [essa pessoa], para que faça as contas, ela já organiza, já tem [outra] que é mais assim na parte de chegar alguém pra atender, aí, assim a gente sempre divide as tarefas, e na parte assim das feiras, as viagens, aí sempre sobra pra mim e [outra artesã]. [E as outras componentes do grupo?] [menciona a artesã mais idosa] por conta da idade, [menciona outra] sempre tem o esposo, sempre tem uma dificuldade, ai, assim, e as outras, assim a gente está treinando, porque assim, aqui a gente sente dificuldade em deixar elas só pra administrar, aí, a preocupação é ir para fora, pra outro Estado, porque lá é uma única pessoa e você tem que dar atenção, tem que ficar ligado sempre, muitas vezes o cliente chega, não quer só o produto, ele quer saber informações, como é, como começou, aí, você tem que tá ligado, dando a informação e atendendo outro, às vezes chega um cliente que é rápido, quer o produto, não quer saber de nada, só quer comprar, você tem que está ligado se não você termina prejudicando. (ART.01, p.83)

O depoimento da artesã 01 revela a divisão de tarefas e responsabilidades no interior do grupo, na tentativa de tirar proveito das habilidades individuais de cada integrante do segmento do artesanato. Essa passagem nos faz lembrar a importância do capital humano e do capital social no desenvolvimento das ações coletivas, apontados por Carlos Julio Jara (2001), Augusto Franco (2002) e Juarez de Paula (2006).

1.1 Os segmentos da Uva e Banana em seu contexto produtivo

A dinâmica produtiva dos produtores de Uva e Banana revela-se diferenciada daquela do segmento do artesanato. Os produtores de uva e banana partilham um cotidiano, onde a maior parte de seu tempo é destinada ao desenvolvimento de seus trabalhos, cujas atividades são realizadas no campo (espaço rural no Município).

Na maioria dos depoimentos, os entrevistados colocam que, além de produzirem alimentos com a finalidade de comercialização (no caso uva e banana), eles também produzem alimentos para o autoconsumo da família. Essa diversificação da produção pode, então, estar favorecendo o alcance de uma renda concebida como não monetária⁴⁴.

Essa estratégia de produção pode estar incidindo (mesmo que não apareça explicitamente nos depoimentos dos produtores) diretamente na organização e composição do orçamento⁴⁵ familiar, na medida em que um recurso que poderia ser destinado ao consumo de alimentos da família, pode estar sendo utilizado para outro destino, como aquisição e consumo de bens, serviços e outros tipos de alimentos não produzidos, viabilizando, assim, a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

Os depoimentos a seguir ilustram a produção de uva e banana juntamente com outros tipos de alimentos.

[...] É, uva eu produzo há mais ou menos três anos, e banana há uns quatro, quatro e meio, por ai. Minha propriedade é nova, está em processo de acabamento ainda de plantações, falta muita área plantar. [...] A gente tem duas, três safras por ano. Duas, por causa do tempo chuvoso, que a uva não se adapta bem à chuva, principalmente no meio terreno lá que o clima não favorece no inverno. Eu colho, só, tenho só duas colheitas, como a minha área é pequena, é em torno de meio hectare, 10 quadras eu chego a colher 500, 600 quilos por quadra, então dá em média de uns cinco mil quilos por safra, então um ano dá em torno de, chega a uns doze mil quilos de uva por ano. [Além da banana e da uva você produz algo mais?] A macaxeira, o milho e o feijão, couve e o inhame. Só pra consumo de casa. (UVA e BAN. 02, p.10)

O próximo depoimento ressalta essa diversificação da produção: uva, banana e outros tipos de alimentos, a fim de diversificar ainda mais a sua produção e aumentar o autoconsumo

⁴⁴ A renda não monetária é a produção destinada ao consumo familiar, o que vai refletir no destino da renda familiar.

⁴⁵De acordo com Karla Teixeira (2005, p.76), o orçamento Doméstico/Familiar refere-se ao cálculo de previsão das receitas e das despesas durante um determinado período, que pode ser mensal ou anual. É um procedimento destinado à avaliação e à comparação das receitas e das despesas a efetuar.

de sua produção pela família, e assim garantir uma alimentação mais natural. Também poderemos observar que já existe a preocupação com o beneficiamento e, além de diversificar a produção, essa também pode ser considerada uma estratégia para agregar valor a produção e minimizar a dependência da produção para com os atravessadores, sem contar que pode estar diminuindo o desperdício da uva no período de safra.

[...] Uva e derivados, uma boa parte é uva e vinho, alguma parte assim de polpa, mas a banana é muito pouca, só mais agora tem, nós temos o leite e queijo [...] Nós temos a produção de feijão, feijão verde de setembro a janeiro nós temos a barra debaixo da uva, feijão verde, aí a produção de banana é muito pouca, agora uva eu tenho os doze meses do ano, 365 dias do ano. [...] Tenho sempre, a banana tenho todo mês, agora a uva como eu podar, faço a condução, eu controlo as podas pra ter o ano todo, toda semana que você chegar, eu tenho produção de uva. [...] Nós temos hoje, nós temos a coalhada, nós temos leite, nós temos queijo, a manteiga é feita em casa. Nós não compramos a manteiga de primeira qualidade, hoje nós fazemos a manteiga em casa, a manteiga do próprio leite, e hoje nós temos também a ricota natural, já temos ricota natural. (UVA e BAN. 01, p.02)

Fazendo um destaque aos relatos seguintes, também podemos perceber a demanda para com a assistência técnica na região.

[...] Eu produzo banana, mas já produzi uva, mas não deu certo. [Por quê?] teve uma praga que acabou com as parreiras. Já a banana é uma média que a gente tem de seis milheiros de banana, que a gente ainda vende 90% em unidade, então é um hectare de cem mil bananas cada corte por hectare, seis milheiros por hectare, têm pessoas que produz dez milheiros, doze, porque tem uma adubação muito boa, mas a maioria é uma média de seis milheiro por hectare, que é em torno de 120 quilos por dia. [O senhor planta alguma coisa, além da banana?] Verduras simples, só pra o gasto de casa mesmo. [quais?] Coentro, verdura, couve, essas coisas assim. Macaxeira, as verduras e macaxeira. (UVA e BAN. 03, p.21).

[...] É, por enquanto estou trabalhando com banana, já plantei uvas, estou tentando novamente voltar a trabalhar em escala menor com uva, por enquanto eu trabalho com banana. [Mas por que foi que o senhor desistiu de trabalhar com a uva?] Por que a uva aqui na região da gente, ela mostrou uma incidência muito grande de praga, aí, isso talvez eu não sei, falta de assistência, talvez, não foi o fator principal, não tinha uma assistência adequada, comecei a perder podas seguidas e isso me tirou de tempo, porque financeiramente eu estava contando com aquela safra de uva, então ela caiu as folhas todinhas nas podas que eu fiz. Ficou lá, não amadureceu e me deu prejuízo e eu abandonei. (UVA e BAN. 04, p.124)

Mais adiante, o entrevistado - UVA e BAN. 04 - enfatiza sua intenção de voltar a produzir a uva, mas que tal iniciativa aconteça com segurança, uma vez que está ficando cada

vez mais difícil trabalhar apenas com a produção de banana, em virtude das pragas e da desvalorização da produção pelos atravessadores.

[O senhor pretende voltar a produzir uva?] Diferente, se tiver alguma tecnologia diferente, que permita a gente trabalhar numa escala até menor, pra que possa cuidar melhor dela também e pra eu ter outra alternativa de fonte de renda. Já que banana hoje, ela está matando o produtor aqui, o preço que está como está, muitas pragas, hoje a banana aqui, ela está difícil de se produzir, o preço muito baixo, não tem escoamento. Esse ano foi muito devagar pra outras cidades como Belém e São Luiz. Hoje se usa um monte de coisa na banana, antigamente não se usava, a banana não tinha praga, hoje tem praga e a gente tem que usar um monte de coisa pra combatê-la.

Esses dois últimos relatos salientam a dificuldade de lidar com as pragas, o que nos estimula a refletir sobre a necessidade de uma assessoria técnica contínua na região.

Outro caso isolado refere-se ao produtor de uva 01, o qual salienta aproveitar bem a sua produção na comercialização, sendo esse o motivo que ainda não tenha atentado para o beneficiamento. É importante ressaltar - nesse caso específico - que, como o referido produtor possui uma pequena produção e transporte próprio, o mesmo não é dependente dos atravessadores, pois consegue escoar seu produto nas feiras.

[...] Olhe, eu trabalho, eu tenho duas áreas, eu tenho uma área que fica na comunidade Funda da Mala que fica ao lado, fica sentido sul da cidade, no lado sul da cidade, e a minha área é de dez quadras, no caso corresponde a meio hectare, eu produzo e eu mesmo vendo meus produtos nas feiras livres. [...] Eu sozinho. Eu tenho transporte e eu comercializo meu produto e tenho outra área no meu quintal, que eu chamo de área fundo de quintal. Tem ¼ de um hectare no caso dá cinco quadras. [...] Eu não tenho assim, não tenho um peso, ou melhor, um volume, é fixo porque ela oscila muito. Tem época do inverno ela produz pouco, na época do verão até que produz, mas eu não tenho esse volume fixo. [...] A minha produção ela dá quinze quadras, acho que dá uns 20 mil quilos por ano. [O senhor beneficia a uva?] Não, por que eu aproveito melhor na feira livre, porque pra fazer um vinho tudo é um processo, e o meu processo é só vinte e quatro horas, já volto com dinheiro no bolso. (UVA 01, p.31)

Salientando a questão da uva, nos depoimentos do produtor de uva e banana 01 e do produtor de uva 01, podemos perceber que eles partilham da mesma dificuldade nos períodos de inverno quando há uma diminuição da produção. A assistência técnica poderia estar orientando, de modo a contribuir para que esses produtores não fossem sacrificados nesse período - já que essa é uma questão que pode ser contornada.

Tais relações de trabalho para com o segmento dos produtores de uva e banana acontecem de modo individual⁴⁶. Isso diferencia a cadeia produtiva do segmento do artesanato. Quando nos referimos ao segmento do artesanato, observamos que, além das artesãs estarem submetidas a uma gestão vinculada à cooperativa, há uma autonomia na organização da gestão interna do grupo, principalmente no que se refere à divisão das responsabilidades relacionadas à produção do trabalho.

Na sequência, os depoimentos retratarão a organização do trabalho nos segmentos dos produtores de uva e banana. Vejamos:

[...] O meu trabalho na produção da uva, não estou bem organizado, porque assim, eu, como comercializo a minha produção para atravessadores, o lucro é pouco e eu não tenho os recursos para manejar do jeito necessário. Então, eu vou me arrastando, levando do jeito que dá. Às vezes, pago alguém para me ajudar. (UVA e BAN. 02, p.13)

O relato seguinte problematiza a atuação do Estado para viabilizar as atividades desenvolvidas no campo. Enfatiza que uma das estratégias para garantir a produção (e menciona que isso é uma realidade para a maioria dos pequenos produtores da região), sem maiores prejuízos monetários, é o uso do defensivo agrícola, uma vez que a atuação dos atravessadores inviabiliza a contratação da mão de obra de terceiros.

[...] Veja bem, pelo motivo de não estar organizado, pequeno produtor nessa região toda, eu costumo dizer que é um batalhador e mais um sofredor. O pequeno produtor deveria ter mais apoio ainda dos governantes, a nível Federal, Estadual e até Municipal, então, o pequeno produtor, ele enfrenta além do preço baixo ele não tem condições de fazer os tratamentos culturais necessários para poder produzir melhor, então a gente fica naquela, passa uns venenos no mato, não trata mesmo, o trato da cultura da banana não sai organizado do jeito que deveria ser. [como está organizada a sua atividade?] Olha, na atividade é assim, a grande maioria dos produtores, é no meu caso, passa um veneno no sítio, contrata-se, assim é, economiza um dinheirinho, aí contrata uma equipe de trabalhador, faz o serviço, aí, daqui a uns quatro meses é que vem de novo, é a saída que a gente tem, porque se for botar uma propriedade de dez hectares três, quatro trabalhadores, ele não vai ter lucro. (UVA e BAN. 03, p. 4)

Essa realidade exposta não se apresentou diferenciada nos depoimentos dos produtores de UVA e BAN. 01; UVA e BAN. 04; UVA e BAN. 05.

⁴⁶ Individual no sentido do grupo, pois, para dar andamento às atividades no campo, no período da colheita os produtores de uva e banana contratam mão de obra de terceiros.

2. Avanços e conquistas

Pode-se afirmar que o contexto societário que envolve a construção de relações em meio a atividades produtivas, voltadas às organizações coletivas, é um cenário de conflitos e demandas diferenciadas. Nessa conjuntura, a CODESF não pode ser considerada uma exceção, pois nos deparamos com variadas situações.

Ao tratarmos nas entrevistas sobre a questão da importância do papel da cooperativa para as atividades produtivas, os depoimentos revelaram situações diferenciadas para os diferentes segmentos e integrantes que compõem a CODESF. Vejamos agora o posicionamento das artesãs nos próximos relatos:

[...] Olha, hoje a gente tem outra vivência, assim, porque antes eu não, assim na parte burocrática, documentos, essas coisas, mais hoje a gente já tem outra visão de negócios, de como fornecer, porque tudo tem a parte burocrática, e se a gente, antes a gente não dava tanta importância, mas hoje se a gente tiver pedido grande, aí se não for a cooperativa a gente não tem condições de mandar esse pedido, tem condição assim, de produzir mais assim na parte burocrática, de mandar pra outro Estado, essas coisas, se não for a cooperativa a gente não tem condições de fornecer esse material. (ART.01, p.81).

[...] A cooperativa, ela nos ajuda no sentido, na parte assim, mais burocrática, que é a parte de documentação. Às vezes, se a gente tiver uma encomenda que a gente assim e se for um órgão assim como o Banco do Brasil, a gente tem que estar vinculada à cooperativa. Porque assim, eles, por exemplo, quando vem dinheiro, aí o presidente da cooperativa, o tesoureiro têm que assinar pra que esse dinheiro chegue até a gente, a parte de documentação. Vai ter a construção do centro de artesanato no município, aí tudo está ligado à cooperativa, porque a gente precisa do gestor, que é o presidente, tesoureiro, das pessoas da cooperativa pra nos ajudar, aí assim, a cooperativa ajuda muito nesse termo. (ART.05, p.94)

[...] É bom, porque quando se precisa de uma nota fiscal, essas coisas assim, um dinheiro que vem, tudo isso, a cooperativa ajuda. (ART.07, p.113).

Os depoimentos das artesãs confirmam a importância que é dada à legalização das relações para inserção no mercado que irá consumir a sua produção, o que - no depoimento da artesã 01 - vai permitir uma maior articulação no sentido de escoar a produção para outros Estados. Esse fato tende a revelar uma proximidade com a concepção de desenvolvimento local que estamos nos fundamentando nos autores já mencionados, na medida em que a prática produtiva das artesãs surge a partir de potencialidades locais (quando nos referimos à matéria-prima para a produção do artesanato em abundância), contribuindo, assim, na geração de trabalho e renda para as famílias que partilham desse contexto produtivo.

No caso dos produtores de uva e banana a relação da importância da cooperativa está relacionada a questões como: melhorar e organizar a produção, facilitar e possibilitar a comercialização e melhorar o nível de vida. Essas concepções são expressas nos seguintes depoimentos:

[...] Agregar valor. Hoje nós temos um objetivo forte, um ponto forte é com a conclusão do galpão pra armazenar a uva para quando chegar na safra, na entressafra a gente ter o produto como a polpa, armazenar o suco, a geleia, o vinho, então temos condições. Pra eu fazer isolado é complicado, devido à mão de obra qualificada e os impostos. Enquanto a cooperativa tem o poder de barganha de baixar os custos, e o poder de barganha pra eu entrar no comércio do suco e do vinho, pois eu sozinho fica complicado, mas quando tem um grupo fica forte porque tem produto pra todo ano, temos condições. Eu não tenho condições, sozinho, de oferecer o mercado a todos, mas nós como grupo temos condições sim. (UVA e BAN. 01, p.03)

Esse depoimento revela a sensibilidade da importância do trabalho coletivo para o alcance de um objetivo comum de determinado grupo, o que se traduz nas aproximações com a lógica da proposta da Economia Solidária como uma ação coletiva, mobilizadora e transformadora de uma dada realidade. Outro aspecto a destacar, nesse depoimento, é o interesse em ingressar no mercado - certamente para comercializar a produção, gerando renda -, o que novamente se aproxima da concepção de desenvolvimento local tratada nesse estudo.

O depoimento seguinte destaca outros aspectos. Vejamos:

[...] Eu vejo sim, por que a cooperativa, o surgimento dela é muito importante porque ela tem uma tabela de preços fixos, podemos escoar a nossa produção pra cooperativa sabendo o que a gente está fazendo, o nosso produto vai ser entregue, a quantidade x numa margem de preço fixa, não vai chegar ninguém lá pra dizer assim: eu vou pagar hoje x , tal, e tal. A cooperativa estabeleceu um preço x e a gente vai entregar daquela maneira, então vai ser muito bom. [Os produtores estão comercializando juntos?] Ainda não, ainda estamos em processo de término do galpão, acredito que mais ou menos daqui a uns seis, oito meses, esteja pronto. (UVA e BAN. 02 p.11)

Para tanto, embora os cooperados ainda não estejam comercializando juntos (isso parece ser uma expectativa futura), como bem afirma o produtor de uva e banana 02 em seu depoimento, a cooperativa - para esse produtor - exerce um papel fundamental na organização da produção, principalmente quando o entrevistado faz menção à organização da tabela de preços, o que poderá fragilizar a atuação dos atravessadores na região. Esse aspecto se revela de modo bastante relevante, visto que pode ser uma saída para driblar a exploração do trabalho, instituída pela sociedade capitalista.

O seguinte relato traz uma reflexão sobre a perspectiva de melhorar as condições de vida a partir da possibilidade do aumento da renda.

[...] Olhe é única esperança que eu vejo pra os agricultores, melhor dizendo, é uma saída que a gente acredita que possa alcançar o objetivo que melhorar a situação, a gente poder produzir mais e melhorar o nosso nível de vida, nosso rendimento. (UVA e BAN. 03, p. 21)

Esse relato, em sua subjetividade, pode ser traduzido em estreita relação com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional tratado nesse estudo, porquanto o acesso à renda torna viável a aquisição de alimentos e outros bens e serviços de consumo, objetivando melhorar o conforto e o mencionado *nível de vida* das famílias desse contexto produtivo.

Entretanto, para o produtor de uva 01, a cooperativa pode ser um veículo para melhorar a situação de vulnerabilidade dos produtores da localidade em detrimento das relações do modo de produção capitalista. Em seu depoimento o produtor expressa preocupação com o seu próximo, o que pode significar uma aproximação com as iniciativas e práticas da Economia Solidária.

[...] Para o meu trabalho eu não viso tanto, porque como eu estou, graças a Deus eu estou bem, se for observar a situação de muitos, mas é que eu vejo muitos sofrendo, porque uva é o seguinte, uva cada uma poda é um investimento e têm pessoas aí que a parreira praticamente está no chão, está devendo e não tem como levantar. Não tem como levantar a parreira, tudo tem o seu custo, eu penso muito nessas pessoas, não só no meu caso, eu penso nessas pessoas, que existem pessoas muito pior do que eu. (UVA 01, p. 31)

Esse relato também merece destaque quando o entrevistado - UVA 01 - menciona a dificuldade enfrentada por muitos produtores: a inadimplência com crédito na região. Tal fato também é ressaltado no relato seguinte:

[...] Seria importante a cooperativa, seria importante, desde que fosse ativa mesmo e atuasse aqui, tivesse como pegar parte da produção dos produtores e comercializar, tivesse recurso pra os produtores, investisse, tivesse um técnico pra dar assistência, pra orientar como a gente plantar, como a gente conduzir as coisas aqui, aí seria importante se tivesse recurso também pra esses projetos, beneficiasse principalmente o pequeno, todos em si, que todos precisam, mas principalmente o pequeno que não tem, a maioria hoje tá inadimplente aí com o Banco do Nordeste, não tem acesso ao recurso, mas pelo menos tivesse tecnologia aí pra assistência em si pra ajudar. Eu acho que a presença da cooperativa é importante. (UVA e BAN. 04, p.124)

Além da questão da inadimplência com crédito o entrevistado - UVA e BAN. 04- coloca suas inquietações ao se referir às dificuldades encaradas enquanto produtor.

Nesse momento da coleta de dados também nos deparamos com depoimentos de artesãs que não conseguem, em seu discurso, estreitar a relação da cooperativa com o segmento que compõem:

[...] Não, até aqui eu não sei não, eu só sei falar da moça que fica na cooperativa. Não sei não, porque até aqui eu não sei me orientar nada com o pessoal lá de dentro da cooperativa. (ART. 02, p. 45).

[...] Eu creio que sim, só que a gente é a parte do artesanato, já não tem nada a ver com eles, que eles são, uns são da uva, outros da bananeira, sobretudo numa só cooperativa, não é isso? (ART.03, p 56)

Em contraposição, o depoimento seguinte destaca a relação de valorização e a visibilidade ao trabalho que é atribuído ao grupo por pertencer a uma cooperativa, o que chega a facilitar no momento da comercialização. Vejamos:

[...] Porque assim, chega fora numa feira tal, aí faz pergunta, sempre o pessoal pergunta: vocês têm alguma associação? A gente fala: tem a CODESF, aí já pelo fato de ter a associação o pessoal já dá mais valor. Porque se a gente chega dizendo lá, a gente não tem associação, eles já ficam todo por fora, mas chegar dizendo, assim, a gente tem uma associação, tem uma cooperativa. Aí eles já ficam mais entusiasmados em comprar, em fazer encomenda, aí vende mais. (ART. 04, p. 67).

Associação, cooperativa são soluções no coletivo que representam a autogestão baseada na Economia Solidária. Espera-se que esse reconhecimento extensivo contribua efetivamente para a comercialização no interior de cooperativas e práticas realmente centradas no coletivo.

Dando prosseguimento à discussão constatou-se que dois depoimentos de artesãs - ART.02 e ART.03 - relacionam a importância da cooperativa para o trabalho promovido no grupo e a sua realização pessoal. Tais dados nos remetem à reflexão sobre a noção de empoderamento⁴⁷, destacada, por exemplo, nos estudos realizados por Laura Duque-Arrazola

⁴⁷ Para Adriana Oliveira (2004) o empoderamento consiste na importância de aumentar o poder sobre as decisões que determinam a vida das pessoas. Refere-se ao poder de defesa da luta pela igualdade entre homens e mulheres. Considerando a perspectiva feminista Laura Duque-Arrazola (2004), o empoderamento está relacionado e significado a uma perspectiva emancipatória, compreendendo o poder neste sentido. Portanto, não como poder sobre os/as outros/as (dominação), mas partindo do mesmo/a sujeito e exercido com os/as outros/as, quer dizer com o coletivo organizado, não um poder outorgado, mas conquistado e exercido em base na

(2004) e Adriana de Oliveira (2004), como também aquelas construídas no coletivo, o que faz com que as iniciativas da Economia Solidária se fortaleçam.

[...] É importante pra mim, eu gosto muito de ir pra o trabalho, gosto muito, muito porque, a minha coordenadora que é a [uma artesã], ela é muito boa pra gente, eu gosto muito dela. Ela é muito boa pra gente, vai vendendo ali. [...] gosto muito, gosto muito. Porque eu não sei não, assim eu já estou de idade aí eu ficava em casa, eu tenho uma menina que ela meio assim [nesse momento se refere à fala da sua filha], aí eu sai pra lá [fala da CODESF], somente a parte da tarde era tão ruim, mas agora eu tenho uma filha que voltou do Rio de Janeiro, ficou comigo. Quando é de manhã que eu tomo café, vou embora. É mesmo que está no céu, bem alegre, somente trabalhando, não me lembro de nada na vida mais. (ART. 02, p. 45)

A identificação e o prazer das relações construídas na interação com o trabalho também são expressas no depoimento da artesã 02 e no relato a seguir da artesã 03.

[...] é importante sim, porque a gente cada dia está aprendendo coisa nova, a gente trabalha numa coisa que a gente gosta. Quando a gente gosta, muitas vezes a gente fica um pouco desanimada, quer desistir, mas a gente gosta daquilo, aí a gente não desiste, como já aconteceu comigo. [Você já pensou em desistir do trabalho?] Já, comigo mesmo aconteceu, já, às vezes. [O que é que motiva você a continuar com seu trabalho no grupo?] Ah! Por que eu gosto mesmo, gosto do grupo, eu não sei explicar. (ART.03 p. 56).

O seguinte depoimento traz uma reflexão sobre a luta pela valorização do trabalho e a importância da renda que podem se refletir no empoderamento econômico⁴⁸. O que parece ter uma proximidade com relação à proposta das iniciativas e Economia Solidária quando é dada essa visibilidade às relações de trabalho não centradas apenas no recurso financeiro. Tal depoimento pode indicar também um direcionamento para a promoção da SAN, uma vez que essa renda tornaria viável o acesso aos alimentos, ao consumo de bens e serviços ou situações que favoreçam mudanças positivas nas condições de sobrevivência das famílias, como já mencionado.

participação da tomada de decisões, daí sua relação com o desenvolvimento da capacidade de decidir tanto respeito à própria vida, repercutindo na autoestima, no autorreconhecimento como sujeitos na tomada de decisão e na conquista do respeito. Igualmente participando nos movimentos e decisões que dizem respeito à sociedade, a sua mudança e transformação.

⁴⁸ Para Adriana de Oliveira (2004) o empoderamento econômico é caracterizado pelo acesso aos recursos financeiros e o controle dos mesmos. A noção de empoderamento econômico, geralmente está atrelada ao empoderamento psicológico, o qual é revelado no aumento da autoestima por meio da valorização do trabalho.

[...] A importância é que a gente tem que ter assim, uma renda, tem que lutar para melhorar mais ainda, e a gente tem que viver assim, muita gente, cada pessoa tem o seu trabalho diferente, a gente tem que botar assim o artesanato pras pessoas dá valor. O povo não dá valor, a gente tem que ensinar o povo a reconhecer o artesanato e dá mais valor. (ART. 06, p.103).

Para além dessas reflexões sobre a importância da CODESF para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos segmentos produtivos, cabe destacar a considerável seriedade em que é tratada a preocupação com a qualidade da produção, a fim de atender, de modo satisfatório, a demanda de consumidores. Essa preocupação é revelada sem distinção nos segmentos produtivos que compõem a cooperativa.

No caso do artesanato as ações para a garantia da qualidade da produção tomam direcionamentos, como por exemplo:

[...] Para controlar a qualidade do que está produzindo lá, nós trabalhamos, tiramos a fibra da bananeira e vamos trabalhar. [uma das artesãs] Tem hora que ela orienta a gente e tem hora que a gente já orienta [a artesã já mencionada]. Ela fala então: vamos fazer desse jeito, porque é melhor pra gente e já sai, mas pra vender fora é melhor. Aí ela concorda muito bem com a gente e a gente concorda com ela. (ART. 02, p.46)

Os depoimentos a seguir traduzem a preocupação com a aceitação da produção no mercado:

[...] Sempre a gente tá procurando ter boa qualidade. Cada dia mais procurando aperfeiçoar a peça, pra que seja melhor aceita no mercado. E cada dia mais procura aperfeiçoar. (ART. 03, p. 56)

[...] É a gente mesmo quem faz esse controle, porque a gente faz as peças e depois de pronta, aí sempre antes de mandar o pedido ou mesmo de arrumar, de guardar, de organizar, a gente está sempre dando uma olhada pra ver esse controle e assim uma sempre supervisiona a outra, e principalmente nas feiras, quando a gente vai, qualquer peça que está um pouquinho malfeita a gente já traz e vai fazer avaliação, já vai dizer o que foi positivo, o que não foi, o que precisa melhorar, porque cada peça que a gente faz, a gente está tentando melhorar. (ART. 01, p.81)

[...] Não pode mostrar a cola, porque não é por a gente não, pra gente tanto faz, mas lá fora o pessoal olha, vê mostrando a cola: “a não eles tão usando, a cola é um produto com acabamento malfeito”. A gente sempre procura fazer com um acabamento perfeito que é pra ser mais valorizado do que já é. [...] a gente sempre tem a faixa de quantos produtos a gente pode fazer, conseguir fazer no mês, a gente faz assim a quantidade pequena, não o suficiente, só não faz mais pela falta de pessoas que não têm, não tem tanta pessoa qualificada, uma pessoa que não sabe, através do curso ela vai sabendo. Eu não sabia nem tirar uma fibra, pra fazer uso, mas hoje grande parte eu já sei. (ART. 04, p.68)

Esse relato e os demais revelam o cuidado com o acabamento das peças, para que haja uma melhor aceitação no mercado. O depoimento da ART. 04 demonstra que o grupo tem uma maior preocupação com a qualidade, ainda que isso se traduza em uma menor produção. Outro ponto a destacar refere-se à valorização, que é atribuída à qualificação das artesãs para o trabalho e autovalorização do aprendizado e pode se configurar em um sentimento de empoderamento, o que também se revela como um dos princípios da Economia Solidária.

O relato seguinte evidencia a importância da assistência técnica nesse processo de controle de qualidade:

[...] A gente tem o controle de qualidade e a gente já fez. Já veio um professor ensinar, ensinar a gente, aí teve oficina de artesanato e já veio pra aperfeiçoar, só que o produto já tava aperfeiçoado, aí vai vim outro pra ensinar a gente a fazer, não ensinar a gente a fazer, mas assim, pra gente criar mais, aperfeiçoar algumas, que já está mais ou menos perfeito e a gente já está vendendo, se a gente não tivesse qualidade assim de coisa, a gente não vendia e ele [o mencionado professor] disse que a gente já está no caminho bom, e a gente está melhor do que outras pessoas. (ART. 06, p.103).

Ainda fazendo destaque à questão da qualidade da produção no segmento do artesanato da CODESF, a artesã 05 menciona em seu relato uma necessidade para a manutenção do controle da qualidade na produção. Desse modo destacamos:

[...] Tem de certa forma assim, tem assim, na verdade assim, o nosso produto ele tem uma tendência ao mofo e a gente vinha estudando uma forma de usar algum produto pra que ele amenize esse mofo no nosso produto. Aí a gente vem assim pesquisando, pra saber qual tipo de produto melhor, adequado pra gente usar nos nossos produtos quando eles ficam prontos. [atualmente vocês usam o quê?] Na verdade, a gente não está usando nada, a gente impermeabiliza ele usando a cola, a cola branca normal, aí a cola ameniza o mofo, e tira muito o mofo. (ART. 05, p.95).

[...] A gente faz o controle assim pra não dar mofo, pra não dar bicho, a gente tem o controle de como gasta as coisas. (ART. 07, p.113).

Nos dois últimos depoimentos podemos observar que o segmento do artesanato identifica uma necessidade de controlar a qualidade, uma vez que a sua produção é susceptível de processos contínuos de deterioração, por se tratar de uma matéria-prima orgânica (palha da bananeira), próxima das suas características naturais. Nesse sentido, podemos observar a importância da assistência técnica para se pensar estratégias que facilitem o controle de qualidade da produção.

No caso dos produtores de uva e banana esse controle da qualidade passa pela preocupação com o uso dos defensivos agrícolas, tendo uma forte relação com as iniciativas

que possibilitem se pensar em uma prática agroecológica, tratada por Francisco Caporal (2007). Nesse estudo, tanto quanto a SAN, tal prática torna-se um grande condutor para desestimular a utilização de agrotóxicos, uma vez que vai influenciar, de modo positivo, na saúde dos produtores que têm contato direto com esses produtos tóxicos, além de evitar a ingestão involuntária de agrotóxicos por parte dos consumidores da uva e da banana. Entretanto, essa iniciativa ainda se restringe apenas à produção de uva, cuja atuação ocorre através da Embrapa (citada pelos produtores: UVA e BAN. 01 e Uva 01) e da Anvisa, mencionadas pelo produtor de uva e banana 01. Fazemos destaques a essas constatações nos depoimentos a seguir:

[...] Eu procuro trabalhar assim: sem pulverização, por exemplo, agrotóxico, eu procuro usar o mínimo e nós tivemos um trabalho de campo com a Embrapa, ela [a pesquisadora] passou pra nós, eu graças a Deus, eu procuro fazer sempre como ela nos orienta, inclusive eu tenho até uma parreira que está em teste, usando produtos naturais. E eu procuro trabalhar sempre assim, com produto mais orgânico, produto natural. Porque já que o produto eu vendo direto nas feiras, levo diretamente ao consumidor, então eu me preocupo muito com isso. (UVA 01, p. 32)

Essa alusão que o produtor de UVA 01 faz em relação à importância da atuação da Embrapa para minimizar o uso de defensivos químicos, encontra-se também presente no depoimento do entrevistado UVA e BAN. 01, que se segue na sequência, além de o mesmo fazer menção à atuação da Anvisa na região. É, pois, de grande relevância enfatizar que tais concepções sobre os cuidados em diminuir o uso de agrotóxicos se revelam com a intervenção dessas organizações, levando-nos a refletir e atentar sobre a necessidade de uma assistência técnica de qualidade com o objetivo maior de provocar e estimular uma nova proposta de produção, partindo inicialmente da redução do uso de defensivos agrícolas. O relato seguinte ilustra essa reflexão:

[...] Nós temos a Anvisa e a Embrapa, que tem o controle do fito-sanitário, sobre o fito é o monitoramento de pragas e doenças, pra usar o defensivo agrícola é adequado e na hora correta, pra não usar demais pra evitar o uso excessivo de agrotóxicos. [Esse acompanhamento é extensivo para com todos os produtores que compõem a CODESAF?] É, mas muitos não acreditam, muitos não querem fazer, porque é como eu aprendi, eu já sei fazer, eu to produzindo e eu vou por onde eu sei. Muitos não querem investir agora, reduz muito a mão de obra e os defensivos agrícolas, agora, dando mais qualidade de vida e mais qualidade no produto, que hoje nós podemos ver que a gente tem que se aperfeiçoar na qualidade, não na quantidade. [...] Na forma de qualidade, hoje a minha preocupação é qualidade, menos agrotóxicos, estou trabalhando no semiorgânico, seminatural, eu não tenho 100% natural, porque ainda preciso me aperfeiçoar, mas a minha preocupação maior é na qualidade. (UVA e BAN. 01, p.03).

Esses produtores contam com o acompanhamento da Embrapa que está desenvolvendo uma pesquisa na região para incentivar e orientar os produtores no tocante à diminuição do uso de defensivos agrícolas na produção de uva. Ainda assim é de grande importância pensar em uma atuação contínua de assistência técnica e de modo efetivo, de forma que atenda às demandas - tanto dos produtores de uva quanto dos produtores de banana -, na intenção de minimizar as pragas que têm afetado, com grande incidência, as produções de banana na região, e assim contribuir para a direção da Segurança Alimentar e Nutricional tanto quanto na manutenção da sustentabilidade, mencionada por Franklin Coelho (2001) quando define desenvolvimento local.

No depoimento a seguir, o produtor - UVA e BAN. 02 (p.11) - salienta as contribuições da assistência técnica para alguns produtores:

[...] Nós temos, por exemplo, o sistema de irrigação com a quantidade de água certa, não pode ter água em excesso, adubação no momento certo, a pulverização, em questão da banana também, nós temos também o controle da muda, da irrigação, da adubação, estrumação e hoje temos que concorrer com as pragas, têm muitas pragas hoje e a gente tem que se adaptar e usar tecnologia nova, senão a gente fica pra trás, aí muitos agricultores não conseguem acompanhar o desenvolvimento porque não tem recursos para manter a sua produção, aí acaba desistindo da uva, da banana, sem condições, não tem o capital pra investimento.

Os próximos depoimentos se destacam por mostrar uma realidade que os produtores ainda não despertaram: a importância do controle de qualidade da produção - apesar de reconhecer como algo fundamental para a sua produção. O que também reforça a restrição ou a insuficiência da assistência técnica que venha contribuir para a manutenção e o controle de qualidade da produção de banana e uva na região.

[...] Temos não, a gente precisa disso, é fundamental, a gente tá já em estudo. (UVA e BAN. 03, p.21).

[...] Não, a gente faz da cabeça da gente mesmo, vende, vê o que gasta e o que lucra, daí a gente mais ou menos tem uma ideia, não tem um controle mesmo certo. (UVA e BAN. 04 p.119)

Como podemos observar, até aqui os depoimentos transcritos nos levam a refletir sobre os entraves e desafios que ainda se perpetuam no cotidiano desse contexto de trabalhadores/as vinculados/as à cooperativa. Para tanto, nos debruçaremos nessa discussão logo adiante.

3. Assistência Técnica: demanda momentânea ou necessidade contínua?

Nos dias atuais, discutir sobre a questão da assistência técnica é demanda contínua no contexto de produtores rurais, especificamente para aqueles que sobrevivem da agricultura. Portanto, não podemos deixar de destacar a Lei sobre os serviços públicos que desenvolvem ações relacionadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a qual, entre seus objetivos específicos, determina o compromisso em:

Contribuir para a melhoria da renda, da Segurança Alimentar e da diversificação da produção, para a manutenção e geração de novos postos de trabalho, em condições compatíveis com o equilíbrio ambiental e com os valores socioculturais dos grupos envolvidos (BRASIL, 2008, p.09).

Entretanto, a questão da assistência técnica – como já mencionada -, apesar de se apresentar fundamental, ainda suscita um maior tratamento e investimento no município de São Vicente Férrer, principalmente ao considerarmos a realidade dos produtores de uva e banana na região.

Ao questionarmos os produtores de uva e banana sobre a intervenção e disponibilidade da assistência técnica na região, nos deparamos com os seguintes esclarecimentos:

[...] Só da Embrapa. O IPA muito pouco, porque o IPA hoje nós só temos um técnico pra abranger o município e pra fazer de tudo. É um bombril, mil e uma utilidades. (UVA e BAN. 01, p.04).

[...] Do IPA, mas eu acho precária, muito precária porque tem um técnico ali pra dar assistência a todos e eu não vejo [O senhor se sente contemplado com a atuação do IPA?] No que eles fazem por aí, que é fazer uma visita, essas coisas aí, acho muito pouco. [O que é que o senhor espera da atuação do IPA ou de outro tipo de assistência técnica?]. Que houvesse interesse pra visitar os produtores, da assistência, assistência em si mesmo. Elaborar projetos, esse tipo de coisa tal, mais aí. (UVA e BAN. 04, p.126)

[...] Nós já tivemos um ano, um ano e meio atrás nós tivemos um senhor aqui, [...] dava assistência, a gente ia lá e orientava na produção da uva, na produção da banana, e foi muito bom, a gente aprendeu muito e hoje não estamos mais com ele, mas o que ele deixou pra gente, a gente colocou em prática e tem tornado bem favorável pra gente. Ele era agrônomo. (UVA e BAN. 02, p.12)

Frente ao depoimento do entrevistado UVA e BAN. 02 (p.12) podemos observar a diferença positiva que se faz com a atuação da assistência técnica na produção. Ainda sobre esse aspecto, salienta:

O IPA tem contribuído. Assim de forma o que, nós que temos uma pequena propriedade, nós vamos ao IPA, fazemos um projeto pra o Banco do Nordeste, pra gente fazer empréstimo, pra o Banco dar um prazo bom pra gente pagar e a gente faz um empréstimo pra melhorar as nossas produções. [Existe algum profissional do IPA que acompanha de perto o trabalho dos produtores?] Não, até o momento nós não temos um agrônomo que vá lá, que acompanhe, que diga precisa disso, precisa daquilo, aquele sistema está errado. No momento nós não temos. [Então qual tem sido o papel do IPA?] Ele dá um apoio pra os agricultores que é o seguinte: nos ajuda, aos interessados a favorecer o encaminhamento para Banco do Nordeste, pra que nós possamos fazer, facilitar um empréstimo.

Esse relato deixa claro que a atuação do Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA tem se restringido à viabilidade do acesso ao crédito. Esse cenário pode ser reflexo do baixo índice de contratação de técnicos para dar conta da demanda, não apenas do Município de São Vicente Férrer como também das demais localidades que compõem a microrregião do CONSAD.

Para José Nunes da Silva et al. (2011) a questão da assessoria técnica representa um problema nessa microrregião, uma vez que o número de técnicos atuantes é considerado insuficiente. Outro ponto que também destacam é a falta de crédito – indicativo que dificulta o desenvolvimento da produção.

Nesse sentido, percebemos a carência, sob a atuação das políticas públicas na área da extensão rural: a de garantir atendimento às demandas dessas regiões.

O depoimento seguinte reforça essa demanda:

[...] Principalmente a banana, não. [...] e a gente tem uma grande dificuldade também aqui sobre IPA, porque o agrônomo é uma pessoa muito boa, mas está com problema de saúde, até a gente ter um documento em nome do conselho municipal pra o diretor no Recife, do IPA, pra que venha outro agrônomo ajudar, colaborar no município com os agricultores. [Um único agrônomo vai dar conta de prestar assistência a todos/a agricultores/as da região?] Não dá conta de tudo, melhora um pouco. Com certeza, e a cultura nossa precisa assim, avançar, como é que eu quero explicar, a gente tem que mudar um pouco não pode, tem o IPA ali, a gente não pode esperar o IPA só na nossa propriedade, porque não vai dar conta [...] a gente precisa ver lá com eles, saber, chamar pra uma reunião na área, nos sítios pra aquela orientação, aquele conhecimento que a gente não tem, a gente aprender com eles, então a gente tem que mudar um pouco a cultura, a gente não pode aqui só fazer crítica ao Governo, ao IPA, a gente precisa cobrar desses órgãos, mas a gente tem que ter a consciência que a gente precisa se organizar muito mais nas associações, nas cooperativas, pra que possa colher fruto futuramente. (UVA e BAN. 03, p.20).

Nesse momento, o relato do produtor representa a importância e a força que se pode conceber com a articulação coletiva para promoção de mudanças positivas em determinada

realidade social. O que, segundo o conceito de Carlos Jara (2001), se refere à noção da estruturação do capital social em nosso referencial de estudo.

Tais ações e iniciativas citadas por Carlos Jara, para Adriana de Oliveira (2004) se revelam como desdobramentos do empoderamento político, que se expressam na tomada de decisão, na apropriação de poder, de ter vez e na ação coletiva. A Economia Solidária tem como grande desafio estimular essa articulação em grupo pela autogestão das pessoas envolvidas. Michelle Maciel (2008) acrescenta que esse empoderamento político tem por base a organização coletiva para que sejam promovidas mudanças sociais e, para que essas mudanças aconteçam, as partes envolvidas precisam estar conscientes de seu papel nos espaços de discussões na luta pelos seus direitos.

Outro fato que nos chama a atenção é a aproximação de instituições como o Banco do Brasil, no sentido de viabilizar a concretização do projeto de consolidação da CODESF. Podemos identificar essa iniciativa no relato a seguir:

[...] Ao Banco do Brasil a gente só tem a agradecer porque, principalmente com esses dois projetos, que eu falei no início da minha fala [É a sede da associação aqui ,a sede da cooperativa aqui no centro que vai ser instalado, a gente não vê a hora do artesanato dessas oito guerreiras, oito mulheres que lutam, o artesanato vai ter seu espaço lá, é reuniões, lugar das reuniões, com certeza, e o segundo prédio vamos dizer assim, da cooperativa, doação do banco do Brasil, da Fundação Banco do Brasil, onde a gente já tem o equipamento pra gente fazer o suco da uva e o vinho. É. Muito importante isso], que ele tem contribuído a situação, esperou a gente resolver a documentação, porque eles têm razão, tudo tem que ser no documento e a gente só tem a agradecer ao Banco do Brasil por essas duas obras que vai, com certeza, ajudar muito na agricultura.(UVA e BAN.03, p. 20)

O próximo depoimento destaca a importância da atuação da Embrapa para com os produtores de uva e também nos revela a necessidade de um número maior de técnicos para atender, de modo satisfatório, às demandas dos produtores.

[...] Nós tivemos o apoio da Embrapa [...] ela nos ajudou muito, nós tivemos antes, nos nossos primeiros anos da cooperativa e tivemos um agrônomo. Tivemos um agrônomo e ele nos orientou, mas nem todo mundo deu crédito como eu e muitos outros colegas, inclusive ele está até ausente, um amigo, vizinho de parreira, talvez se ele estivesse aqui ainda tivesse na presidência, ou fosse candidato a presidente, é uma pessoa dinâmica, uma pessoa que também estudou técnica, ele não concluiu, mas é uma pessoa que está a par de tudo. E pessoas como ele está faltando no meio do povo. [Como se dá a atuação do IPA?] Na minha parreira nunca foi. [como é que se dá a assistência da Embrapa?] A assistência da Embrapa na organização, na cooperativa não no campo, no momento. Não no campo, mas eu acredito o seguinte ,que quando as

coisas se organizarem mais, aí vamos ao campo, organizar o pequeno produtor e médio. (UVA, 01, p.32)

Já no caso do segmento do artesanato, a Embrapa também é mencionada como protagonista da situação: Vejamos o relato a seguir:

[...] Na cooperativa, na parte da agricultura tem mais, tem a Embrapa, assim, toda semana está aqui conosco e mais assim, na parte do solo e na questão do artesanato tem a Embrapa, que continua também, mas assim, o Sebrae mesmo sem estar trabalhando conosco, assim oficialmente, assim diretamente, mas assim indiretamente ,tem participado. [De que modo?] É assim, é divulgação e assim mesmo eles, porque assim, eles têm um determinado, eles podem trabalhar com dez grupos e outros grupos que, assim ,não tinha a estrutura que um banco tem, então ele não poderia estar diretamente conosco, aí, assim, até porque eles falam assim, que o nosso produto já tá perfeito pra o mercado, aí assim, o apoio deles assim é levar, é divulgar, é mostrar, é falar pra outras instituições que o trabalho da gente tá perfeito, então, isso já assim é um apoio muito grande e você ter alguém que disser assim: não, esse aqui está perfeito pra participar de qualquer feira, de qualquer evento. Isso é bom. (ART. 01,p.81)

A atuação do Sebrae também é evidenciada nos depoimentos do segmento do artesanato. Entretanto, o apoio se desdobra de modo diferenciado:

[...] Atualmente mesmo veio a mulher dar um curso do papel, foi muito bom, que a gente aprendeu coisa nova, que a gente estava precisando aprender, veio. E sempre vem alguém, vinha [uma outra pessoa] que vinha uma vez por mês ou era de quinze em quinze dias, não estou bem lembrada e é muito bom, a gente ficava o dia todo. (ART. 03, p. 57)

[...] A gente sempre ganha cursos, em 2009 mesmo tivemos um rapaz, se eu não me engano era do Sebrae, que veio dar curso de designer a gente. Agora, se não me engano foi no mês de junho até final de agosto, veio [outra pessoa] também do Sebrae, que trabalha ensinando curso de papel. [Existem outras instituições que acompanham vocês, além do Sebrae e Embrapa?] Não, mas sempre o apoio que gente tem, também é da prefeitura, tem época, do Banco do Brasil, eles sempre apóiam gente em feiras, assim a gente não condições de ir pra uma feira, o que ele puder ajudar ele ajuda, tipo a gente tiver condição, fica pra pagar hospedagem e eles ficam com a alimentação e o transporte. (ART. 04, p. 68).

[...] Na verdade a gente tem o Sebrae, a gente tem a AD'DIPER e fora a cooperativa, a prefeitura. [...] Pronto, a prefeitura, em relação à prefeitura o espaço, esse espaço aqui é cedido pela prefeitura e também em questão de feiras, assim quando tem a Feneart, tudinho, tem a questão de stand, que fica por conta da prefeitura, e em relação às outras organizações assim, o Sebrae, ele ajuda praticamente em tudo, porque assim, através do Sebrae ele traz alguns cursos pra gente, quando tem uma feira fora, o SEBRAE nos indica pra gente ir, tanto o Sebrae como a AD'DIPER.(ART. 05, p. 95)

[...] Sim, do Sebrae. É o Sebrae que dá apoio, a gente já teve curso, essas coisas, é, eu acho que é só, é só o Sebrae, que eu lembre, só. [...] Assim: têm feira fora, eles ajeitam tudo e a gente vai pra feira, como já foi em Minas, foi, pra são

Paulo a gente não foi, mas eles levaram os produtos da gente e vendeu lá. Tem uma feira em Alagoas que é pra gente ir também, aí essas coisas tudinho, eles vêm e fala para [uma das artesãs] [...] no momento tem não, a gente já teve um professor que vinha, que orientava, dizia, ensinava, mas agora no momento não temos não. (ART. 07, p.114).

Como podemos observar nos últimos depoimentos (ART.04, 05 e 07), além do apoio da Embrapa o segmento do artesanato conta com incentivo da prefeitura local, Sebrae, AD'DIPER e Banco do Brasil, principalmente em relação à articulação e inserção em espaços para comercialização. No entanto, no diário de campo, foi registrado que nem sempre esse apoio acontece de modo contínuo, o que, em muitos momentos, tem provocado insegurança e desmotivação no grupo para a produção das peças no período que antecede as feiras. Essa realidade pode ser expressa no próximo depoimento:

[...] Não, a gente não tem apoio de nada, a prefeitura, nada, só aqui o prédio, por enquanto, mas eles dão nada, às vezes quando tem a Feneart que ele, assim, ajuda só, assim dá o carro e também lá, por enquanto ele paga lá o stand, lá no Recife, somente, só isso (ART. 06, p.103)

Com esse depoimento, a entrevistada ilustra as dificuldades encontradas para garantir o apoio do poder público. No diário de campo também registramos passagens de conversas em que, mesmo o poder público não apoiando a iniciativa coletiva do grupo, as artesãs esperam que nesses espaços de comercialização do segmento do artesanato - como a representação da CODESF -, apresentem e destaquem os seus produtos para dar visibilidade ao Município como uma produção característica do local. Esse fato pareceu inquietar bastante as artesãs.

Na visão da próxima entrevistada (ART. 04, p.46) esse apoio proveniente das instituições mencionadas pelas entrevistadas (ART. 04, 05, 06 e 07) não acontece direcionado para o segmento do artesanato, mas apenas para o segmento dos produtores de uva e banana. Vejamos:

[...] Só lá, mas cá não, só se for é lá dentro da cooperativa. [e no grupo do artesanato?] Não, eles não vêm cá. (ART. 02, p.46).

Essa conjuntura apresentada até aqui deixa claro a necessidade contínua da assistência técnica, como viabilidade para o processo de desenvolvimento local mediante as potencialidades endógenas da região. É um cenário que nos faz refletir sobre como estão sendo tratadas as questões envolvendo o compromisso com o meio ambiente – o que é uma

preocupação - e a noção da sustentabilidade como possibilidade para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Convém registrar também um questionamento: estarão IPA, Embrapa e Sebrae em condições de desenvolver assistência técnica, na perspectiva do coletivo, do cooperativismo, da autogestão, da Economia Solidária? Esses apontamentos dão margem para seguirmos com a nossa discussão.

4. Como a CODESF têm lidado com as questões ambientais?

Nos dias atuais, discussões em torno da noção de desenvolvimento sustentável⁴⁹ estão cada vez mais em pauta. Como vimos, para alguns estudiosos, como Paulo de Jesus (2003) e Franklin Coelho (2001), essa perspectiva de compressão está fortemente ligada à noção de desenvolvimento local, tratada por eles.

Falar de sustentabilidade como uma vertente da proposta do desenvolvimento local nos remete a refletir sobre como estão sendo tratadas as questões ambientais. Ao longo do nosso estudo, essas inquietações também estiveram presentes, ao considerarmos a dinâmica de atuação da CODESF.

Para tanto, alguns depoimentos revelam a sensibilidade de alguns entrevistados/as sobre a preocupação com as questões ambientais. Vejamos a seguir:

[...] Eu me preocupo com os resíduos e as embalagens, hoje nós não temos um local adequado, adequado ainda pra desovar essas embalagens, enquanto eu guardo, enquanto eu estou estocando no quarto dos defensivos, muitos queimam, muitos jogam nos rios, muitos não estão nem aí e deixam debaixo das uvas, e isso aí pra o meio ambiente é uma tristeza. (UVA e BAN. 01, p.04)

[...] Olha, na atividade é assim, a grande maioria dos produtores é no meu caso, passam um veneno no sítio, o objetivo é economizar um dinheirinho, aí contrata uma equipe de trabalhador, faz o serviço, aí daqui a uns quatro meses é que vem de novo, é a saída que a gente tem, porque se for botar uma propriedade de dez hectares três, quatro trabalhadores, ele não vai ter lucro. [...] Na área da produção de banana é muito difícil não usar agrotóxico por causa das pragas, principalmente a cigatoca amarela, agora tenho informação que na área da uva já tem gente que já tá tentando diminuir. É bom se preocupar, mas fica difícil para o pequeno manter a produção. (UVA e BAN. 03, p.24-25).

⁴⁹ Para Carlos Julio Jara citado por Maria do Rosário Leitão (2001), a noção de desenvolvimento sustentável nos remete a pensar em processos de mudanças nas esferas sociais, políticas, econômicas e institucionais, visando à garantia e à satisfação das necessidades básicas das pessoas e a equidade social, no momento presente e para o futuro, a fim de promover oportunidades e situações de bem-estar econômico, respeitando os limites ecológicos em longo prazo.

No caso do segmento do artesanato, a preocupação com as questões ambientais também aparece. Vejamos:

[Foi questionado se na produção do grupo há preocupação com as questões ambientais] *Existe. [Como isso acontece?] Por exemplo, quando a gente fazer uma tela, aí o protótipo de papel, aí assim, usa soda cáustica no cozimento, e aí a gente não, aí depois que cozinha, tira da vasilha, deixa lá esfriar e vai tirar aquela água pra poder lavar, então a primeira água a gente tira toda soda cáustica, a gente não despeja, mesmo sendo numa encanação, mas a gente não despeja, a gente deixa ela lá, isso já foi orientação do curso que a gente teve, deixa ela lá, têm um negocinho que mede, fugiu o nome da memória agora, aí a gente vai medir o Ph da água pra ver se já dá pra soltar no esgoto ou não, se não, aí a gente vai ficar medindo todos os dias até a quantidade ideal de Ph, para então a gente ter esse controle. [...] A gente também evita usar o corante artificial, mas, infelizmente algumas pessoas querem os produtos tingidos artificialmente, aí, daí a gente só quando o cliente procura mesmo é que a gente produz, mas assim a gente evita ao máximo usar esses produtos. (ART.01, p.86)*

Nesse depoimento, percebemos o cuidado que se tem com a utilização de produtos químicos, o que já é reflexo de uma orientação técnica na produção do artesanato. Mais adiante, a entrevistada continua o seu relato:

E na questão dos troncos, aí a gente já tirando do solo, que se eles fossem ficar lá acumulados eles iam tá é danificando o meio ambiente, porque são os gases e o acúmulo de muitos deles, é, como é que se diz, eles produzem o gás metano, que é um gás muito perigoso, que pode explodir, aí o acúmulo de muitos troncos, eles produzem esse gás.

Na continuidade de sua fala, a entrevistada (ART. 01) salienta a contribuição que a utilização dos troncos da palha da bananeira provoca, beneficiando as questões ambientais, o que nos faz compreender a ligação existente com a proposta da sustentabilidade e do desenvolvimento local, tratada no presente estudo.

As demais entrevistadas do segmento do artesanato argumentam:

[...] Tem aquelas peças que são tingidas com produtos químicos, e nesse caso não. Existem as peças que são naturais, da fibra natural, e tem aquelas tingidas, mas eu acho que a gente deve pensar o meio ambiente também. [o seu trabalho pode contribuir para a preservação ambiental?] É importante, eu acho assim, porque nós vamos no local onde ficam as bananeiras, pegamos aqueles troncos e transformamos eles em produtos de qualidade, em coisa bonita, aí, por isso que eu acho importante, assim aquele tronco, que na verdade, ele depois de cortado ele vai apodrecer lá e a gente pega aquele tronco bonitinho, desfibra, e faz um produto que as pessoas nem acreditam que chegou àquele determinado ponto. (ART. 01, p.61)

[...] Porque a gente pega o troco e aproveita. (ART. 05, p.98)

[...] Sim, pode, porque a gente aproveita os troncos que não vão servir para nada (ART.07, p.116).

O depoimento seguinte destaca despertamento em relação aos impactos que o uso de produtos químicos pode causar ao meio ambiente:

[...] Com certeza, durante todo esse processo podemos causar, mas não tem não como impedir prejudicar o meio ambiente. Por que assim, a gente usa os produtos [...] o único produto que a gente usa é a soda cáustica e outro para tingir, mas isso é pra situação de papel, pronto, são os dois produtos que a gente usa. Outros não, por que a maioria das fibras são naturais, tingidas, são algumas, e a gente não prejudica o meio ambiente. [...] assim, agente usa soda cáustica, eu creio que não é bom, pronto, é essa parte, pronto, só é ela, o restante não, gente não usa mais produto tóxico. (ART. 04, p.77)

Já as entrevistadas ART. 02 e 06 alegaram não saber responder ao questionamento proposto para análise.

Ao tratarmos a discussão sobre a questão ambiental podemos observar que, mesmo de modo pontual, os/as cooperados/as já atentam para essa preocupação, num esforço de privilegiar uma relação mais amena com o meio ambiente, tendo em vista já considerando a proposta e preocupação, como o nome da CODESF.

Essa preocupação com as questões ambientais também nos aproxima da proposta da agroecologia, dos princípios da Economia Solidária e da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que busca uma relação mais respeitosa para com a natureza e com a saúde do indivíduo.

Para além da questão ambiental, outro desafio que nos deparamos no decorrer da pesquisa foi em relação ao processo de comercialização, configurado na dependência dos atravessadores para os produtores de uva e banana, o que, de certo modo, já foi anunciado em nossa discussão. Entretanto, elegemos um espaço mais adiante para nos debruçar sobre essa realidade.

5. A comercialização: solução de problemas?

A questão da comercialização na CODESF tem se apresentado como um dos entraves, ao longo dos anos, principalmente quando os produtores de uva e banana se referem à atuação dos atravessadores na região. Como já mencionado, no início do capítulo anterior, nos depoimentos dos entrevistados, um dos objetivos para a criação da cooperativa foi buscar uma

solução concreta para se livrarem da relação de dependência com os atravessadores. Nos depoimentos a seguir poderemos observar:

[...] Eu estou comercializando, eu estou tirando hoje em torno de 170 toneladas de uva/ano, e tenho em torno de 50 toneladas de banana/ano, eu comercializo entre Recife, Alagoas, Natal e João Pessoa, mas vendo, forneço a um atravessador, em alguns pontos de venda para quitandas e frigoríficos. (UVA e BAN. 01, p.03)

Esse depoimento do produtor de uva e banana deixa clara a relação de dependência produtor-atravessador, mesmo com um mercado consumidor potencial, quando cita os estados de João Pessoa, Alagoas, Natal e até mesmo Recife.

Esses dados são reforçados com o diagnóstico realizado na microrregião do CONSAD – Itambé, mencionado no início da proposta desse estudo, onde José Nunes da Silva et al. (2011) esclarecem que entre as dificuldades da região está o escoamento da produção, ocasionado pela presença de atravessadores, contribuindo, assim, para fragilizar a comercialização e o retorno financeiro satisfatório para os produtores.

O relato seguinte retrata bem a relação de vulnerabilidade e exploração do trabalho na sociedade capitalista, que concentra o lucro nas mãos de poucos e desvaloriza a mão de obra do/a trabalhador/a:

[...] Bem, eu favoreço o meu produto para os atravessadores, o pessoal que chega lá, impõem os preços do jeito que eles querem, chega lá hoje e diz assim: a uva hoje está um real, aí compra a um real, chega lá e manda esta a cinquenta centavos, põem a 50 centavos, nós não temos opção, temos que vender sem opção nenhuma. Olhe, eu só uso esse mesmo [atravessador], por que a minha produção é pouca, não é muita, então, nesse momento, eu vendo ao atravessador. [...] Nós já tivemos varias reuniões, onde já colocamos em prática um projeto da gente organizar para ter o controle de escoamento, para que não haja um excesso de muitos produtos na cooperativa, que também não possa ser feita o desenvolvimento lá, correto, então nós temos aqui um projeto de como vai ser mais ou menos a produção, para cada agricultor uma certa quantidade, quantidade x para o escoamento da cooperativa, tantos por cento da sua produção. (UVA e BAN. 02, p.11-12)

[...] Ao atravessador. [...] Aqui eu vendo a um rapaz aqui mesmo, vou lá, corto a banana, ele vai, lá apanha, paga, pronto. (UVA e BAN. 04, p.126)

[...] Ao atravessador. É a única alternativa aqui na região. (UVA e BAN. 05,p.117)

Esse cenário pode ser mudado com o processo de consolidação e atuação da cooperativa, a partir do momento que os cooperados/as começarem a comercializar juntos,

podendo minimizar essa relação de dependência com os atravessadores. Entretanto, o depoimento seguinte menciona a possibilidade de articulação com órgãos e empresas públicas, como por exemplo, a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, o que poderá viabilizar a comercialização. Vejamos:

[...] É ao atravessador. [Os produtores de Cooperativa estão comercializando juntos?] No grupo, tudo tem seu começo, é um grupo que está se organizando, já tem vinte agricultores para vender, mas ela tem o projeto da CONAB, só o da CONAB, que ainda está nesse processo da documentação. [...] por enquanto nós vendemos somente ao atravessador. Ai fica muito difícil. Hoje um milheiro de banana, para você ter uma ideia, era vinte reais no mês passado, hoje melhorou só dez reais, mas está muito defasado, o milheiro de banana era para estar hoje no valor, no mínimo, de oitenta reais e nós estamos vendendo a trinta, vou passar amanhã para vender a trinta reais, mil bananas. [O senhor comercializa durante o ano todo?] É o ciclo de vinte e um dias, a grande maioria é noventa por cento, corta o ciclo de vinte e um dias num corte para o outro, tem pessoas que têm um sítio maior, aí corta de quinze em quinze dias. (UVA e BAN. 03, p.21)

Essa possibilidade de articulação com instituições públicas e privadas para comercialização tornar-se-ia então mais concreta a partir da consolidação da cooperativa.

O próximo relato apresenta-se como um caso isolado de um produtor que consegue, na medida do possível, se livrar da relação de dependência com o atravessador, levando sua produção diretamente ao consumidor final.

[...] Eu vendo sozinho, quer dizer, eu trabalho em duas feiras, eu trabalho em duas cidades, Escada e Ribeirão. Tem um rapaz que trabalha comigo, eu deixo ele em uma cidade e eu vou para outra. E daí eu escoo toda a minha produção aí quando dá, mas é que para não perder a parreira, aí eu vendo para alguém, mas sempre eu só vendo o que está passando da cota. (UVA 01, p.33-34)

Podemos observar que o entrevistado deixa claro em seu depoimento, mesmo de forma mínima, que mantém sim uma relação com os atravessadores. Nesse sentido, o entrevistado acrescenta:

Eu, graças a Deus eu estou produzindo, estou vendendo meus produtos, e o interesse, meu interesse e tenho certeza da cooperativa é que todo mundo possam viver disso ai, por ser pequeno, mas graças a Deus eu estou tendo uma vida assim, melhor do que muitos que têm uma área bem maior. [Além das feiras em Ribeirão e Escada o senhor comercializa em outro lugar?] Não, eu comercializo assim, por exemplo, eu trabalho no sábado, quando a minha produção dá acima da cota, eu vou para outros dias fazer outras feiras, tal, quando não vendo aqui, mas é só isso, o restante dos dias é no trabalho, na roça. [E a questão dos atravessadores?] Tem, e é complicado, viu? No nosso Município, não tendo um valor amarrado, é complicado, oscila muito, oscila muito é muito complicado. [O senhor consegue fugir da dependência dos atravessadores?] Sim, eu trabalho individual, eu trabalho, no caso a fatia do atravessador eu coloco no meu bolso. [o senhor comercializa a uva durante todo

o ano?] Durante todo o ano. Eu tenho um esquema de poda, eu trabalho sempre assim, em podas, em seqüência, quando terminar, por exemplo, uma parreira, aí já tem a outra chegando, eu podou outra que está em descanso, outra já está no chumbinho, outra já está em início de maturação, outra eu estou colhendo e assim eu vou aproveitando todo produto.

Infelizmente, essa é uma exceção ao considerarmos a quantidade de produtores de uva e banana no município de São Vivente Férrer e áreas adjacentes (Macaparana, Vicência, Machados) que também se destacam pela produção de banana na região, e são dependentes dessa forte atuação dos atravessadores.

Em se tratando do segmento do artesanato, o cenário muda, pois a produção geralmente é submetida à comercialização através das feiras e de encomendas. Vejamos os relatos:

[Onde e como é realizada a comercialização?] Nas feiras de artesanato, e na Fenneart, quando tem encomendas, também são vendidos, é assim. [O grupo comercializa o ano todo?] Sempre vende, pouco, mas vende, mas a gente vende assim, por que quem dá mais valor... O pessoal da cidade [do município de São Vicente Férrer] não dá valor a esse trabalho nosso, o pessoal de fora é quem dá valor. (ART. 03, p.57)

O depoimento da entrevistada ART. 03 aponta que, apesar de comercializar o ano todo, há uma sazonalidade em relação à demanda, pois há períodos do ano que as vendas e encomendas se intensificam. Por outro lado, há períodos em que quase não comercializam as peças produzidas. Outro elemento que aparece em destaque é quando a entrevistada salienta que a produção do artesanato não é valorizada pela população local. Portanto, há uma forte dependência para ocorrência de feiras e espaços de divulgação do trabalho do grupo. Esse cenário também é expresso nos seguintes argumentações:

[...] Para vender, a gente vende nas feiras, é onde mais vende, assim, em dezembro vende mais aqui, chega muita gente de fora, sempre vem gente comprar em dezembro e janeiro. Nas feiras é julho e setembro... na Festa da Banana [acontece geralmente no mês de setembro] a gente bota para vender e vende. (ART.07, p.114).

[...] É assim, de três em três meses tem feira longe, as pessoas convidam [menciona uma artesã], a gente vai trabalhar para organizar aquelas nossas mercadorias bem bonitas, bem feitas, e quando chega o dia da feira [menciona uma das artesãs] vai embora. [o grupo comercializa durante o ano todo?] É, de três a quatro vezes acontece feiras em outros lugares. [...] mas todo mês não tem feira não. [nesse período o grupo consegue comercializar?] Vende na casa que a gente trabalha, lá no galpão. Vende ali, vem encomenda, o pessoal encomenda lá, nós fazemos e entregamos. [Como é realizada essa encomenda?] Pelo telefone, sempre por telefone, quando é de fora de São Vicente. [...] Quando não vende em São Vicente, vamos para feira, lá no Recife, ou em outros lugares,

agora estamos trabalhando para ir em uma feira em Belo Horizonte. (ART.02,p. 44)

[...] Nós vendemos assim, na verdade algumas pessoas nos procuram aqui na sede e a gente também vende mais nas feiras. [Quais são as feiras que vocês estão envolvidas?] A gente tem, fora a Feneart, a gente tem a Mão de Minas, em Minas Gerais, teve uma agora em São Paulo, nós não fomos, mas nossos produtos foram, teve uma em Recife, a da agricultura familiar. [O grupo comercializa o ano todo?] O ano todo, porque assim, a gente na verdade, a gente produz o ano todo, mas assim, em termo de vendas, só assim nas feiras, é onde a gente mais vende e quando as pessoas vêm procurar aqui, mas em relação à questão do dinheiro a gente não ganha por mês, a gente ganha, na verdade, pelo que vende, aí, por exemplo, se esse mês vender uma quantidade x aí aquele dinheiro vai ser dividido entre nós, aí vai ser tirado para despesas e para dividir entre nós, mas geralmente assim, a gente não vende por mês, a gente vende, dependendo assim da quantidade de vendas, mas não consegue vender equilibrado o ano todo não, às vezes assim, tem período do ano que a gente vende mais, assim o período que a gente vende mais é na Feneart, é nessa feira, a expectativa que a gente tem é mais nessa feira, a não ser que alguém encomende, faça uma encomenda muito grande de algum produto nosso, aí, assim, aí é muito bom para o grupo também quando aparece alguma encomenda, mas a não ser, a expectativa é na Feneart. [E quanto à divulgação?] [...] Na verdade, tem o e-mail do Fio e Renda e assim, a divulgação só se for nas feiras mesmo. (ART. 05, p. 95-96)

Entre os relatos das entrevistadas ART. 05 e ART. 06, o que aparece em destaque é o envolvimento do grupo em feiras nacionais, cujos acontecimentos têm viabilizado um momento estratégico, na intenção de minimizar o impacto gerado pela diminuição na demanda da produção em determinados períodos no ano.

Na sequência, os próximos depoimentos destacam:

[...] Na Feneart, [menciona uma das artesãs] uma vez foi para uma cidade aqui próxima, levou para São Paulo alguns produtos, leva para feira cultural, por aí fora. [Vocês comercializam durante todo o ano?] Todo o ano, o ano todo, só nos dias de férias que a gente não vende, mas quando a gente está assim, produção mesmo a gente vende aqui. Sempre, sempre sem parar, todo dia. (ART. 06, p.104)

[...] aqui na cidade mesmo, só que as vendas são muito poucas, tem alguns clientes aqui em Pernambuco também, de outros Estados e para algumas lojas de Recife, mas são pouquíssimas. E assim, quando participa das feiras, sempre surge mais cliente, aí a gente sempre tem mais encomendas. Também nas feiras aqui na cidade, que agora, graças a Deus, assim, sempre tem toda semana, tem uma vendagem, não tão grande, mas, há um ano atrás, a gente não vendia praticamente nada e as próprias pessoas do município, alguns, uma boa parte desconhece o nosso trabalho, e a partir dessas feiras, dessas atividades também, aí fica passando a conhecer mais os nossos produtos.[o grupo comercializa o ano todo?] Sim. [...] mas assim, abril e maio são os meses mais parados, meses de chuva, aí assim, para venda, mas aí a gente não para de confeccionar, porque julho já vem a Feneart, aí a expectativa volta para esse mês, que não é só as vendas, mais encomendas, fora as feiras. (ART. 01, p.80- 81)

O depoimento da entrevistada ART 01 reforça a importância que a atividade artesanal tem ganhado ao longo dos anos, na medida em que a possibilidade de comercialização começa a aumentar.

Entre os espaços de comercialização, o depoimento a seguir menciona a articulação com as instituições que se interessam pela produção do artesanato.

[...] A gente vende para o Banco do Brasil, que sempre encomenda, para cidade, o pessoal de Macapará, às vezes, já tem aqueles clientes da gente, que já são há bastante tempo. [Como as encomendas chegam até o grupo?] [...] fica uma pessoa já conhecida, que já conhece a gente, tanto faz ou ele vem ou ele liga, agora quando a pessoa que liga, liga pela primeira vez para [menciona uma das artesãs], ela pede todos os dados da pessoa para que a gente possa mandar o material, mas é por telefone ou pessoalmente. Se for pessoa que está interessada em conhecer o produto, eles vêm pessoalmente. [...] Agente vende por feiras, tem feiras, eventos culturais e outras coisas, e também tem encomendas. [O grupo comercializa o ano todo?] Todo ano. Assim, para tirar férias, não em janeiro, tipo um recesso pequeno de finalzinho de ano, a gente tira assim, antes de natal e volta dia quatro de janeiro, dia seis por aí, pela questão de feiras que têm. (ART. 04, p. 69)

Entre as estratégias de divulgação para a comercialização e a tentativa de garantir as encomendas, a seguinte entrevistada acrescenta:

[...] Algumas vezes, eles, por exemplo, na Feneart, eles pegam os cartões e depois eles ligam, aí a gente manda as fotos por e-mail, às vezes não, às vezes eles vêm para ver como é o processo, porque assim, é um processo lento, não é assim da noite para o dia que a gente consegue fazer o processo desfibrar, botar pra secar e confeccionar as peças, aí eles querem quinze dias, oito dias seguidos, aí não tem condição, aí a gente tem que mostrar mesmo o passo a passo pra eles perceberem que não é fácil. Quem disser que não é difícil, é fácil, mas assim, é lento, o processo é lento pra confeccionar as peças, alguns vêm outros não, outros já viram o produto, já conhecem, até o transporte mesmo eles já encomendam. (ART.01, p.80)

Como vimos, o processo de comercialização em relação ao artesanato tem se apresentado de modo insuficiente, apesar de sua representação vir ganhando espaço nos últimos anos. Para tanto, garantir o acesso à renda continua sendo uma luta permanente para o grupo, apresentando-se, ainda, como um desafio não muito fácil de ser superado.

Essa questão da comercialização nos parece revelar um desafio existente em todo o conjunto de segmentos produtivos vinculados à cooperativa. O que nos provoca a questionar: como viabilizar a comercialização do artesanato? E como minimizar a dependência dos produtores de uva e banana para com a atuação dos atravessadores? Até pode parecer fácil responder esses questionamentos, principalmente - no caso dos produtores de uva e banana -

se considerarmos que a consolidação da cooperativa facilitará o escoamento da produção. Entretanto, existem outras questões internas relacionadas à cooperativa que ainda precisam ser resolvidas, como por exemplo, o caso da atuação e participação dos/as cooperados/as. Já com relação ao segmento do artesanato, como podemos pensar estratégias que favoreçam a demanda necessária para garantir uma renda fixa (ou próxima disso) durante o ano todo? E ainda mais, mesmo que haja demandas, como o grupo irá se organizar para dar conta da produção em escalas maiores?

Essas inquietações aparecem no decorrer da produção da nossa pesquisa como problemáticas iniciais para pesquisas posteriores.

Esse capítulo nos permitiu conhecer um pouco e traçar um panorama geral do que é e o que tem sido a atuação e organização produtiva da CODESF nos últimos anos, e também o modo como a cooperativa tem se apresentado nos dias atuais.

CAPÍTULO IV - CODESF: desafios e superação frente ao Desenvolvimento Local, à Economia Solidária e à Segurança Alimentar e Nutricional

*“É o sofrimento dos pequenos produtores de banana e a esperança dos mesmos de tirar o pé da lama, e que a nossa São Vicente possa espalhar a sua fama”.
(Zequinha – produtor de banana e de uva p.130)*

1. Dificuldades e perspectivas: como lidar?

Ao longo do nosso estudo e seus desdobramentos nesses dois últimos capítulos, em diversos momentos apontamos algumas das várias dificuldades vivenciadas pelos segmentos produtivos que compõem a CODESF. Entretanto, abriremos um espaço para salientar as dificuldades apontadas pelos/as próprios/as cooperados/as em suas respectivas falas durante a nossa pesquisa.

Para tal reflexão, questionamos os/as entrevistados/as: atualmente, quais são as maiores dificuldades da CODESF?

As dificuldades começam a ser apontadas nos depoimentos a seguir:

[...] Os agricultores, assim, têm um sítio, eles tiram a banana, mas não têm um transporte certo para levar a uva, a banana para as vendas e até para trazer os produtos para fazer beneficiamento, pois daqui há dois, três meses quando estiver o galpão totalmente pronto. Aí, isso é uma das dificuldades. (ART.01, p.86)

A artesã (ART.01) destaca em seu depoimento a necessidade de um transporte para facilitar o deslocamento da produção e, mais adiante, acrescenta:

A outra são os atravessadores que têm uns que chega e diz assim: “eu só pago x”, e ou você vende ou você perde, porque a uva não vai esperar, ela vai derreter. Chegou aquele dia, aí diz: pago x, se você não vender, amanhã ele chega e já vai dar um preço menor, aí você paga ou você perde, e aí quando tiver pronto, aí a gente já não vai ter problema, porque assim não perde, porque aí vai fazer o beneficiamento e aí você vai sair ganhando, e aí eles vão ter que também vender os produtos deles para cooperativa.

Essa questão, sobre a atuação dos atravessadores, já constatamos em momentos anteriores nas falas dos próprios produtores de uva e banana. Contudo, a artesã aponta a saída para esse entrave:

[...] Terminar o galpão, e os agricultores acreditarem mesmo, já houve essa mudança, na última reunião que a gente teve no mês passado, é alguns atravessadores, eles já não estão assim tanto, eles tão procurando fazer o preço da uva e já tão pagando por uma quantidade assim, não tão baixa, mas eles já estão conscientes de que os agricultores tão se reunindo com a cooperativa, e se eles forem fazer isso eles vão perder, no caso os agricultores, por que assim, o agricultor diz: não, eu prefiro fazer a parte do beneficiamento ao invés de vender barato, então eles já tão começando a ter outra visão de cooperativa.

A próxima entrevistada salienta algo que também já foi mencionado no capítulo anterior, que é:

[...] Eu acho que é assim, falta de dinheiro para pagar as contas que ultimamente está difícil. (ART.07, p.116.)

Já o depoimento seguinte traz um novo elemento à discussão, que é a possibilidade de acesso ao crédito e as políticas públicas que contribuam para viabilizar a produção e a comercialização.

[...] As burocracias de créditos, que muitos visam o crédito para melhorar a qualidade da sua produção. Hoje as políticas públicas que precisam mais se envolver, e a dificuldade maior é comercialização, enquanto não houver a comercialização é a barreira maior que a gente tem que enfrentar é essa. (UVA e BAN. 01, p.06)

Sobre a questão do acesso às políticas públicas, de acordo com Raquel Fernandes Uchoa et al. (2011, p.258), “os grupos informais são quase sempre excluídos do acesso a qualquer proposta de política pública”. Entretanto, há casos em que o acesso pode acontecer de modo individual. O que tem provocado dificuldades organizativas para o avanço das formas coletivas e solidárias de produção, na medida em que reforçam as relações individualizadas entre seus membros. Nesse sentido, as autoras e o autor destacam:

O caso do PRONAF, por exemplo, que exige a realização de DAP's, por cada família de uma comunidade ou assentamento, que pleiteia o acesso ao crédito produtivo, tende a criar obstáculos ao desenvolvimento de relações de compromisso com o empreendimento. Ou seja, é a própria metodologia adotada pela política pública que reforça o individualismo, próprio do modo de produção capitalista, ao invés de promover a cooperação e a solidariedade social através do trabalho associado, coletivo e autogestionário.

Essa perspectiva, apontada por Raquel Fernandes Uchoa et al.(2011) que reforça a lógica de organização do sistema capitalista, contribui para que organizações com proposta de articulação coletiva se distanciem daquela das iniciativas da Economia Solidária.

Ainda sobre a questão das políticas públicas, José Nunes da Silva et al. (2011, p. 147) chamam a atenção para o município de São Vicente Férrer, salientando que a população local tem se tornado refém das “decisões políticas do município, que são delegadas as oligarquias tradicionais responsáveis pela gestão pública de caráter partidário inescrupuloso da política local”. O que, de certo modo, tem comprometido a atuação das políticas públicas.

No contexto de reflexão sobre as políticas públicas que garantam o processo de comercialização, os depoimentos a seguir destacam:

[...] A dificuldade é assim porque o projeto da CONAB que está em andamento, então os pequenos agricultores não veem a hora de comercializar seu produto e têm razão de sobra. Por outro lado, também tem essa parte do IPA, que uma coisa tem a ver com a outra, porque tem aí outros projetos do Governo Federal que vão precisar do IPA, está com a gente para poder orientar essa cota, para que os agricultores também possam vender muito mais, aí fica nessa expectativa. (UVA e BAN. 03, p.25)

[...] Eu acho que, a partir do momento que ela conseguir vender e comprar a uva e a banana melhora muito, vai levantar a gente aqui e vamos arrumar mais sócios, mas contribuindo para ela [a cooperativa] crescer. (UVA e BAN. 05, p.120)

No depoimento do entrevistado - UVA e BAN. 03 e UVA e BAN. 04 - fica claro que o investimento em políticas públicas, que garanta a comercialização, também pode ser considerado uma saída estratégica para minimizar a dependência dos atravessadores na região. Dessa forma, os/as cooperados/as serão estimulados/as a uma maior atuação participativa no processo de desenvolvimento da cooperativa, uma vez que existirá a garantia do escoamento da produção.

De acordo com pesquisa realizada pelo CONSEA, um dos indicadores para a promoção do Direito Humano a uma Alimentação Adequada é a garantia da comercialização dos alimentos. E nesse sentido, uma política articulada ao Estado pode minimizar o contexto de desigualdades sociais, na medida em que a produção de alimentos pode significar o aumento da renda familiar. (BRASIL, 2010)

No depoimento seguinte, observamos inquietações já apontadas em outros momentos pelos entrevistados, que é a questão da participação. Vejamos:

[...] Assim, nós temos a dificuldade, é no meu ponto de vista o que eu estou vendo, é, nós temos os cooperados que não cooperam com sua cota parte, nós temos assim a dificuldade da participação dos cooperados nas reuniões. (UVA e BAN. 02, p.15)

O entrevistado - UVA e BAN. 04 - salientou não saber responder, em virtude de não ser um cooperado atuante na cooperativa, o que reforça o argumento sobre a questão da participação, apontada no depoimento anterior, sendo também citada no depoimento seguinte:

[...] Hoje a maior dificuldade da cooperativa é as pessoas não acreditarem. Os cooperados, a maioria não aceita que vai dar certo, porque a gente vê em outros Municípios por aí as cooperativas, eu amo globo rural, quando fala em cooperativismo, sou apaixonado, infelizmente essas pessoas não veem, tem que acreditar e as pessoas não acreditam. [...] No município aqui está como banana na safra, banana na época de safra na feira, é uma desorganização. Cada um que se vira, não faz um calendário de poda, porque se você quer ter um preço fixado, um preço amarrado, você vai ter que ter um controle na poda, pra não haver um inchaço de uvas naquele período, então é isso, é uma desorganização total no nosso município quanto a isso. [...] Na cooperativa nós já temos o calendário de poda. Já vamos é começar a partir dessa nova diretoria, desse mês, já vamos iniciar com a nova diretoria, mas infelizmente, aqueles que participam vão fazer um calendário de poda entre eles e depois a gente, quando vier a produção, a gente já vai começar a pensar na comercialização, mas já temos um calendário de poda e tal... tudo marcado com data, com área, por exemplo, a minha área mesmo eu tenho uma área x, tem tantas plantas naquela área. Eu já sei quanto cada planta daquela vai produzir. (UVA, 01, p.37)

Em relação às dificuldades apontadas pelo seguimento do artesanato, os depoimentos destacam:

[...] É o transporte, porque assim, tudo para questão do artesanato, para pegar os troncos a gente tira, mas não tem o transporte para trazer. (ART. 01, p.86)

Podemos observar que, assim como foi apontada a dificuldade em relação ao transporte para os produtores de uva e banana, também o segmento do artesanato demonstra essa dificuldade para viabilizar a produção das peças. Essa necessidade se inicia no momento da colheita da matéria-prima para produção e se estende até o momento da comercialização. Soma-se a isso:

Eu falo também da questão auxiliativa da prefeitura, por que a gente não tem tanto apoio assim de feiras, aí porque o artesanato, ele divulga mais o Município do que a própria cooperativa, até porque o nome da cooperativa é Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer e, em relação à condição do artesanato, as pessoas já falam, já conhecem. Então assim, o artesanato leva o nome do Município para tudo quanto é lugar, e o Município não está nem aí, acha é como se fosse uma obrigação, mas assim, era para ser o contrário, o Município é que tem a obrigação de apoiar mesmo, lutar para que a agente cresça porque aqui assim é o artesanato, é sustentabilidade, são as mulheres ganhando o dinheiro delas, sem precisar de está em prefeitura, e assim, se ajudasse mais, com certeza seria um grupo bem maior, porque assim,

vinham mais pessoas trabalhar, porque estaria entrando renda em casa, tendo renda e a renda é pouca.

Em seu relato, a artesã (ART.01) também destaca a dificuldade de receber como garantia o apoio de instituições públicas. Mas, na contramão, existe uma cobrança do município para a representação nos espaços de comercialização e representação política, ao mesmo tempo em que a artesã ressalta a importância da atividade do segmento para a geração de trabalho e renda a partir das potencialidades locais na esfera municipal.

Ao nos referirmos às potencialidades locais para a geração de trabalho e renda, nos aproximamos novamente do nosso problema de pesquisa, na medida em que essa renda pode possibilitar o desenvolvimento local e viabilizar a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional que adotamos nesse estudo.

Nesse sentido, Carina do Monte et al. (2011) apontam que o município de São Vicente Férrer, enquanto componente do CONSAD-Itambé, é reconhecido (principalmente a CODESF) por desenvolver, entre suas atividades produtivas, aquelas voltadas ao artesanato como fonte de alternativa para geração de renda, a qual pode ser considerada como um meio estratégico para promover a segurança alimentar e o desenvolvimento local.

Os próximos depoimentos reforçam a dificuldade ora mencionada sobre a questão do transporte:

[...] No grupo da gente tem muitas dificuldades. Primeiro é esse: nós estamos faltando fibras, vamos para o sítio, a gente vai e corta aqueles troncos de banana, as meninas pegam, cinco, seis meninas para carregar aquele pau para botar na pista. A gente corta dezoito, dezenove, vinte, aquela tulha, tudo dentro do sítio, carregando, quando bota na pista e cadê carro para levar. Oh dificuldade! a gente fica lá, [uma das artesãs] fica esperando, manda avisar o prefeito, nada feito. Oh meu Deus! Que dificuldade! Ai, que o é que a gente faz? O rapaz tem um carro que carrega pão da padaria, aí ele vai, tira os bancos, forra aquele carro bem forrado e coloca quatro, cinco troncos dentro e leva para a gente trabalhar. (ART. 02, p.50)

[...] A dificuldade assim, é no caso a gente vai pegar o tronco, tem a dificuldade de trazer. Eu acho que a prefeitura deveria disponibilizar um carro. Se tivesse boa vontade de mandar o carro, pegar, trazer pra nós, ou mesmo ter uma pessoa que poderia ser até da prefeitura mesmo, disponível – desses homens que trabalham assim, pouco tempo, pra pegar os troncos pra nós lá, em vez de nós mesmo ir pra lá pra dentro da bananeira pra pegar. [...] outra dificuldade é assim, no caso, às vezes tem uma feira para a gente ir. Nós queremos conseguir um carro, às vezes da prefeitura mesmo, pra levar os produtos, é uma dificuldade tão grande, que às vezes não disponibilizam assim um carro. Às vezes dão, mas dá uma certa maçada para dar uma resposta, e a gente fica com aquela preocupação até quase em cima da hora. (ART.03, p. 61)

[...] A gente tem dificuldade para tirar os troncos, que todo mundo não que ir por que é pesado, aí é uma dificuldade a gente tem, pra pegar os troncos pra trazer. É dificuldade, que a prefeitura pegava o caminhão e trazia, agora já não está trazendo mais. Aí é difícil, tem que arrumar dinheiro pra pagar pra trazer, tudo isso é difícil. O nosso trabalho assim é pesado, é pouca gente, só oito pessoas, nem todas vêm sempre, só eu, [e mais duas artesãs], sempre estamos aqui, aí é difícil (ART.07, p.116).

Além da dificuldade em relação ao transporte, os depoimentos a seguir salientam o desafio de garantir o acesso a uma renda fixa mensal, a partir da produção e comercialização do artesanato.

[...] Eu acho que a dificuldade maior é a luta em conseguir o que quer e procurar clientes. [...] É também porque não tem uma pessoa para buscar os troncos, e também a gente vender pra conseguir o que a gente quer. O dinheiro e as dificuldades assim, que às vezes, a gente não consegue assim, ter o que quer. O que a gente produzir, assim todo mundo, tudo assim, ligeiro pra fazer, para quando for para vender artesanato, alguma coisa, já ter já aquele produto já pronto, se tiver, assim, a gente produzindo, a gente vendendo aqui e outra pessoa fizer encomenda, aí já tem como fornecer. (ART. 06, p.106)

[...] A dificuldade que tem lá é a questão financeira, é uma dificuldade também é a questão do transporte, a gente não tem transporte para transportar. Antes a prefeitura dava, mas a gente tinha que dar um agrado ao motorista, é normal. Mas agora não, o motorista era um senhor que tinha, ele quando vinha levar o lixo, quando ele voltava de outra cidade, ele já pegava e trazia para gente, se não fosse o marido de [uma das artesãs] mesmo, a gente não estava produzindo por que não tinha material, uma das dificuldades é essa, também o carro para trazer os troncos. (ART.04, p. 73)

Além das dificuldades já expostas, a artesã (ART.04) salienta a necessidade de equipamentos e móveis para a realização do trabalho. Para tal afirmação, argumenta:

A máquina, nós também, nós precisamos de outras máquinas de costura porque [outras artesãs] também sabem costurar na máquina, mas como, se só tem uma máquina, agente precisava. Tem bastante dificuldade, se for citar assim. A mesa também que a gente desfibra, já trocamos porque toda vez que a gente passava a faca para tirar o negócio que entrava, entrava no dedo da gente. [...]

A certeza e garantia de estar participando das feiras também fazem parte das inquietações das artesãs. Vejamos:

[...] As dificuldades, a gente tem assim, na verdade esse ano a gente não sabe se vai para Feneart, por conta da gestão da prefeitura, que não tinha pago a stand do ano passado. Nós estamos correndo atrás, para ver se consegue o stand, [uma das artesãs] foi na prefeitura falar sobre essa questão, aí eles estão correndo assim, para ver se consegue um stand esse ano. Para gente, a nossa maior dificuldade é assim, é nas vendas, porque assim, a gente só tem mais vendas no período de feira e aí passamos um período sem receber. A nossa dificuldade é essa, a gente produzir, só ter material e não ter os recursos financeiros, a dificuldade é essa. (ART.05, p.99)

Quando nos aproximamos dos segmentos dos produtores de uva e banana e questionamos sobre as suas dificuldades enquanto produtores, não obtivemos surpresas, já que a grande parte das suas dificuldades nós tivemos a oportunidade de salientar em momentos anteriores de nossa pesquisa:

[...] É o atravessador, a maior dificuldade hoje do produtor é o atravessador, que esse leva a maior fatia. Por exemplo, na uva a gente passa quatro meses produzindo, que o custo de uva, de um quilo de uva hoje para produzir é oitenta centavos na safra, por exemplo, agora no preço atual vai dizer: é um real o quilo, então a gente ganha em quatro meses vinte centavos por quilo. Enquanto ele pega daqui, entrega ali, ganha vinte, quarenta centavos no quilo, hoje a fatia maior é do atravessador. A banana não é diferente. (UVA e BAN. 01,p.06)

[...] As maiores dificuldades é quando chega esse tempo da safra, aí o produto que estava se vendendo assim, a sessenta reais o milheiro de banana. Baixa muito, chega a um valor de vinte reais o milheiro de banana, essa é uma das maiores dificuldades que o pequeno agricultor passa nesse período. (UVA e BAN. 03,p.25)

[...] É dinheiro, porque a gente vende barato, aí investe muito e para recompor esse dinheiro que você investiu e demora. Às vezes, a banana está barata demais e não dá nem o gasto. Às vezes, a gente planta uva e não ganha o suficiente para ter um lucro melhor, falta o incentivo da cooperativa mesmo. (UVA e BAN. 05 p.120)

A questão do atravessador, como já mencionado anteriormente, parece ser uma dificuldade latente para os produtores de uva e banana da cooperativa. Entretanto, esse último depoimento ressalta a importância da consolidação da cooperativa como perspectiva, para que haja mudanças nessa realidade. Contudo, também já foi mencionada a dificuldade de acesso ao crédito, o que aparece como algo que poderia vir para potencializar a produção e comercialização. Nos depoimentos seguintes também percebemos essas observações:

[...] Olhe, a minha maior dificuldade é o seguinte: eu não tenho assim, um recurso apropriado para manter a minha produção. Tem a dificuldade de, por exemplo, o meu terreno lá não é muito favorável. Então, tenho dificuldade de colheita, de escoamento da produção, o acesso lá não é muito bom. [...] Olhe, a gente não tem recurso para melhorar nossa produção, e nós temos uma dificuldade com trabalhador Não temos a manutenção das parreiras. É difícil, porque a gente não tem um capital para manejar elas, para comprar o que é preciso para colocar nelas. [E qual seria a solução?] Eu acredito que com a chegada da cooperativa melhore, porque a cooperativa como é uma parceria, acredito que venha para ajudar principalmente os agricultores. (UVA e BAN. 02, p.15)

Em relação a essa conjuntura, José Nunes da Silva et al. (2011) ressaltam que o diagnóstico realizado na microrregião CONSAD-Itambé revelou que essa questão sobre a

falta de crédito destinado a agricultura, configura-se como um problema que tem dificultado o crescimento da produção na região.

O relato seguinte continua ilustrando essa realidade:

[...] Falta recurso que eu não tenho. Eu não tenho recurso para trabalhar. Tem uma produção de banana hoje, quando ela está, agora mesmo ela está com uma produção maior, o preço está caindo e a gente não tem faturamento. [...] porque não tem uma política que quando a gente tivesse na safra e não tivesse para onde escoar, tivesse o que fazer com a banana, beneficiar a banana. Isso é um sonho, há muito tempo, há muitos anos. Isso faz trinta anos, se não tiver trinta anos, já está chegando perto. Desde 86, que se alimenta esse sonho, se não for até antes, de se ter aqui uma fábrica de pasta e polpa de beneficiamento de banana, de farinha de banana e outros derivados que pudesse ser feito. A gente produz a banana, a matéria-prima a gente tem isso. E se isso fosse feito, e pudesse ser introduzido na merenda escolar, que pudesse ter uma política do Estado, que olhasse para isso com bons olhos e realmente desse condições de produzir, talvez a cooperativa se firmasse. Se o produtor tivesse onde vender o seu produto, apurar o seu dinheiro, ter um mercado garantido, e não ficasse a mercê, cadastrasse os produtores dessa região e outras, poderia ser um projeto abrangente daqui e de outros municípios e se fizesse isso. Às vezes, isso empaca. Há uma burocracia e não sai do papel e fica lá, e o tempo passa, vêm outras pessoas e monta algumas coisas e faz, e dá certo, mas se isso fosse feito assim, tivesse recurso pra fazer, eu acho que seria uma boa alternativa. É uma promessa, é que teve essa vontade há muitos anos. Já houve movimentação a esse respeito, se correu anos atrás e não conseguimos, acho que é falta de vontade política mesmo, do Estado. (UVA e BAN. 04, p.127)

O produtor - UVA e BAN. 04 - destaca a importância para o beneficiamento da produção, de modo que essa proposta contribua para a valorização da produção local mediante o aproveitamento da produção para a merenda escolar. Articulada a essa perspectiva encontra-se a possibilidade de um envolvimento direcionado às políticas públicas que garantam o escoamento da produção.

Esse cenário, revelado pelo entrevistado UVA e BAN. 04, segundo Flávia Ferreira et al. (2011) é condizente com os dados obtidos no diagnóstico realizado nos municípios vinculados ao CONSAD – Itambé. Apesar de haver toda uma proposta governamental para facilitar o acesso à políticas que facilitem a comercialização e valorização da produção local, ainda existem muitas dificuldades apontadas pelos produtores/as rurais em participar de programas como Programa Nacional de Alimentação Escolar – PENAÉ. Isso tem ocorrido por diversos motivos, entre eles as autoras destacam: a dificuldade relacionada à disponibilidade de transporte, haja vista a maioria das associações e cooperativas locais não possuírem seus veículos próprios (como é o caso da CODESF); as questões burocráticas (no caso, pode estar relacionada às atuais dificuldades de consolidação da CODESF); e, a falta de planejamento dos produtores/as rurais (o que também foi mencionado pelos cooperados da CODESF),

deixando boa parte deles excluída do programa, ainda que estejam organizados em associações e cooperativas.

Ainda sobre a questão da importância do beneficiamento, Carina do Monte et al. (2011) ressaltam que na microrregião do CONSAD - Itambé foi constatado um grande desperdício de alimentos característicos da produção local. A maioria da população, portanto, não tem apropriação de técnicas que possam ser utilizadas para viabilizar o beneficiamento desses alimentos. Caso essas técnicas se consolidassem, poderiam se transformar em alternativas para a geração de renda. Em suas considerações, destacam o município de São Vicente Férrer, pois o diagnóstico identificou um grande desperdício em relação à banana (cujo excedente desse alimento é destinado ao lixo), enquanto - como observado no relato do entrevistado UVA e BAN. 04 - poderia estar sendo utilizado para o beneficiamento, enriquecendo a dieta nutricional da população local e, mais especificamente, a merenda escolar.

O próximo entrevistado traz outra reflexão importante, que é a necessidade de assistência técnica para a garantia de uma produção de qualidade em quantidade satisfatória.

[...] A maior dificuldade hoje é produção que não temos. As uvas não estão produzindo bem como produzia antes, até porque, também as coisas foram ficando mais caras, e nós, como pequenos, não podemos é assim aplicar tudo que necessita. Aí, a maior dificuldade é isso, é não produzir bem. Quem tem uma boa produção, com certeza a renda vai ser maior, para mim é a maior preocupação, em termo de praga. A gente tem pragas que a gente aprende a conviver com elas, porque realmente não acabam, como a ferrugem mesmo, não tem como. A gente tem que aprender a lidar com ela, a inibir ela e tal, mas sempre outros tipos de pragas a gente vai combatendo, e vamos, a maior dificuldade é essa, não produzir bem. (UVA 01, p.38)

Até o momento, a nossa discussão se segue em torno das dificuldades enfrentadas pelos/as cooperados/as da CODESF, fazendo-nos refletir sobre os aspectos desafiadores para o futuro da cooperativa. Porém, os/as entrevistados/as também apontam em suas considerações, expectativas positivas em relação à proposta de articulação coletiva, pensando no enfrentamento das dificuldades mencionadas.

Entre os relatos, destacamos:

[...] É a conclusão do galpão para o beneficiamento da uva, a conclusão dessas obras, e o meu pensamento maior é sobre a integração, que o Governo do Estado agora está com o apoio voltado para cooperativa, sobre o projeto da banana passa, da banana schetos, do sorvete de banana, é da farinha de banana. Então, nós estamos com um projeto junto com o Pró-Rural, junto ao Conselho do Desenvolvimento Rural Sustentável de São Vicente, que tem o presidente para a gente apoiar e a cadeia produtiva dos pequenos e médios produtores daqui do nosso Município. (UVA e BAN. 01, p.06)

[...] É que nós possamos vender todo nosso produto assim em mercados. E para outros órgãos do Estado como existem outros órgãos, para a gente vender para as escolas e instituições. Através da cooperativa, eu acredito muito que, com a cooperativa tomando a frente de tudo, com certeza a gente vai se tornar uma grande empresa, como na verdade é uma cooperativa que, juntando todos os pequeninos, se torna uma grande empresa. (UVA 01, p.38)

As Expectativas do entrevistado (UVA e BAN. 01 e UVA 01) se desdobram na consolidação da cooperativa enquanto empreendimento organizativo de forte atuação no Município.

No depoimento seguinte, observamos a preocupação com o fortalecimento das práticas cooperativas e solidárias para efetivação de sonhos e conquistas.

[...] Ah, eu tenho muitos sonhos. Meus sonhos é que o pessoal da cooperativa, os associados, cooperados, que nós possamos dar continuidade a esse trabalho e futuramente estarmos aí, escoando a nossa produção para cooperativa. E que os pequenos agricultores tenham uma condição de vida melhores. Meu sonho é poder terminar as minhas plantações e futuramente comprar um carrinho para eu mesmo poder encaminhar minha produção para o mercado. (UVA e BAN. 02, p.15)

A perseverança, a fome de luta, o enfrentamento das dificuldades para a promoção de mudanças aparecem presentes no próximo relato.

[...] Eu penso se esse grupo continuar com a garra, com a força de vontade, olhando sempre para frente, entendendo as dificuldades de todos, eu acredito que vai melhorar. Principalmente, também no sentido de melhorar a qualidade da banana, que é uma coisa que a gente deve pensar muito, a gente não tá produzindo com qualidade para competir com o mercado lá fora e também lutando nessa luta que a gente tem que ter da industrialização. (UVA e BAN, 03, p.25)

[...] Olha a minha esperança é que ela venha a funcionar e atender os produtores, isso é a minha esperança, se isso vai acontecer, aí eu não sei, se vai, para onde é que vai e como vai, porque o futuro a Deus pertence, mas tenho esperança que algum dia venha a funcionar e a tender aos produtores. (UVA e BAN. 04, p.127)

[...] Eu espero que o melhor, melhor do que está. Se ela conseguir comprar e vender, vai ser bom demais, aí acho que ela melhora mais de cinquenta por cento. (UVA e BAN. 05, p.120)

Os depoimentos dos entrevistados (UVA e BAN. 04 e UVA e BAN. 05) revelam a desconfiança apontada em momentos anteriores, o que pode ser reflexo da parcialidade na atuação e participação ativa junto à cooperativa.

Em relação ao seguimento do artesanato, destacamos:

[...] Aí seria assim uma renda satisfatória, assim encomenda mensalmente, assim pedidos, todo mês a gente com encomenda, um ponto de vendas fixo como a gente que graças a Deus, está quase pronto, porque com esse ponto de vendas fixo aí já fica mais fácil, a divulgação é maior, vai estar aberto todos os dias, aí fica mais fácil [...] a gente vai chegar aonde a gente quer, a gente vai alcançar a nossa meta, que é ter uma produção grande, assim todo mundo participando, com uma renda fixa, mesmo não seja um salário mínimo, dois, mas assim, que tenha uma renda que dê para se sustentar, eu acho que por enquanto vai demorar um pouquinho, mas que tenha uma renda satisfatória, que diga eu vou porque eu vou, estou ganhando um dinheiro, está dando para ajudar nas despesas mensalmente.(ART. 01, p.86)

[...] Eu espero que melhore cada vez mais, eu espero que a gente tenha mais vendas, talvez todo mês, todo mês já ter a cotinha certinha, a gente ter expectativa de a gente ter um futuro melhor. (ART. 06, p.106)

[...] Eu espero que melhore, assim melhore que a gente tenha vendas, que a gente tem um período que a gente trabalha, trabalha e não recebe nada, não recebe. Agora mesmo a gente está parada, sem receber nada, então eu espero que melhore, pra gente todo mês ter o dinheiro da gente, todo mês a gente não tem.(ART.07,p.117)

[...] Meu Deus do céu, imaginar o que, imaginar pra ser de melhor a melhor daqui pra frente. A gente trabalhando bem, e saindo bem muito no mundo, vendendo nossos produtos, é quando a gente vê dinheiro na mão da gente. E se não vender lá fora, o futuro da gente não tem nada. (ART.02, p.50)

Entre as expectativas apontadas pelas artesãs, podemos observar que a preocupação com a possibilidade de uma renda fixa prevalece na maioria dos depoimentos.

É por meio do trabalho que conseqüentemente se tem acesso à renda. Portanto, essas são inquietações das artesãs ao alimentarem tal desejo.

[...] Eu quero que cresça, que mais pessoas se encaixem no grupo, cresça, em vez de diminuir, porque antes era muito mais pessoas e agora sempre tem diminuído, e o grupo está pequeno, às vezes são tantas coisas pra gente fazer, mas é tão poucas pessoas. Porque são muitos produtos que a gente faz, que a gente tem a capacidade de produzir, mas muitas vezes o grupo é tão pequeno para fazer tanta coisa, espero que cresça, que melhore. (ART.03, p.61)

O depoimento da ART.03 pode ser considerado um indicativo para a instabilidade relacionada à questão da garantia de uma renda mensal. No diário de campo registramos:

[...] Eu espero assim, que ele possa dar continuidade mais e mais, e como se diz, graças a Deus a gente vai ter o espaço da gente, porque onde a gente está era um espaço até maior, aqui da prefeitura tinha um pretexto, não sei, [uma das artesãs] comentou que queriam tirar a gente aqui do galpão, a gente já não tem esse espaço todo, foram tomando aos poucos o nosso espaço, colocaram lixo velho da prefeitura que é cadeira, coisa quebrada e agora está cheio de carteiras novas, o espaço ficou bem pequeno, já que a gente vai ter esse espaço todinho na nova sede, vamos poder produzir mais, e assim ser mais produtivo do que a gente já é. É isso que eu espero. (ART.04, p.73)

[...] Como esse local aqui não é nosso, é da prefeitura, é que o centro de artesanato, que vai ser lá embaixo esteja pronto, para que a gente se mude para

lá, porque lá, vai ser um lugar amplo, melhor, vai ser nosso, não vai ter nome de pessoa, de ninguém, é do Fio e Renda, e lá vai ter a nossa loja, onde a gente vai expor os nossos produtos, que a gente não tem uma loja pra expor, a gente expõe aqui mesmo, e assim, a expectativa pro futuro é que melhore cada vez mais o grupo, que venha mais feiras, que seja mais reconhecido, seja mais valorizado. (ART. 05, p.99)

Como vimos, ao longo de nosso estudo, a questão do acesso ao recurso financeiro obtido por meio do trabalho, parece ser um dos elementos fundamentais para dar sentido às dinâmicas produtivas e, mais especificamente, à CODESF. Podemos afirmar então que a renda gerada pelo trabalho possibilita o consumo de bens e serviços, tidos como essenciais para a garantia da sobrevivência em sociedade. Nesse processo, a renda assume um papel fundamental para proporcionar uma vida digna aos cidadãos e cidadãs da sociedade contemporânea. Portanto, esse cenário nos provoca a aprofundar nossa discussão nesse sentido.

Na sequência, iniciaremos uma reflexão sobre os desdobramentos que o trabalho realizado na cooperativa tem tido no cotidiano familiar, assim como, uma discussão sobre a relação entre o trabalho, a renda e a possibilidade de articulação com o conceito que apresentamos de Segurança Alimentar e Nutricional.

2. A Segurança Alimentar e Nutricional e suas relações com o consumo no contexto da CODESF.

Vivemos numa sociedade que tem como característica marcante, além daquelas já apontadas por Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez (2002), Karl Marx (2004), José de Sousa Martins (2002) e outros mais autores referenciados em nosso estudo, a inúmera disponibilidade de objetos, artigos e serviços para o consumo. Essa sociedade é concebida como sociedade capitalista ou sociedade de consumo⁵⁰.

Para que a população tenha acesso a artigos, produtos e serviços, é necessário que ela tenha, minimamente, acesso a uma renda, que na maioria das vezes, é admitida com o

⁵⁰ De acordo com o CEDAC (1982), como sociedade capitalista tem por objetivo a produção em massa, exige-se que o consumo também seja massificado. A sociedade de consumo, para Renato Lima (2007,p.91), “é a sociedade que estimula o consumismo, ou seja, a compra de bens e serviços contínuos. É, portanto, o caminho para a felicidade e o status social, visto como a obtenção de bens”.

trabalho. Na luta pela garantia da sobrevivência, nas famílias de contextos populares⁵¹, a renda proveniente do trabalho quase sempre não supre as mínimas necessidades, que são consideradas essenciais para a reprodução de uma vida digna em sociedade - como é o caso da alimentação, do vestuário, da habitação, da saúde, da educação, entre outros -, tampouco as políticas públicas têm assegurado esses direitos. Em nosso estudo Armatya Sen (2010) esclarece que esse cenário pode ser observado sob o modo de privação das liberdades dos indivíduos. Outros autores, como Brás Callou (2007), reforçam essa argumentação quando se reportam à atuação das políticas públicas e ao papel de atuação que o Estado tem assumido nas últimas décadas.

É nessa conjuntura que a CODESF (pela representação de seus/as cooperados/as) e toda a população estão inseridos/as. Como já mencionado, a formação da cooperativa inicialmente teve por objetivo (que vai além da organização coletiva) proporcionar ao contexto de trabalhadores/as - em sua maioria, não estão inseridos no mercado de trabalho formal -, a possibilidade de trabalho para garantir a renda familiar.

Considerando essa conjuntura, conforme Daniele da Silva et al. (2011, p.266), um dos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional é:

a abordagem da Soberania Alimentar, a qual trata do direito de cada povo poder decidir todas as estratégias que permeiam a cadeia da garantia e do acesso a uma alimentação saudável, de qualidade, sem interrupções e sem afetar as demais necessidades básicas, essenciais a uma vida digna, respeitando as culturas, e ainda que não tragam danos no presente nem no futuro ao meio ambiente.

Podemos afirmar então que uma das estratégias para garantir a Segurança e a Soberania Alimentar às famílias dos produtores de uva e banana, vinculados à CODESF, tem sido a renda proveniente do seu trabalho. Portanto, essa renda exerce um papel de fundamental importância para manutenção das despesas da família. Quando questionamos sobre a composição da renda familiar, obtivemos os seguintes resultados, vejamos:

[...] É composta através da produção, vem da agricultura. [Totalmente da agricultura?] Não. Totalmente não, porque papai é aposentado e ele tem hoje dois salários mínimos. Noventa e nove por cento da renda vêm da agricultura. (UVA e BAN. 01, p 06)

[...] Vem do sítio, a minha esposa trabalha. [A renda proveniente da sua produção é maior que o somatório da renda familiar?] Eu não sei lhe dizer assim,

⁵¹ Termo muito utilizado para se referir à classe subalterna nos estudos da pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, Maria Salett Tauk Santos.

porque eu acho que talvez seja a mesma coisa. [O que o senhor costuma comprar com a renda da sua produção?] Para minha sobrevivência e para própria manutenção do sítio. (UVA e BAN. 04, p 128)

[...] A renda da minha casa vem da pequena propriedade que tenho e das feiras que faço. (UVA 01, p.39)

[...] Vêm da uva e da banana. [Essencialmente da uva e da banana?] É, e do negócio que eu tenho, ferragem. (UVA e BAN. 05, p.121)

Os depoimentos seguintes revelam que, apesar da renda proveniente da produção ser importante, são utilizadas estratégias para garantir a sobrevivência da família, o que vai se refletir, de modo positivo, na organização e composição do orçamento familiar.

[...] Olhe veja só. Porque a minha família ela não vive totalmente da agricultura, eu sou professor e também agricultor. Meu pai, ele é agricultor, minha mãe professora, e minhas irmãs, professoras também, então, a gente tem conciliado a renda do sítio, da uva e da banana com os outros meios. [Entre o somatório das rendas da educação e da agricultura, qual é a maior?] Sem dúvida nenhuma, a da educação. Porque olhe, a gente hoje, a gente concorre, com muita dificuldade nós temos até uma mercadoria boa, de qualidade, mas o que eu lhe digo, nós não temos para onde colocar, para onde escoar, então nós somos obrigados e sujeitos a vender aos atravessadores, então o nosso lucro é pouquinho, é só aquela coisa só pra se manter mesmo vivo, porque assim, melhora até o momento, só quando a cooperativa começar a funcionar. [Como você administra a renda proveniente da produção?] A minha renda, que vem da minha produção, eu uso para manter o sítio. [...] olhe, quando é da banana ainda tiro, da uva basicamente não paga, porque é o seguinte, quando venho para atravessadores quando eu vou pra uma nova poda, uma nova colheita, basicamente o que veio, vai. [...] teve um momento em que eu não tinha a educação, eu tinha só a parte do sítio, mas era aquela coisa, eu tive que ser o peão, ser o trabalhador, ser tudo, porque o que nós tínhamos de renda, não dava pra colocar uma pessoa para ajudar, então é aquela coisa se arrastando, apenas para ir tocando aquilo mesmo. (UVA e BAN. 02, p.16)

[...] A renda da minha família, a banana ajuda, é uma área pequena, eu sou um pequeno produtor, aonde a área melhor que eu produzo são sete hectares de banana, então, com sete hectares de banana, se eu disser que dá para uma família viver, no momento não dá, eu estaria mentindo, então não dá, é um complemento, é uma ajuda, pela maneira que a gente aqui está se virando, limpo o sítio e passa quatro, cinco meses sem fazer nada, só colhendo, não banana de primeira. Então, meu rendimento é essa banana e turista, eu vivo de turismo, a renda da minha família é turismo. (ART.03, p.26)

No caso do segmento do artesanato, o cenário não se apresenta de modo diferenciado. Dando sequência, ao questionarmos sobre a composição da renda familiar, obtivemos seguintes depoimentos:

[...] É o salário do marido e as vendas dos produtos, quando a gente vende, que não é nem sempre, e enfim é um extra de alguma costura que agora não tem muito tempo, porque fico mais lá. [Então, além das atividades com o grupo, você ainda costura?] É, só que eu não tenho muito tempo, mas por conta que o artesanato agora tira mais tempo, rouba mais o meu tempo, aí para que não sacrifique muito lá, aí não sacrifico em casa também, sacrifico em algumas coisas, é na questão financeira, se eu tivesse costurando em casa teria toda semana costura, aí assim, mas aí é um sacrifício que eu sei que logo, logo vai ser compensado. [A renda do artesanato é maior ou menor do que o somatório da renda da família?] Menor, bem menor. (ART. 01, p.87).

No relato da artesã (ART.01), apesar da renda proveniente do artesanato ainda se apresentar como insuficiente para manutenção das despesas familiares, a entrevistada esclarece a importância que essa renda tem para o orçamento familiar, possibilitando o investimento na educação da família.

[O que você compra com a renda que vem do artesanato?] Seria assim mais ajuda para os meninos mesmo, para as crianças grandes, é mais assim um investimento neles, assim na questão de educação, assim para eu, como mãe, a gente sempre se esquece da gente um pouco, mas assim, é mais na questão da educação deles mesmo. [...] Seria assim, material, não vou dizer material escolar, mas assim, na questão de um computador para eles, para melhorar na educação.

Na continuidade de seu relato, a artesã menciona o investimento na alimentação e na moradia, oriundo da venda de seu produto. Podemos observar também que o uso da tecnologia aparece como uma possibilidade de investimento na educação.

E alimentos também, mas assim é pouco, na questão assim de livros, assim um curso, que eu já paguei um curso de informática para eles, assim seria nessa área. [Quais os bens ou serviços que você e sua família adquiriram desde que você iniciou o seu trabalho na cooperativa, levando em consideração o trabalho que você faz? [...] Olha foi o computador, assim, o celular para os meninos, aí, deixa eu ver o que foi mais, ajudou na reforma da casa também, porque o dinheiro é bem, se não fosse, de alguma forma o artesanato assim viabilizou isso, até porque eu dei um curso fora, se eu não tivesse aí, através do processo assim de dedicação mesmo e aí eu já dei um curso, fora isso já deu um retorno. [E o que é que você pretende adquirir e ainda não adquiriu?] Seria um carro, eu pretendo, depois desse curso técnico, se Deus quiser eu fazer a faculdade de administração.

No relato seguinte, observamos que, apesar da renda do artesanato ser pequena, a entrevistada salienta a diferença que faz se a mesma não existisse para manter as despesas familiares, já que a aposentadoria aparentemente apresenta-se como insuficiente.

[...] Só tem o meu. Por que eu sou aposentada, do meu aposento eu fiz empréstimo, aí pronto, desse empréstimo já recebo menos, que eu queria consertar minha casa, aumentar minha casa, ajudar um filho que estava precisando, aí fiz empréstimo, aí a renda já é pouca. [Então a renda que a senhora recebe do artesanato é mais ou é menos do que a sua aposentadoria?] É menos. Tem mês que, nem cem reais, não sai. [O que a senhora costuma comprar com o dinheiro que vem do artesanato?] Pronto, assim eu pego cinquenta, sessenta, setenta, no final do mês sai pouco, pronto, outro dia eu cheguei com setenta reais, a filha disse: minha mãe, o bujão secou; eu disse: vai ali buscar um bujão, eu estava com o dinheiro na mão, peguei o dinheiro, mandei buscar um bujão de gás. (ART.02, p.50)

Outro fator que chama a atenção no relato da entrevistada ART.02 é a possibilidade da aquisição de alimentos e vestuário para a família. Vejamos:

às vezes, eu compro qualquer coisa para casa, compro comida, compro uma roupa que está precisando, tanto para mim como para um filho, ou então uma neta, assim. [O que a senhora pretende comprar com a renda do artesanato que ainda não comprou?] O que eu queria comprar agora era uma televisão, mas o dinheiro não deu, aí não comprei. [...] muitas vezes, quando eu chego com dinheiro, aí no sábado estou com dinheiro, aí eu mando uma filha que eu tenho aí em casa para o mercado, toma aí, tem dinheiro, vai embora comprar, aí elas vão, compram o que elas querem e traz para gente passar a semana.

No caso da entrevistada ART. 03, apesar de a renda ser concebida como pequena, se comparada à do seu esposo, aquela proveniente do seu trabalho também assume um papel importante nas despesas da família. O depoimento seguinte ilustra essa observação:

[...] Meu esposo é funcionário público, ele é funcionário da prefeitura e eu trabalho no artesanato, assim, que eu não tenho outro trabalho, o trabalho no artesanato e gosto. [A renda que vem do seu trabalho é maior ou menor do que a renda do seu esposo?] É menor, mas com ela eu compro uma roupa, um calçado. O alimento já é o esposo e as outras, a gente compra sim, coisas que às vezes está faltando em casa, a gente vai e compra, sem precisar de incomodar o esposo. Sem precisar de pedir a ele, isso já supre as necessidades por fora, isso com o dinheiro que a gente ganha. Às vezes, a gente está precisando de um dinheiro, às vezes, aquele dinheirinho chega na hora certa, a gente já paga aquilo, já é uma boa. Por acaso, meu sapato tava meio, estava bonzinho, mas eu tava querendo outro, foi em janeiro, aí a gente recebeu um dinheiro, em janeiro, início do ano, aí eu peguei o dinheiro, dei a entrada do sapato, somente a entrada, a isso já serviu, e o resto o esposo arcou com as despesas. [Quais os bens e serviços que você e sua família adquiriram depois que você começou a trabalhar na cooperativa?] eu não paguei totalmente o sofá com o dinheiro de lá, mas a entrada foi de lá porque, quando eu recebi, aí eu disse: duzentos reais vai ser a entrada do meu sofá, aí eu dei a entrada e ele ficou pagando o resto. Eu já paguei a mensalidade do meu filho. [O que é que você pretende comprar que ainda não comprou com o dinheiro do seu trabalho?] Eu quero um armário de parede, eu tenho planos de comprar, porque eu tenho dois armários, mas não é esse de parede. Eu tenho planos de comprar, e quem sabe que eu não compre com dinheiro da cooperativa. (ART.03, p. 61-62).

No decorrer da pesquisa, observamos que na maioria dos casos (ART.01; ART. 02; ART.03; ART.04; ART.05; ART.06 ART.07), a composição da renda familiar não depende exclusivamente da produção do artesanato. Entretanto, o destino que é dado a esse recurso influencia bastante na organização financeira da família. Além do que já foi exposto pelas artesãs em relatos anteriores, destacaremos a seguir depoimentos que revelam como o recurso proveniente do trabalho com artesanato está sendo investido.

Os próximos relatos sugerem uma reflexão sobre a influência da sociedade de consumo para usufruto da renda:

Eu compro besteira, eu compro, o último mesmo, eu comprei um gloss, comprei uma blusa. Pronto, gloss, blusa, compro roupa, às vezes mesmo eu separo, quando é uma quantia maior, eu pago uma conta, mas quando é uma quantia pequena, eu gasto todinho com besteira. [Quais as contas que você paga com a sua renda?] Tipo roupa, calçado, ajeito meu cabelo, bem assim, só isso. Ou casa, assim, se tiver faltando alguma coisa em casa, alguma alimentação, eu estando com o dinheiro, aí eu compro, mas isso é raro, é mais coisa comigo mesmo. (ART.04, p.74)

Os depoimentos das entrevistadas (ART.04 e ART.05) revelam a influência da sociedade de consumo para obtenção de artigos, tidos como supérfluos, principalmente ao destacarmos a prioridade da entrevistada (ART.05) na aquisição de um celular, roupas e sapatos e não ter priorizado a compra de uma cama. Do mesmo modo, podemos observar o depoimento da artesã (ART.04).

[...] A renda que eu recebo, assim, eu consumo comigo mesmo, assim, na compra de roupas, para mim, assim, eu foco mais nisso, compro roupa para mim, meu uso pessoal, comprar minhas coisas [...] um celular, aí assim, e vim pagando com o dinheiro que eu recebo aqui no Fio e Renda. Só comprei agora, há pouco, um celular. Comprei assim, no sentido de roupas, essas coisas assim, para dizer que comprei outras coisas, não, calçados, só assim. [...] Eu tava pensando, no momento eu estava pensando em comprar minha cama, essa é minha expectativa, é essa feira. (ART.05, p.99)

Esse contexto pode ser revelador da demanda apontada na IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Salvador/BA, em novembro de 2011: “realizar campanhas públicas e com ampla divulgação nos meios de comunicação e ações educativas permanentes e organização e planejamento do orçamento doméstico”. (BRASIL, 2011 p. 29).

Os depoimentos seguintes destacam que, além do consumo de terminados artigos e produtos que são disponibilizados na sociedade de consumo, num primeiro momento percebemos que existe a preocupação que parece ser a de garantir o consumo de produtos essenciais à existência - como é o caso da alimentação.

[...] Eu, a única coisa que comprei foi os meus dentes e algumas coisas assim, roupa, essas coisas eu comprei, não foi muita coisa não. [...] compro alguma coisa de comida, mas alimentação, a última agora, foi do meu pai [o pai tinha falecido por volta dos últimos dias] , o resto agora tem que se virar, agora, de hoje por diante. [...] a única despesa foi meus dentes, mas estava com o dinheiro já garantido, só comprei assim, roupa, roupa algumas, coisas para cabelo, algumas coisas assim. Espero que dê para eu comprar essas coisas que eu mais preciso, assim, como assim móveis, essas coisas que eu preciso, mas eu acho que está um pouco meio difícil, mas a gente chega lá. (ART.06, p. 108)

[...] Eu compro roupa, sempre coisa assim, não é comida, é roupa, sapato uma coisa assim. Mas quando falta as coisas em casa eu compro, se faltar comida eu já compro, assim, no final do mês sempre já tem dificuldade, aí o dinheiro acaba e eu já tendo o meu, já compro aquilo ali. [... Com meu dinheiro eu compro coisa para casa, quando precisa, eu comprei ultimamente um sofá que o meu estava velho, foi com o meu dinheiro, já comprei, comprei um rádio, comprei a mesa, ultimamente eu comprei a mesa, é tudo assim com meu dinheiro daqui, aí eu compro as coisas. [O que a senhora pretende adquirir que ainda não adquiriu com o recurso do seu trabalho?] Eu pretendo comprar uma geladeira, não consegui ainda. (ART.07, p.110)

Os relatos dos produtores de uva e banana trazem a seguinte representação:

[...] Para minha sobrevivência e para própria manutenção do sítio. (UVA e BAN. 04, p.120)

[...] O básico, o necessário para viver Não tem muito luxo não, mas dá para conseguir. [O que seria esse básico?] É ter um carro para andar, uma casa para morar e alimentação normal para se alimentar bem. (UVA e BAN. 05p. 121).

Esses dois últimos depoimentos representam como o trabalho e a geração de renda pode favorecer a garantia do acesso a uma alimentação às famílias do contexto dos produtores de uva e banana. O que revelam a relação que se estabelecem entre a geração de renda e a possibilidade de garantia da SAN.

Essa problemática que envolve a renda e o consumo também nos levou a questionar: quando, onde é realizada a aquisição de produtos e artigos como vestuário, calçados, utensílios, entre outros? A grande maioria dos/as entrevistados/as afirmou realizar suas

compras no próprio Município e São Vicente Férrer⁵². Essa prática pode então estar potencializando o desenvolvimento da economia local.

Em relação à periodicidade de compra os relatos apontaram que a mesma é realizada sempre que se faz necessário, com destaque para os momentos de festas (Festival da uva e banana – que acontece uma vez por ano -, São João, Natal, etc.). Em relação aos dados sobre periodicidade de execução da compra de determinados produtos e artigos de consumo, os mesmos podem ser questionáveis, uma vez que demandam um estudo mais profundo, a fim de identificar como está organizado o orçamento familiar, para enfim planejar e viabilizar o momento da compra de acordo com as reais necessidades da família.

2.1 O consumo e os hábitos alimentares dos/as cooperados/as da CODESF

A garantia de uma alimentação adequada de qualidade em quantidade suficiente, que atenda à demanda da população, apesar de ser um direito humano, pode ser considerando um desafio nos dias atuais para muitas famílias de contextos populares, seja pela dificuldade em relação ao acesso ao trabalho e a renda ou pela falta de educação para o consumo.

Dentre as iniciativas que têm sido utilizadas como estratégias, para geração de trabalho e renda podemos citar as formas associativas, cooperativas reveladas com base nos princípios da Economia Solidária, das quais, situamos a CODESF como proposta de nosso estudo.

Ainda sobre a questão da alimentação adequada, quando nos referimos à educação para o consumo, de acordo com a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Fortaleza/CE, em julho de 2007, expressam-se a seguinte demanda: “Promover a educação para o consumo sustentável e consciente em diversos setores da sociedade, em especial nas escolas, associações comunitárias e instituições ligadas à defesa do consumidor.” (BRASIL, 2007, p. 45). Ao nos reportamos à situação atual da CODESF, percebemos que a cooperativa pode ser considerada um espaço de concretização dessa demanda.

Para tanto, durante a realização da pesquisa (no momento de coleta de dados dos quais, vários já foram revelados) na CODESF, percebemos como a questão da SAN se

⁵² Alguns casos isolados afirmaram se direcionar ao polo de confecção do agreste e outros municípios próximos como Timbaúba e Macaparana, alegando uma maior diversidade de opções para a compra.

apresentou fortemente relacionada à possibilidade de acesso à renda, tanto quanto vinculada à proposta de desenvolvimento local sustentável, exposto nesse estudo.

Ao nos debruçarmos em reflexões sobre o consumo de alimentos, na tentativa de realizar um diagnóstico inicial, embora superficial, dos hábitos alimentares das famílias dos/as cooperados/as, obtivemos os seguintes resultados:

Ao questionarmos sobre os hábitos alimentares, os depoimentos revelaram:

[...] Nós temos hoje na nossa rotina mesmo. Hoje nós temos o suco de uva porque, ao invés de a gente estar comprando polpa, antes a gente tem o suco natural de casa e comprava polpa ,não sabe quem tava comercializando, quem estava produzindo e hoje a gente compreendemos que a gente tem que dar valor ao nosso produto, e muitas vezes a gente deixava de tomar o nosso suco para comprar uma coca-cola. [Tem mudado alguma coisa nos hábitos alimentares da família nesses últimos anos?] Tem, nós mudamos porque tudo, eu era viciado no final de semana, comer pizza, pizza e coca-cola na sexta, sábado e domingo, lá em casa a coca-cola vadiava, mas hoje não, hoje é muito difícil entrar um refrigerante. [Que tipo de alimento não pode faltar nas refeições da família?] É o feijão, a carne e o cuscuz, a salada. (UVA e BAN. 01, p. 07)

O depoimento do entrevistado (UVA e BAN. 01) nos aponta quanto o consumo da produção passou a ser valorizado pelo produtor e sua família, da mesma forma que esse processo pode estar sinalizando um caminho para efetivação da SAN. No momento em que questionamos sobre a produção, o referido entrevistado também revelou produzir alimentos destinados apenas ao autoconsumo da família, dos quais mencionou o feijão, os vegetais, o queijo, a coalhada e a manteiga.

O depoimento seguinte nos revela a influência que a SAN pode proporcionar sobre a geração e o aumento da renda.

[...] Passou, por que assim a renda aumentou um pouquinho, aí a gente sempre tem comprado mais frutas, mais verduras, porque agente tenta ter uma alimentação saudável, mas, infelizmente o custo é bem mais alto, aí, então a gente tem comprado. (ART.01, p.90)

A artesã (ART.01) destaca, em seu depoimento mais adiante, um pouco dos hábitos alimentares de sua família. Nesse caso específico, é importante salientar que a entrevistada e sua família dispõem de uma pequena produção de vegetais, os quais são inseridos na dieta alimentar de toda a família.

[Quais são os tipos de alimentos que não podem faltar nas refeições da família?] *Carne e feijão. Mas não tem assim uma coisa específica não, sempre assim, a gente varia, aí, assim é carne, é peixe, apesar de que tem dois aqui que não gosta de peixe, mas sempre a gente varia, não é assim aquela coisa que tem que ter feijão, arroz, carne, não tem que assim sempre variar, é carne, é peixe, é frango sempre, mas a salada também tem que ter.*

O entrevistado seguinte é enfático quando afirma que seus hábitos alimentares e de sua família têm mudado. Assim ele destaca:

[...] Mudou, depois do casamento, a minha esposa, ela se preocupa muito com a saúde. E mudou depois desses dois anos, ela se preocupa em termos de saúde, assim, por exemplo, uma comida gorda e tal, isso aí ela já cortou. Comemos bastantes frutas e verduras. Porque uma comida rica não é você comer um estrogonofe todo dia, um peru com arroz, mais um feijãozinho com arroz, uma carne grelhada, bastante fruta, ou melhor, bastante verdura com frutas, isso aí é um alimento saudável, um suco natural. [Quais são os tipos de alimentos que não podem faltar nas refeições?] O que não tem faltado aqui é café, a gente só não toma no almoço, mais sempre no café da manhã e na janta café, o café em si. É o queijo, o pãozinho. Aí, isso aí não falta. (UVA 01, p.41-42)

O depoimento seguinte também salienta a importância da sua produção para a dieta alimentar da família.

[...] Nesses últimos anos, nesses últimos dois, três anos a gente tem consumido mais produzidos por nós, aqui da nossa própria propriedade. [Quais são os tipos de alimentos que não podem faltar nas refeições da família?] O feijão, o arroz, a carne e a verdura e o complemento, um sucuzinho, suco de uva. (UVA e BAN.02 p.17)

Os depoimentos seguintes também revelam um pouco dos hábitos alimentares dos entrevistados:

[...] Verduras, não pode faltar o feijão, o arroz, o macarrão, a carne e a verdura. (UVA e BAN. 03, p.65) [...] A banana muito pouco, consome mais as verduras e a macaxeira. (UVA e BAN, 03, p.27)

O relato do entrevistado (UVA e BAN. 03) também salienta um esforço de sempre manter uma alimentação equilibrada. Essa situação não se apresenta de modo diferenciado para os próximos depoimentos:

[...] O pão, o pão, o café e o leite, assim, uma bolacha também é muito consumido, só; no almoço feijão, arroz, carne, salada; [Vocês costumam consumir frutas e verduras sempre?] Todos os dias, salada é bom demais. (ART.05, p.101)

[Quais os alimentos que não podem faltar nas refeições da família?] Que é o feijão, macarrão, a carne, é necessário. [Sua família consome frutas e verduras?] consome, toda semana tem que ter frutas e verduras. Tem que ter. (ART.06, p.108)

[...] É o feijão, arroz, macarrão, a farinha, o café também, porque se ficar sem, o meu pai me mata, o fubá, o sal, pronto, a bolacha, o óleo, o restante a gente se vira, e nem a carne. [A sua família costuma consumir frutas e verduras?] Pronto, frutas também, frutas e verduras, de comida feijão, arroz, macarrão, carne, farinha, tudo básico, ou seja, como diz o pobre, o grosso, pronto, o resto, a gente se vira. (ART.04, p.76)

Percebemos então que os depoimentos aqui revelados trouxeram elementos para refletirmos sobre a organização dos alimentos na dieta dos produtores e de suas famílias, na perspectiva da SAN. Como também é importante ressaltar que os/as mesmos/as entrevistados/as que salientam tentar proporcionar uma alimentação saudável para as suas respectivas famílias informaram que o consumo de produtos industrializados que se distanciam da lógica da SAN ainda está presente na dieta alimentar dessas famílias. Esse cenário nos leva a refletir sobre a demanda, apontada inicialmente pela III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, estarmos conscientes de como é importante viabilizar a educação para o consumo, e que essa proposta seja acessível a todo contexto societário. Um dos caminhos para se pensar nessa proposta de educação para o consumo pode estar relacionado à valorização da produção de alimentos locais, o que poderá influenciar também na promoção do desenvolvimento local e na efetivação da Segurança Alimentar e Nutricional.

Diante do exposto, nos arriscamos em socializar alguns posicionamentos relacionados às mudanças que têm ocorrido na dinâmica familiar dos/as cooperados/as nos últimos anos, a partir do envolvimento com a CODESF.

[...] Com certeza. Assim de alimentação, assim sempre entra um extra, um dinheiro extra, a gente sempre é na questão assim de vestuário também, é na questão assim de convivência, de viagens, a gente assim aprender a trabalhar em grupos, tudo isso assim da convivência, você ver a necessidade do outro e você aprender como é, assim tem mudado muito, você ver assim o problema do outro com outra visão, talvez você não tivesse envolvido, você poderia ter outra visão de necessidade, acho que é isso. (ART. 01, p.91)

Podemos perceber então que o depoimento da ART. 01 faz alusão ao aumento da renda, e à possibilidade de melhoria nas condições para acesso ao alimento, e assim poder contribuir para a qualidade da alimentação da família. O que nos direciona a refletir sobre a proposta do nosso problema de pesquisa.

[...] Estamos muito bem. Por que sempre eu recebo o dinheiro do artesanato, aí com o meu, já ajudo melhor. (ART.02, p.53)

[...] Eu creio que sim, porque tem entrado uma rendinha e a gente com aquilo, creio que melhorou. Só que eu acho que deveria, eu queria que melhorasse mais ainda, que a gente ganhasse um dinheiro melhor, que às vezes, tem mês que a gente tem nem aquele, porque não entra mesmo, mas eu queria muito e espero que melhore para que a gente possa continuar, e que o grupo também cresça, através desse grupo venha crescer também. (ART.03, p.66)

[...] É, hoje eu já compro as minhas coisas e às vezes, dá para ajudar em casa. (ART.01, p.101)

Os últimos depoimentos também destacam que o acesso à renda tem proporcionado mudanças positivas na dinâmica da organização financeira familiar.

O relato seguinte já faz menção à promoção de mudanças em relação à questão da possibilidade de acesso ao conhecimento e à qualidade de vida⁵³ de sua família.

[...] Melhorou na fase de educação, ter conhecimento, na tecnologia, hoje nós temos produzido mais, nós temos hoje redução de insumos, porque antes da cooperativa, a gente não conhecia. A gente pra produzir, tinha em média antes vinte e sete aplicações de defensivos agrícolas, enquanto caiu até para oito, dependendo da safra, aliás, do período. [Em que sentido a sua vida e da sua família tem melhorado?] Tem sim, a nossa vida melhorou devido à qualidade de vida, nós temos melhorado em qualidade de vida porque hoje a nossa preocupação é ter mais qualidade de vida, então o que melhorou foi que usava muito produtos industrializados, hoje nós damos valor mais ao nosso produto natural. (UVA e BAN. 01, p.08-09)

Para o entrevistado seguinte, o processo de mudança se dá a partir da contribuição da Embrapa e a possibilidade de fortalecimento da cooperativa. Vejamos:

[...] No momento tem sim, mas eu acho assim, mais por conta da Embrapa, com o que ela nos ensinou no campo. Eu acredito o seguinte: que no caso, seu estivesse no roçado, eu estivesse lucrando mais. Eu sei que a gente tem que investir, no caso, o que eu estou fazendo, eu estou investindo, eu acredito na cooperativa, eu estou investindo em termo de cooperativismo, mas até aqui eu não tive nenhum resultado, mas eu ainda estou lutando junto com os colegas. E tem pessoas que têm cargos em órgãos Estaduais e Federais, que falam e aconselham, porque essas pessoas já têm experiência e passam para a gente. Se em outros lugares deu certo, por que não em nosso município não vai dar? Eu acredito muito, viemos a ter bons resultados. (UVA. 01, p. 43)

No depoimento seguinte, a questão do acesso à educação aparece novamente:

[...] Com a educação, tem melhorado, eu acredito que 70%. [Se não houvesse a renda proveniente da educação] Bom, tranquilamente não, mas assim, com alguma dificuldade. (UVA e BAN. 02, p. 18)

⁵³ Fica claro que a questão da qualidade de vida para o entrevistado está relacionada à possibilidade de uma alimentação mais saudável. Entretanto, sabemos que a questão da qualidade de vida nos remete à reflexões mais profundas e complexas. Contudo, na perspectiva do entrevistado, podemos fazer uma relação, mesmo que ainda superficial, com a proposta da Segurança Alimentar e Nutricional tratada nesse estudo.

Apesar de alguns relatos apontarem impressões positivas em relação às mudanças que têm ocorrido na dinâmica cotidiana dos/as cooperados/as, alguns depoimentos trazem uma sobrecarga de incertezas, inquietações e questionamentos no que se refere à realidade vivenciada pelos/as mesmos/as.

[...] Minha expectativa é que vai melhorar, mas até agora... (UVA e BAN. 03, p. 28)

[...] Porque a gente vai começando nos negócios, vai evoluindo, mesmo às vezes devendo, mas melhora. (UVA e BAN. 05, p.123)

[...] Até que tudo estava caminhando, mas com o falecimento do meu pai, agora está difícil. (ART.06, p.108)

[...] Eu acho que sim. Porque até algumas coisas por aqui tem até melhorado, sistema de transporte, essas coisas. Pior não ficou não. (UVA e BAN. 04, p.130)

Esses posicionamentos expostos denunciam as dificuldades que ainda estão presentes na cooperativa. Entretanto, sabe-se que esse cenário pode ser palco de mudanças. O que nos instiga em saber: como estará organizada a CODESF daqui a alguns anos? Será que suas dificuldades serão superadas?

Nesse capítulo discutimos sobre a caminhada da CODESF, apontando desafios e perspectivas futuras em sua trajetória, na busca pela sua efetivação como iniciativa coletiva solidária. Também evidenciamos reflexões sobre suas implicações no âmbito da proposta da Segurança Alimentar e Nutricional.

CONCLUSÃO

Retomemos a questão-síntese do problema de nossa pesquisa, qual seja: como a Economia Solidária tem contribuído para a Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do desenvolvimento local? A partir daí definimos como objetivo geral: analisar a Economia Solidária como possibilidade para a promoção do desenvolvimento local e da segurança alimentar e nutricional. Como objetivos específicos, definimos: a) analisar o papel dos segmentos produtivos de organizações associativas à luz dos princípios da Economia Solidária. b) analisar práticas de organizações associativas que favoreçam a promoção do desenvolvimento local, destacando as suas contribuições para a Segurança Alimentar e Nutricional. Neste contexto, decidimos desenvolver um estudo de caso, centrado-nos na Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável de São Vicente Férrer – CODESF, no Município de São Vicente Férrer, em Pernambuco. Em seguida, desenvolvemos os procedimentos metodológicos inerentes à pesquisa de natureza científica: construção de referenciais, definição da amostra, coleta e análise de dados, entre outros.

A seguir, sintetizamos elementos que a pesquisa produziu como resposta à pergunta acima retomada:

1. O estudo desenvolvido dá margem a caracterizar a CODESF como uma reação para minimizar os impactos provocados pelo sistema capitalista de produção no contexto neoliberal, o qual exclui o/a trabalhador/a de todas as possíveis formas de ascensão social. Isto nos remete a pensar de modo mais concreto, sobre a importância das iniciativas coletivas com base na Economia Solidária para a promoção do desenvolvimento local e da Segurança Alimentar e Nutricional. Constatamos evidências da conscientização de que a cooperativa pode ser um veículo para melhorar a situação de vulnerabilidade dos produtores da localidade em detrimento das relações do modo de produção capitalista, inclusive com manifestações de preocupação com o seu próximo.
2. A pesquisa revelou também iniciativas, mesmo incipientes, com base na articulação coletiva, o que parece se configurar uma reação ao capitalismo contemporâneo que exclui, explora e concentra maior parte

do capital no poder de poucos, gerando uma precarização das relações de trabalho. Em particular - o segmento do artesanato -, observamos que, além das reuniões que acontecem diretamente na cooperativa, de modo pontual, o grupo tem, na medida do possível, se articulado também na realização de reuniões direcionadas apenas ao grupo que as compõe.

3. Ao concebermos os valores da Economia Solidaria como algo importante para a construção das relações no trabalho, percebemos, ao longo da pesquisa, que na CODESF o segmento do artesanato se destaca em meio às suas práticas, com base nos valores da solidariedade, confiança, ajuda mútua e respeito ao próximo. A construção dessa relação tem possibilitado a motivação e o prazer no momento da execução do trabalho no grupo. Esses valores e dinâmicas se apresentam, portanto, convergentes com os princípios e valores da Economia Solidária. Quando nos referimos, no entanto, aos segmentos dos/as produtores/as de banana e de uva essa realidade ainda se apresenta fragilizada. Entretanto, não podemos negar o esforço dos/as líderes que se apresentam atuantes em toda a dinâmica da cooperativa. Tais constatações parecem corroborar a compreensão da Economia Solidária como uma contribuição para as condições de segurança alimentar e nutricional e para o desenvolvimento local.
4. Ao longo da realização da pesquisa também nos deparamos com alguns desafios e dentre eles, destacamos a necessidade de garantir uma maior participação dos atores locais, vinculados/as à cooperativa, enquanto organização coletiva, que é apenas um espaço que não deve se restringir a questões referentes ao processo de comercialização, mas também como espaço de articulação política, discussões coletivas para tomada de decisão, com vistas às mudanças em prol de uma coletividade.

5. No que concerne à Extensão Rural, tratando-a como assistência técnica, aparece como uma demanda constante nos três segmentos da Cooperativa, mormente para os produtores de banana e uva, inclusive com indicações de que seja atrelada ao processo de produção com base numa proposta menos agressiva ao meio ambiente, ou se reportando à lógica da agroecologia, o que vai envolver, não somente a questão ambiental como também a estruturação das relações de produção, com base nas relações mais equitativas e solidárias, sugerindo-se que se possa pensar numa ação articulada entre parcerias nas esferas municipal, estadual e federal, por meio da atuação das políticas públicas, contemplando também o processo de comercialização. Ou seja, contextos que sugerem fortes relações entre Extensão Rural, Assistência Técnica, Educação, Cultura Desenvolvimento Local e Segurança Alimentar e Nutricional.
6. No caso dos produtores de uva e banana a assistência técnica deve se ligar ao controle da qualidade e à preocupação com o uso dos defensivos agrícolas, na perspectiva ambiental. É sabido que tais perspectivas influenciam de modo positivo na saúde dos produtores que têm contato direto com esses produtos tóxicos, e também influenciam no consumo de agrotóxicos por parte dos consumidores da uva e banana. Analisando as práticas de Extensão Rural e de Assistência Técnica, algumas falas evidenciam que elas têm se restringido à viabilidade do acesso ao crédito, o que parece representar uma avaliação significativa das políticas públicas, seja em atuação na situação estudada, seja na ausência delas.
7. A busca por uma alimentação saudável parece estar presente nas preocupações cotidianas dos/as cooperados/as. As falas revelaram que, na medida do possível, as famílias têm buscado balancear a alimentação. Nesse aspecto, concebemos de grande importância os depoimentos de alguns produtores de banana e de uva, os quais têm procurado priorizar produção de determinados alimentos que compõem

dieta alimentar da família. Também é de grande importância destacar que algumas artesãs dispõem de pequenas hortas, cujos alimentos são direcionados ao consumo da família. Entretanto, essa relação com a questão alimentar ainda demanda um comprometimento das políticas locais, a fim de discutir sobre a educação para o consumo não apenas no contexto da cooperativa, mas com toda a população local.

8. A possibilidade de geração de renda a partir da inserção na cooperativa – no caso do segmento do artesanato -, tem se apresentado como um aspecto positivo para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, de modo que tem permitido o acesso e a diversificação de alimentos na dieta familiar, tanto quanto o consumo de outros bens e serviços necessários para garantia de uma vida digna para os/as cooperados/as e suas famílias.
9. Ao tratar a categoria produção, relacionando-a com renda, pode-se observar que segmento do artesanato se destaca pela produção de variados tipos de peças, ou seja, são três linhas de produção: decoração, artigos natalinos e acessórios femininos, tendo-se como matéria prima os troncos das bananeiras existentes em abundância no Município de São Vicente Férrer. Assim, trabalham-se potenciais endógenos para promoção de renda, de desenvolvimento local, que, de certo modo, favorecem a Segurança Alimentar e Nutricional.

Outros aspectos revelados pela pesquisa:

- a) a influência da questão político-partidária no município, dado talvez ao seu próprio tamanho, e a participação de gestores municipais na origem da cooperativa, cuja influência se faz presente e muitas vezes é forte a causa de conflito entre os cooperados/as.
- b) além da necessidade de pensar estratégias de comercialização para o enfrentamento dos atravessadores (no caso da consolidação e atuação da CODESF), essa comercialização também pode está

articulada no que concerne ao aproveitamento da produção local, que poderá estar sendo destinada à merenda escolar. Nesse processo, o uso de técnicas de conservação e beneficiamento da banana e da uva apresenta-se como estratégias para contribuir na formação de hábitos saudáveis a partir da valorização da produção local e para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional não apenas na cooperativa, mas também em todo município.

- c) no caso da comercialização do artesanato se faz necessário incentivos das políticas públicas voltadas às questões culturais para a valorização da cultura local. O turismo rural parece ser uma possibilidade, uma vez que o município de São Vicente Férrer conta com reservas ecológicas e uma bela paisagem para atrair o turismo rural. Nesse sentido o artesanato pode ser concebido como um elemento fundamental para atração dos turistas e para que a própria população local passe a valorizar o que o município pode oferecer. O que poderá incidir, efetivamente, no desenvolvimento local do município.
- d) a dificuldade ou quase impossibilidade de escutar as mulheres que integram os segmentos de uva e banana, deve ser objeto de estudo de maiores reflexões com vistas a investigações futuras à luz de questionamentos, tais como: o que significa suas fugas aos convites de entrevistas? Que significados podem ser encontrados em tais comportamentos como manifestação das relações de poder homem – mulher no processo de produção?

Para tanto, constatamos que a análise/discussão das questões/situações que conduzam à Segurança Alimentar e Nutricional na perspectiva do desenvolvimento local, com a mediação da Assistência Técnica/Extensão Rural não é algo fácil, pois vai envolver questões para além das atividades produtivas e de hábitos alimentares. O que vai desde o acesso à renda, ao desenvolvimento social, econômico e local até relações da formação de hábitos para o consumo. A iniciativa da CODESF, portanto, aponta uma passagem para a promoção de possibilidades para a efetivação do desenvolvimento local, mediante as iniciativas com base

na articulação coletiva – que nesse caso, nos referimos à Economia Solidária. Essa iniciativa ainda se apresenta de modo acanhado, mas com possibilidades para a promoção do desenvolvimento local e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Contudo, a pesquisa nos revela que todo esse processo tem indicado um caminho para a erradicação, ou talvez minimização das condições precárias de sobrevivência, as quais despontam rumo às possibilidades, mediante a geração de trabalho e renda, considerando a importância de intervenção dos/as atores locais a partir de iniciativas de base coletiva. Esse cenário, portanto, nos faz refletir sobre a gama de possibilidades de potenciais que o município de São Vicente Férrer, por intermédio da CODESF, apresenta para a consolidação do Desenvolvimento Local e da Segurança Alimentar e Nutricional.

Por fim, convém ressaltar a consciência dos limites de um estudo de caso como o que acabamos de apresentar. Isto implica na indicação da necessidade de novos estudos, abrangendo outros universos, outras situações para se construir, assim, explicações que validem as reflexões aqui presentes ou indicações desta conclusão. Além de outros universos e situações, indica-se também a necessidade de investigações que privilegiem o tema Estado, na relação com o cooperativismo e o artesanato, por exemplo, questionando aí as compreensões e representações sociais em torno do Estado, sua natureza e suas contradições, entre outros aspectos. De toda forma, o estudo que desenvolvemos nos proporcionou possibilidades de percepções mais objetivas em torno das relações que decidimos investigar entre Economia Solidária, Desenvolvimento Local, Extensão Rural e Segurança Alimentar e Nutricional. Reconhecemos, também, termos definido um objeto consideravelmente amplo, cuja amplitude compensada pela redução do universo da pesquisa: o estudo junto à CODESF.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda Cupertino. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização**. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

ANANIAS, Patrus. **Vencendo a Fome**. In: Segurança Alimentar e Nutricional – SAN: Trajetória e Relatos da Construção de uma Política Nacional. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Distrito Federal: 2008.

APPOLLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas S.A, 2004.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 7ªed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BOUMARD, Patrick. O lugar da Etnografia nas epistemologias construtivistas. **Revista de Psicologia Social e Institucional**. V. 1, n. 2. Universidade Estadual de Londrina, 1999.

BRASIL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, 2006a.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes, 2006b.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006c**. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16/06/2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: CONSEA. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2007.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2008a.

BRASIL. **Subsídios para a implantação de Sistemas descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional em Regiões Metropolitanas**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2008b.

- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: CONSEA. **Documento Base da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 2011.
- BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 21º ed. Petrópolis - RJ: Vozes e UNIJUÍ, 2000.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2006.
- CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CATTANI, Antônio David (org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CEDAC. Centro de Ação Comunitária. **O mercado, a mercadoria**. 2ªed. São Paulo: Loyola, 1982.
- CHARNOUX, Ofélia Maria Guazzelli. **Metodologia: processo de produção, registro e relato de conhecimento**. 3ªed. São Paulo: DVS, 2006.
- CHONCHOL, Jacques. **A soberania Alimentar**. In: Estud. V. 19, nº 55, São Paulo Sept./Dec. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05/05/2011.
- COELHO, Franklin. **Desenvolvimento Local e construção social: o território como sujeito**. In: Desenvolvimento Local: dinâmicas e estratégias. Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, Julho de 2001.
- CONSEA. **Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito a Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais**. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2010.
- COSTA, Christiane; PASQUAL, Mariana. **Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**. In: Democracia Y Ciudadanía En El Mercosur. LOM Ediciones/Programa MERCOSUR Social y Solidário. Santiago, 2006. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 12/06/11.
- CULTI, Maria Nezilda. **Economia Solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência Institucional**. Londrina: UEL, 2010.
- CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DESLANDES, Suely Ferreira. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.** In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DE JESUS, Paulo; BRYAN, Newton Antônio P. Economia Social na Comunidade Européia: consolidando uma cidadania? **Revista Internacional de Estudos Políticos.** V. 2, n. 2, UERJ, 2000.

DE JESUS, Paulo. **Inserção pelo trabalho e outras tendências da nova Economia Social na Europa.** Ciências Sociais, UNISINOS, São Leopoldo, V. 37, n. 159, 2001.

DE JESUS, Paulo (org.). **Economia Solidária em Pernambuco.** Recife: Bagaço, 2008.

DE JESUS, Paulo. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.** Recife: editora, 2006.

DEMO, Pedro. **Pobreza política.** 5ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

DUBEUX, Ana. **Economia Solidária: referências históricas e reflexos na atualidade.** Mulheres, Economia Solidária e Cidadania. Cadernos Feministas de Economia Política. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, nº5, 2009.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social. Um estudo sobre o programa a erradicação do trabalho infantil em Pernambuco.** Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

FERREIRA, Flávia Roberta Bronziado; MOURA, Erika Alencar de; ANDRADE, Silvana Luna; SILVA, Celiane Gomes Maia da. **Panorama da Alimentação e Nutrição nos municípios do Consad Itambé/PE.** Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad da Microrregião Itambé em Pernambuco. Relatório Final do Projeto referente ao Edital MCT/MDS/CNPq N°038/2008: Josué de Castro: Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD – Etapa 1 Mobilização e Planejamento. Recife, 2011.

FERREIRA, Verônica. **Reestruturação da produção e o mundo do trabalho das mulheres.** Caderno de textos gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável.** 2ª ed. Brasília – DF: Compukromus Editoração e Acessória Gráfica Ltda. Instituto de Política, 2000.

FRANCO, Augusto. **Pobreza e desenvolvimento local.** Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Economia Política. Rio de Janeiro: Centro Internacional de Celso Furtado, 2009.

GUESSER, Adauto H. **A etnometodologia e a análise da conversão e da fala**. V. 1, n. 1(1), UFSC, 2003. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 20/01/2012.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária**. Tradução: Nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. **Reestruturação produtiva, cidadania e gênero**. Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002.

HOFLING, Eloísa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cad. CEDES. V.21, n.55. Campinas, novembro, 2001. Disponível em: <[http://: www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 25/05/2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 05/01/2012.

IVO, Anete Brito Leal. **As Transformações do Estado Contemporâneo**. Caderno CRH, Salvador, nº 35, Julho a Dezembro, 2001.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, 2001.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do Saber: manual de ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA FILHO, Genauto C. de; MEDEIROS, Alzira;

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Leitão. **Trabalho e desemprego em Lagoa do Carro**. Bogotá: Territórios 13, 2005.

LEMES, Fabio Roberto Moraes. **Contribuição da Economia Solidária ao Desenvolvimento Local: Agricultores Familiares Feirantes e Associações de Catadores**. Dissertação apresentada ao mestrado em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, Unijuí, 2009.

LIMA, Renato. **Consumo e sociedade**. Recife: Prazer de Ler, 2007.

MAGNEN, Jean-Philippe (Org.). **Introdução**. Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. S/D. Disponível em: <[http://:www.forunsocialmundial.org.br](http://www.forunsocialmundial.org.br)>. Acesso em: 13/06/2011.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza, e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MARX, Karl. Processo de trabalho e Processo de Valorização. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MACIEL, Michelle Cristina Rufino (Org.). **A Economia Solidária e suas contribuições para o empoderamento das mulheres da Região Metropolitana do Recife.** In: Mulheres, Economia Solidária e Cidadania. Cadernos Feministas de Economia Política. Recife: Casa da Mulher do Nordeste. n. 05, 2009.

MISSOI, Eros Macion. **Agricultura Familiar, Extensão Rural e a Nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** In: Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.

MONTE, Carina Gêssica Irineu do; SILVA, Nailde Gonçalves da; SILVA, Etienne Amorim Albino da; ROCHA, Maria Alice Vasconcelos. **Produção Cultural e Artesanal nos municípios do CONSAD Itambé/PE.** Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad da Microrregião Itambé em Pernambuco. Relatório Final do Projeto referente ao Edital MCT/MDS/CNPq N°038/2008: Josué de Castro: Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD – Etapa 1 Mobilização e Planejamento. Recife, 2011.

MOREIRA, Crispim; PEIXINHO, Albaneide; MELO, Aloisio; VASCONCELLOS, Ana Beatriz; CAMPOS, Arnaldo Anacleto de; FABRO, Marcos Dal; PORTO, Silvio Isoppo. **Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional e da Implementação do Sistema Nacional.** In: Documento elaborado para o Encontro: III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 anos. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN resolução nº01, de 23 de Junho de 2009.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de Economia Solidária.** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PAULA, Juarez de. **Parcerias para o desenvolvimento.** Geração de trabalho e renda, Economia Solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

PINTO, João Bosco; DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. **Estado e Sociedade. Notas para um debate.** SUDENE – Grupo de Capacitação. Projeto SUDENE/PNUD – Apoio às Atividades de Treinamento do PAPP, 1988.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 1991-2000** Disponível em: <[http://: http://www.pnud.org.br/atlas/](http://www.pnud.org.br/atlas/)>. Acesso em: 06/06/2011.

REGINO, Fabiane Alves. **Tecendo a fibra da democracia no Sertão: um análise das ações políticas da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário na região Sisaleira – APAEB/VALENTE – BA.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RIVERO, Ricardo. **Os atravessadores e o ciclo do mercado de materiais recicláveis de Pelotas/RS – Brasil.** IV Jornadas do GT Mundos do Trabalho – RS. A Pesquisa do Trabalho – 1917, Noventa anos da Revolução Russa e das Greves Gerais no Brasil. Pelotas, 08 a 11 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br>>. Acesso em: 02/01/2012.

SANTOS, Graciete; BUARQUE, Cristina. **O que é gênero?** Caderno de textos gênero e trabalho. Salvador: REDOR, 2006.

SANTOS, Maria Salett Tauk; LIMA, Conceição Maria de. **Cooperativismo no desenvolvimento local: a recepção popular da Incubadora Tecnológica de Cooperativas da Universidade Federal Rural de Pernambuco.** Associativismo e desenvolvimento local. Recife, PE: Bagaço, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Danielle Batista da; MELO, Janaína Cavalcante de; SILVA, Nailde Gonçalves da; OLIVEIRA, Rozilene Coutinho de; SILVA, Maria Zênia Tavares da. **Participação Social e a Promoção da Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local.** In: Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad da Microrregião Itambé em Pernambuco. Relatório Final do Projeto referente ao Edital MCT/MDS/CNPq N°038/2008: Josué de Castro: Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD – Etapa 1 Mobilização e Planejamento. Recife, 2011.

SILVA, José Nunes da; SILVA, Silvana Xavier da; VALENÇA, Luiz Augusto França; ANDRADE, Silvana Luna de. **Perfil Agrícola dos Municípios do Território CONSAD Itambé/PE.** In: Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad da Microrregião Itambé em Pernambuco. Relatório Final do Projeto referente ao Edital MCT/MDS/CNPq N°038/2008: Josué de Castro: Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD – Etapa 1 Mobilização e Planejamento. Recife, 2011.

- SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: _____. **A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SINGER, Paul. A experiência Brasileira da SENAES. In: _____. **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- SOUZA SANTOS. Boaventura de; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SOUSA, Daniela Neve de. Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da Economia Solidária. **Revista Katálysis** V.11 p.53-60 jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 02/01/2012.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p.20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15/06/2011.
- TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGS: principais questões gerenciais**. 9ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <<http://www.google.com.br/books>>. Acesso em: 01/01/2012.
- TEXEIRA, Karla Maria Damiana. A Administração Financeira na Família. In: _____. **A administração de Recursos na Família: Quem? Como? Por quê? Para Quê?**. Viçosa: UFV, 2005.
- UCHOA, Raquel Fernandes Aragão; FARIA, Maurício Sardá de; SILVA, Karla Monique Cordeiro da; MACIEL, Michelle Cristina Rufino. **A Economia Solidária na região do Consad Itambé/PE**. In: Fortalecimento do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - Consad da Microrregião Itambé em Pernambuco. Relatório Final do Projeto referente ao Edital MCT/MDS/CNPq N°038/2008: Josué de Castro: Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD – Etapa 1 Mobilização e Planejamento. Recife, 2011.
- VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito Humano à Alimentação Adequada: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- VALENTE, Flávio; BURITY, Valéria; FRANCESCHINI, Thaís; CARVALHO, Maria de Fátima. Evolução Histórica do Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional em Âmbito Internacional e o Brasil. In: _____. **Curso de Formação em Direito Humano a Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. ABRANDH, 2007.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar. Epistemologia e metodologia operativa**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações: como construir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2001.

APÊNDICE – A Roteiro de entrevista realizado com os/as cooperados/as da CODESF

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Educação
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local
Mestranda: Michelle Cristina Rufino Maciel
Prof. Orientador: Paulo de Jesus

IDENTIFICAÇÃO

Sexo:
Idade:
Estado civil:
Tem filhos?
Escolaridade:
Segmento da cooperativa:

- 1- Como estão as coisas por aqui?
- 2- Por que formaram a CODESF?
- 3- Por que a CODESF não se consolidou?

I- HISTÓRICO

- 1- Como surgiu o segmento que você faz parte na cooperativa?

2- PRODUÇÃO

- 1- Como está organizada a produção? (o que produz, como produz, quanto produz, para quem comercializa?)
- 2- Qual a importância da cooperativa para o desenvolvimento do seu trabalho?
- 3- Há algum sistema de controle de qualidade da produção no segmento que você faz parte?
- 4- Conta com algum apoio técnico? Quem realiza?

II- COMERCIALIZAÇÃO

- 5- Quem fornece a matéria-prima para a sua produção?
- 6- Quais os meios utilizados para venda da produção?
- 7- A produção é comercializada durante todo ano?
- 8- Como é realizada a divisão monetária da produção?
- 9- O segmento costuma cumprir o prazo de entrega da produção?

III- COMPOSIÇÃO

- 10- Atualmente a cooperativa tem quantos/as cooperados/as?
- 11- Quantas pessoas fazem/compõem o segmento da cooperativa que você faz parte?
- 12- Qual a composição do segmento por sexo?

IV- ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO/GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

- 13- Como está organizada gestão da cooperativa?
- 14- Como está organizada gestão do segmento?
- 15- Como está organizado o trabalho no segmento que você faz parte?
- 16- Qual a periodicidade das reuniões realizadas com os cooperados/as?
- 17- Qual a periodicidade das reuniões realizadas com os/as componentes do segmento?
- 18- Geralmente, quais os assuntos mais discutidos nas reuniões?
- 19- Existe prestação de contas do segmento? Quem é responsável? Com que periodicidade é realizada?
- 20- Como se dá a participação na Cooperativa?

V- MEIO AMBIENTE

- 21- Na sua produção você utiliza algum produto químico? Por quê?
- 22- Na sua produção existe alguma preocupação com a questão ambiental? Como isso acontece?

VI – DIFICULDADES

- 23- Quais as dificuldades enfrentadas na cooperativa?
- 24- Quais as dificuldades enfrentadas no segmento?
- 25- Quais as dificuldades enfrentadas como produtor/a?
- 26- Quais as suas expectativas para o futuro enquanto componente da cooperativa?
- 27- Por que a CODESF não decolou?

VI- FAMÍLIA E CONSUMO

- 28- Como é composta a renda da sua família?
- 29- A renda proveniente do seu trabalho é maior ou menor que o somatório das outras rendas da família?
- 30- O que você costuma consumir com a renda proveniente da sua produção?
- 31- Você assumiu alguma despesa que não tinha, antes de trabalhar na cooperativa?
- 32- Quais os bens e/ou serviços que a sua família adquiriu desde que iniciou o seu trabalho na cooperativa?
- 33- O que você pretende adquirir que ainda não adquiriu com o recurso proveniente do seu trabalho na cooperativa?
- 34- Com que periodicidade se compra roupas e sapatos na família? Onde é realizada a compra?
- 35- Com que periodicidade se compra objetos e utensílios para a casa? Onde é realizada a compra?

- 36- Sua família consome o que você produz? (no caso da uva e banana).
- 37- Mudou alguma coisa nos hábitos alimentares da família, passando a consumir algo que não consumia, antes de iniciar a atividade na cooperativa?
- 38- Com que periodicidade se compra alimentos?
- 39- Quais os tipos de alimentos que não podem faltar nas refeições de sua família?
- 40- Costuma consumir alimentos industrializados? Quais não podem faltar?
- 41- Onde é realizada a aquisição de alimentos?
- 42- Sua vida e de sua família têm melhorado após a sua participação na cooperativa?